

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DAIANA DIAS

**POLÍTICA EXTERNA DE LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE  
DA IMAGEM BRASILEIRA NO JORNAL THE NEW YORK TIMES**

Florianópolis, 2015

DAIANA DIAS

**POLÍTICA EXTERNA DE LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF: UMA ANÁLISE  
DA IMAGEM BRASILEIRA NO JORNAL THE NEW YORK TIMES**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção de grau de Bacharelado.

**Orientadora:** Prof. Dra. Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 à aluna Daiana Dias na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Clarissa Franzoi Dri  
Orientadora

Professora do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Professor do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Adailton Pires Costa

Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

## **AGRADECIMENTOS**

Meus mais sinceros agradecimentos à minha família, meu pai Alboni Dias, minha mãe M<sup>a</sup> Odilia Dias e minha irmã Priscilla Dias, por lidarem com minhas oscilações de humor e com as constantes menções sobre este trabalho.

À professora e orientadora Clarissa F. Dri, meu muito obrigada pelo apoio e por ter acreditado neste projeto desde o início.

Aos meus amigos, pelas conversas e por entenderem minha ausência. Em especial, gostaria de agradecer à minha amiga Elise Gerech, que me deu grande suporte na elaboração deste trabalho, sobretudo nas distrações da mente e durante momentos de cansaço e crise de inspiração.

Aos amigos que fiz na UFSC e no curso de graduação em Relações Internacionais, em especial à minha turma querida 2011.1.

Por fim, à todos que de alguma forma contribuíram para concretização deste trabalho meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

DIAS Daiana. **Política Externa de Lula da Silva e Dilma Rousseff**: Uma Análise da Imagem Brasileira no Jornal *The New York Times*. 2015. 108 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A pesquisa parte da hipótese de que a política externa dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff embora possuam uma ligação partidária embrionária – uma vez que ambos são filiados ao Partido dos Trabalhadores – têm divergências consideráveis de atuação. Enquanto a política externa de Dilma Rousseff é mais impessoal, imediatista e pouco ativa, a de seu antecessor caracterizou-se por ser extremamente ativa. A partir da confirmação da hipótese de contração na área de política externa no período do governo Rousseff, faz-se uma pesquisa envolvendo 124 artigos do jornal *The New York Times* relacionados ao tema de política externa, no intuito de comparar se a imagem brasileira, como percebida pelos discursos do jornal, alterou-se em decorrência das mudanças de ajuste seguidas no íterim do governo Rousseff. Como resultado da análise, a gestão de Rousseff apresenta-se menos positiva do que a de seu antecessor. A maior parte dos artigos analisados do período Lula resultaram como majoritariamente positivos, sobretudo com relação à projeção internacional do Brasil, sua presença/influência internacional, sua capacidade de se tornar um poder regional/global e o perfil carismático do presidente. No entanto, no que tange à administração Rousseff, o resultado apresenta um maior número de avaliações majoritariamente neutras e negativas. As avaliações negativas foram reforçadas, sobretudo, pelas percepções do jornal quanto às alianças brasileiras com outros países da América do Sul, como por exemplo, a Venezuela e Cuba, às questões envolvendo o cancelamento da visita de Estado aos Estados Unidos em 2013, em virtude do episódio de espionagem realizado pela Agência de Segurança Nacional americana, e o perfil pouco carismático e impessoal de Rousseff. As avaliações neutras por outro lado parecem demonstrar que uma atuação externa mais tímida provoca um maior desinteresse por parte do jornal, do que reações críticas ou elogios. Ao final, conclui-se que uma atuação mais contida na área política externa, como ocorrido na gestão de Dilma Rousseff, teve, na comparação com o governo de seu antecessor, impacto menos positivo na percepção da imagem que o jornal *The New York Times* ostenta do Brasil.

**Palavras-chave:** Política Externa; Lula da Silva; Dilma Rousseff;

## ABSTRACT

DIAS, Daiana. **Dilma Rousseff and Lula da Silva's Foreign Policy**: An analysis of the Brazilian's Image on The New York Times. 2015. 108 p. Thesis (Undergraduate) – International Relations Program, Department of Economics and International Relations, Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2015.

The following project starts with the hypothesis that Lula da Silva and Dilma Rousseff's foreign policy have considerable differences in performance, although they possess an embryonic party bond – as both are affiliated to the Workers' Party. While Dilma Rousseff's foreign policy seems to be quite impersonal, immediatist and less active, her predecessor's was characterized for being extremely distinguished and active. Starting from the acknowledgment of the foreign policy's retraction hypothesis during the Rousseff government, a research involving 124 newspaper articles related to foreign policy from The New York Times was made in order to compare if Brazil's image as perceived by the newspaper, has changed as a result of adjustment changes during Rousseff's administration. As the result, Rousseff management is viewed less positively than her predecessor's. The analyzed articles from the Lula administration were considered mostly positive, especially the ones regarding Brazil's international projection, its presence/international influence, its ability to become a regional/global power and the president's charismatic profile. However, regarding the Rousseff administration, the result shows a greater number of mostly neutral and negative evaluations. The negative evaluations were enhanced by the newspaper's perceptions of the Brazilian's alliances with other South American countries, such as Venezuela and Cuba; matters involving the cancellation of the US state visit, due to the intelligence incident carried out by the National Security Agency; and the stern and impersonal Rousseff profile. Neutral reviews on the other hand, seem to indicate that a softer foreign policy activity causes more indifference than praise or critical responses. In the end, it concludes that a more restrained foreign policy performance, as occurred during the Rousseff management, had less positive impact on the Brazil's image – as perceived by the newspaper – than its predecessor's administration.

**Key-words:** Foreign Policy; Lula da Silva; Dilma Rousseff;

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Categorias para análise dos artigos e códigos correspondentes.....	53
Tabela 2 – Resultado da classificação dos artigos em categorias (2003-2010).....	55
Tabela 3 – Resultado da classificação dos artigos em categorias (2011-2014).....	66
Gráfico 1- Dados das representações brasileiras no exterior (2002-2013).....	44
Gráfico 2 - Crescimento anual das representações brasileiras no exterior nas administrações Lula e Dilma.....	44
Gráfico 3 - Vagas ofertadas no Instituto Rio Branco nas administrações Lula e Dilma.....	45
Gráfico 4 - Comparação entre classificações positivas nas administrações Lula e Dilma.....	77
Gráfico 5 - Comparação entre classificações negativas nas administrações Lula e Dilma.....	78
Gráfico 6 - Comparação entre classificações neutras nas administrações Lula e Dilma.....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APE	Análise de Política Externa
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DA	Departamento da África
DAO	Departamento de África e Oriente Médio
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
ISIS	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
LDCs	Países Menos Desenvolvidos
NSA	Agência de Segurança Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio



OIG	Organização Internacional Governamental
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NSA	Agência Nacional de Segurança
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PE	Política Externa
PEAS	Plano Estratégico de Ação Social
PEB	Política Externa Brasileira
PEC	Programa de Educação Continuada
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Integração Produtiva do Mercosul
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Africanas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 REVISÃO HISTÓRICA: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014).....</b>	<b>14</b>
1.1 Teorizando a mudança na política externa brasileira.....	14
1.2 Política externa do governo Lula da Silva (2003-2010).....	17
1.2.1 Antecedentes do Partido dos Trabalhadores em política externa .....	17
1.2.2 Eleição de Lula da Silva .....	20
1.2.3 A política externa do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) .....	31
1.3 Política externa do governo Dilma Rousseff (2011-2014) .....	35
1.4 Conclusões parciais.....	39
<b>2 ANÁLISE DA IMAGEM DO BRASIL NO THE NEW YORK TIMES .....</b>	<b>48</b>
2.1 Formação da imagem internacional brasileira .....	49
2.2 Análise do governo Lula (2003-2010): Brasil, o reflexo da imagem de seu líder.....	55
2.3 Análise do governo Rousseff (2011-2014): política externa apática e possível desinteresse do jornal <i>The New York Times</i> .....	66
2.4 Conclusões parciais da análise do jornal .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

Em ano de início de um novo mandato presidencial é comum que se faça um balanço da gestão que deixa o mais alto posto na hierarquia governamental, bem como uma comparação entre os governos que presidiram o país recentemente, sobretudo quando são de ideologias distintas. Este trabalho, entretanto, busca analisar mandatos de governantes com a mesma formação ideológica e partidária. Assim sendo, anteriormente ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, que se encerrou ao fim de 2014, governou o país de 2003 a 2010, Luiz Inácio Lula da Silva. De mesmo partido que a atual presidente – reeleita em 2014 –, Lula da Silva foi eleito duas vezes por meio de sufrágio universal, e manteve ao longo de seu mandato uma imensa popularidade atingindo um índice de 87% de aprovação ao término do ano 2010 (PIRES, 2010).

Em termos de política externa, foco deste trabalho, Lula da Silva manteve uma postura política consistente de atuar pela democratização da relação de forças no mundo, no sentido de desconcentração hegemônica. Destacam-se nos anos de seu governo, a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; a participação constante e voz ativa em foros multilaterais internacionais; a aproximação com a América Latina – através do reforço de ampliação do Mercosul – e com a união das potências não hegemônicas do sul, na busca por alianças estratégicas que visavam alterar o eixo de poder concentrado no norte do mundo (ALMEIDA, 2012).

Durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o caráter ativo em matéria de política externa, rendeu ao Brasil a percepção no exterior de ser um país emergente e dinâmico, nas palavras de Cerro e Lessa (2014). A administração de Dilma Rousseff, ministra de Minas de Energia e posteriormente ministra da Casa Civil, durante o mandato do presidente Lula da Silva – inclusive elegendo-se à presidência com o forte apoio do mesmo nas eleições de 2010 –, parece ter sido menos incisiva no que tange a área de política externa. Assim, a hipótese levantada neste trabalho, a ser confirmada ao fim do primeiro capítulo, é que a política externa foi, por motivos internos e externos, relegada a uma posição secundária e, portanto não ativa. Nesse sentido, busca-se responder à pergunta que fundamenta a pesquisa: qual a diferença entre os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff em termos de imagem internacional, como percebido pelo jornal *The New York Times*?

Partindo da hipótese levantada, o objetivo principal é, portanto, analisar quantitativa e qualitativamente artigos do jornal *The New York Times* relacionados à área externa no período de 2003 a 2014, a fim de determinar se a possível contenção em política externa do período Rousseff impactou de alguma maneira na percepção que o jornal tem do Brasil. Deste modo, o presente trabalho analisa o discurso sobre imagem da política externa como percebido pelo jornal *The New York Times*. Especificamente, procura-se analisar a construção das premissas de política externa de ambos os presidentes; comparar a atuação política internacional dos presidentes analisados, a fim de identificar se houve de fato um recuo estratégico da política externa no governo Dilma Rousseff em comparação às políticas implantadas e defendidas por seu antecessor; e por fim, ponderar, se a imagem brasileira, como percebida pelo jornal *The New York Times*, foi afetada por este possível recuo.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa se utiliza do método hipotético-dedutivo, pois levanta a hipótese de contenção na área de política externa do governo Rousseff em comparação com o de seu antecessor, e através de inferência dedutiva chega a uma conclusão em relação à percepção que o jornal *The New York Times* tem em relação ao país, em virtude dessa hipótese. Desta forma, este é um trabalho comparativo e qualitativo do ponto de vista dos objetivos, contendo também elementos descritivos para o andamento das conclusões, e valendo-se de uma abordagem qualitativa de notícias e análises de uma mídia internacional, a fim de levantar conclusões sobre a percepção da imagem brasileira pelo especificado veículo. Os procedimentos a serem utilizados são a pesquisa bibliográfica e documental, assim sendo, são utilizadas fontes bibliográficas e documentais para construção da análise explicativa proposta.

Como anteriormente mencionado, a comparação entre as políticas elaboradas e implantadas por diferentes presidentes é algo relativamente comum e igualmente esperado na academia. Seja para demonstrar as continuidades, aproximações ou rupturas do rumo político, a comparação é válida, sobretudo para enriquecer o debate acadêmico. Este trabalho por versar sobre uma ótica que por ser recente ainda não foi profundamente abordada tem a importância de sua análise ainda mais ampliada.

Em relação à estrutura da pesquisa, esta se organiza em dois capítulos. No primeiro capítulo da monografia, busca-se entender a formação das premissas de política externa brasileira que fomentaram as ações de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em seus respectivos mandatos na presidência da república. Neste sentido, este capítulo faz uma comparação entre a política externa de ambos – que embora possuam ligação partidária

umbilical, concedem à área externa relevância e intensidade distintas – corroborando com a hipótese inicial do trabalho de que a política externa de Rousseff caracterizou-se por ser mais contida e menos ativa do que a de seu antecessor.

No segundo e último capítulo da pesquisa, será feita uma análise envolvendo 124 artigos do jornal *The New York Times*, na tentativa de classificá-los em categorias distintas (*Projeção Internacional, Poder Global/Regional, Perfil Presidencial, Presença/Influência Internacional, Outros e Neutros*), como artigos majoritariamente positivos, negativos ou neutros, determinando assim, se houve mudança na percepção do jornal em relação à imagem brasileira, entre as administrações Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

## **1 REVISÃO HISTÓRICA: A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014)**

Neste capítulo são apresentados os temas abordados no presente trabalho. Política externa, política externa brasileira e mudança em política externa são conceitos necessários para que se desenvolva esta pesquisa.

O estudo da análise de política externa durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff se faz pertinente para se entender que mesmo dois governos com ligação partidária umbilical – no caso, o Partido dos Trabalhadores –, não necessariamente adotam políticas de continuidade absoluta. O recentemente conquistado protagonismo externo do Brasil durante o governo Lula da Silva coloca o país em uma posição de liderança, esta ameaçada por um recuo estratégico na área durante o governo seguinte, possivelmente alterando a imagem internacional que se têm do país.

Este capítulo é subdividido da seguinte maneira: a subdivisão 1.1 trata da perspectiva geral e conceituação da política externa e suas divisões em períodos distintos caracterizados por suas diferentes formas de condução, a 1.2 trata da política externa do governo Lula da Silva, sendo que suas seções 1.2.1, 1.2.2, e 1.2.3 abordam os antecedentes de política externa do Partido dos Trabalhadores (PT), a eleição de Lula da Silva e seu primeiro mandato (2003-2006) e a política externa de seu segundo mandato (2007-2010), respectivamente. Por fim, a subdivisão 1.3 trata da política externa do governo Dilma Rousseff (2011-2014), enquanto a 1.4 trata das rupturas e continuidades em comparação com o governo Lula da Silva na tentativa de determinar se houve de fato um recuo de atuação de política externa no governo mais recente e em qual dos níveis de mudança categorizados por Hermann (1990), ele se encontra.

### **1.1 Teorizando a mudança na política externa brasileira**

Política externa é caracterizada por Letícia Pinheiro (2004, p.7) como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos”, como os atores transnacionais, organizações

internacionais ou corporações multinacionais, por exemplo. Sendo essas ações e decisões alicerçadas “a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional” (2010, p.7). Assim sendo,

[...]trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder (PINHEIRO, 2010, p.7).

As Relações Internacionais como disciplina têm vastos e distintos subcampos. Entre estes se configura a Análise de Política Externa (APE). A APE tem como característica principal seu foco no nível das unidades, e muito embora utilizem os Estados como unidades de análise, as ferramentas analíticas deste subcampo têm cada vez mais sido aplicadas a outros atores localizados em outras áreas governamentais (tanto no nível subnacional quanto supranacional).

Com o propósito de comparar a política externa dos governos Lula da Silva (2003-2010), e Dilma Rousseff (2011-2014), utilizar-se-á, sobretudo a teoria desenvolvida por Charles Hermann (1990). Em seu artigo intitulado “Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy”, o autor explica os tipos de mudanças de política externa e as causas dessas mudanças, salientando que são as causas que geram extensões distintas de mudanças.

Hermann (1990) parte da abordagem de política externa como comportamento de um governo em relação a outros governos e entidades além de sua jurisdição, para então categorizar as causas da mudança e os agentes primários responsáveis por elas.

Entre essas causas estão as mudanças geradas: por reestruturações domésticas, por choques externos, por reivindicação de burocratas, e pela condução por parte dos líderes ou representantes no topo da hierarquia da política nacional. Cada uma dessas causas pode impactar de modo incisivo ou mais brando nos ajustes de política externa. Hermann (1990) considera haver quatro extensões ou graus possíveis de mudança na área: a) mudanças de ajuste – aquelas mudanças menores de ênfase em certas políticas, onde os objetivos e meios iniciais são mantidos, mas são perseguidos com maior ou menor intensidade e clareza; b) mudanças de programa – aquelas em que os objetivos são mantidos, mas perseguidos através de outros métodos e estratégias; c) mudanças de objetivo ou problema – aquelas que consistem na alteração ou abandono do problema ou objetivo inicial ao qual a política externa se destina; d) mudanças de orientação internacional – mais extrema e rara, esse tipo de

mudança envolve o redirecionamento total da orientação do ator com relação às questões mundiais (HERMANN, 1990, p.5-6).

A teoria acima mencionada auxiliará a responder os objetivos específicos da pesquisa neste primeiro capítulo, de comparar a política externa implementada pelos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), estabelecendo suas rupturas e continuidades, a fim de identificar se houve de fato um recuo estratégico da política externa no governo Rousseff em comparação às políticas implantadas e defendidas durante o mandato do ex-presidente Lula da Silva, e em qual nível de mudança nos graus estabelecidos por Hermann este possível recuo pode ser enquadrado.

A política externa brasileira (PEB) é para fins de estudo dividida em períodos distintos, estes caracterizados por suas diferentes formas de condução. Cada autor estabelece sua própria divisão, de acordo com os critérios estabelecidos por eles mesmos. Para Vizentini (1999), a política externa brasileira pode ser caracterizada basicamente por três períodos principais. O primeiro abrange de 1494, período anterior a sua colonização, até o os anos iniciais do século XX, período marcado pela consolidação do espaço territorial e do Estado Nacional. O segundo período, de 1902 a 1961 é caracterizado pela aliança tácita (ou *unwritten alliance*, na nomenclatura em inglês) com os Estados Unidos e a inserção hemisférica. E a partir dos anos 1961, configura-se o terceiro período, pautado pela necessidade de um desenvolvimento econômico nos moldes das normas globais e multilaterais.

Considerando que o Brasil possui objetivo e interesses constantes em política externa, Pinheiro (2010) discorre fazendo um breve histórico da política externa brasileira mais recente. A autora argumenta que a política externa caracteriza-se ao longo do século XX pela busca de recursos de poder na tentativa de garantir ao país uma maior *autonomia*, conseguida a partir da diversificação de parcerias e/ou maior participação em instituições internacionais, ou de aproximação a um dos polos de poder mundial. O período caracteriza-se pela busca constante pelo desenvolvimento, este perseguido através de diferentes estratégias econômicas, passando de um modelo agrário-exportador (onde a principal fonte de recursos econômicos é a venda de produtos primários para o mercado internacional), para um projeto de desenvolvimento industrializante fortemente protegido pelo Estado, chegando à lógica de mercado no período mais recente (PINHEIRO, 2010, p.7-8).

Pinheiro (2010) argumenta ter o Brasil uma visão bastante realista das Relações Internacionais e do papel do país no sistema internacional, percebendo-o como anárquico, onde o Estado consiste no ator principal - embora não único -, e orientando-se na busca por



ganhos tanto relativos quanto absolutos que variam no decorrer do tempo dependendo da pauta dos objetivos do Estado (PINHEIRO, 2010, p. 8-10).

Os textos de Pinheiro (2010) e Vizentini (1999) foram essenciais para estabelecer um histórico da política externa e deste modo entender como se deu o assentamento das bases para políticas adotadas na área, sobretudo no período mais recente. A partir desses estudos foi possível perceber que as aspirações por autonomia, diversificação de parcerias ou maior participação em instituições internacionais não são fenômenos recentes, mas que variam de acordo com a condução da política externa adotada em cada período presidencial. Nas seções seguintes duas obras mais recentes de Vizentini, (uma de 2009 e outra de 2010 – esta última conta com a coautoria de Pereira), se destacam na continuação aos seus estudos concernentes à inserção internacional brasileira no período do governo Lula da Silva, essencial para a comparação a ser feita posteriormente com a política externa da administração Rouseff.

## **1.2 Política externa do governo Lula da Silva (2003-2010)**

Este subcapítulo aborda a política externa do governo Lula da Silva (2003-2010), sendo dividido, para melhor entendimento, em uma seção específica para os antecedentes em política externa do partido dos trabalhadores, e duas outras seções, uma para cada mandato de Lula da Silva.

### **1.2.1 Antecedentes do Partido dos Trabalhadores em política externa**

O documento fundacional do Partido dos Trabalhadores (PT) expressa em seu “plano de ação” anexo, no que diz respeito à política externa, os objetivos de: “Independência Nacional: contra a dominação imperialista; política externa independente; combate a espoliação [sic] pelo capital internacional; respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984, p. 9-13, apud ALMEIDA, 2003, p. 86).

Desde sua fundação até os dias atuais, o PT trilhou um caminho bastante longo na tentativa de construção de um pensamento em política externa. Caminho este que passa das propostas de cunho mais socialistas lançadas nos anos 1980 até as de tom mais conciliador assumidas em relação às obrigações externas no programa da campanha presidencial de 2002 – na qual Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito – e que foram reafirmadas em seu primeiro

pronunciamento oficial de 28 de outubro de 2002 e também em seu discurso de posse de 1º de janeiro de 2003.

A evolução das diretrizes de política externa pode ser facilmente percebida na comparação entre os programas de governo do partido para a área. Na disputa presidencial de 1989, Lula da Silva apresenta em seu plano de governo uma proposta de,

política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência [sic] nos assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos (GPRI, 1989, p. 55 apud ALMEIDA, 2003, p.88).

O temor de um hipotético governo da “Frente Brasil Popular” – formada por partidos de esquerda que apoiavam o candidato do PT –, em virtude da adoção de um discurso militante que tocava nos pontos mais candentes da política financeira externa<sup>1</sup>, faz com que, entre outros motivos, Lula da Silva perca as eleições por uma pequena diferença de votos no segundo turno daquele ano.

O partido define como principal problema da política externa brasileira, no programa de governo para as eleições do ano de 1994, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento – que à época já se estendia por mais de 15 anos. Além disso, Lula da Silva reconhecia que o projeto nacional existente durante os governos militares (caracterizado por ser um projeto autoritário e socialmente excludente), e que deu espaço para que o país reorientasse sua política externa, persistia ainda no ano de 1994, embora parcialmente adaptado às novas realidades políticas. Em virtude das mudanças, porém, cabia ao governo agora democrático e popular, o desenvolvimento de uma política externa que almejasse a “inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção da ordem mundial justa e democrática” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 29-30, apud ALMEIDA, 2003, p.90).

As áreas prioritárias destacadas pelo programa para a “nova política externa” consistiam na América Latina<sup>2</sup> e Mercado Comum do Sul (Mercosul), enfatizando as relações de cooperação econômica sul-sul nas áreas científicas e tecnológicas, com agenda política

---

<sup>1</sup> Chegou inclusive a propor a “decretação de uma moratória unilateral para ‘solucionar’ a questão da dívida externa” (GPRI, 1989, p. 55, apud, ALMEIDA 2003, p. 88).

<sup>2</sup> Mais atualmente houve a substituição do conceito de América Latina pelo de América do Sul, o que já tinha, aliás, sido feito pela administração anterior.

correspondente. Além disso, pretendia promover a recuperação do Ministério das Relações Exteriores – asilado e sucateado durante os anos anteriores.

Para a construção desta “nova política externa” dever-se-ia primeiramente, no entendimento do Partido dos Trabalhadores em geral e de seu candidato à presidência em particular, elaborar de um projeto nacional de desenvolvimento que fosse pautado pelo fortalecimento da democracia – o que só aconteceria como reflexo do fortalecimento da cidadania, respeito aos direitos humanos e a reforma e democratização estatal –, e buscar uma nova ordem política e econômica internacional, afirmando que não pode o Brasil ser passivo diante da (des)ordem mundial (ALMEIDA, 2003).

Sua terceira candidatura acontece no ano de 1998, pela coligação “União do Povo Muda Brasil”, entre o Partido dos Trabalhadores, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste momento, Lula da Silva faz aliança política com Leonel Brizola, líder do PDT e seu concorrente trabalhista, o que rendeu constrangimentos às suas posturas e discursos até então moderados<sup>3</sup>.

Sua campanha enfatizou a perda da soberania econômica do governo decorrente da desnacionalização e abertura considerada “irresponsável” da economia por parte do governo Fernando Henrique Cardoso. Na área internacional buscava uma política externa de afirmação, proposta a reconfigurar a forma de inserção do Brasil no mundo. A defesa de uma política externa que visava à inserção do Brasil no cenário internacional como um país soberano, tem base nos princípios da autodeterminação, e procura alterar as relações injustas e desiguais estabelecidas internacionalmente. Garantia, em caso de vencer as eleições, a luta por mudanças em organismos econômicos e políticos mundiais, sobretudo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Propunha ainda participar da construção de novas instituições financeiras internacionais, em virtude, sobretudo do agravamento da crise financeira de 1998 e da ineficácia das instituições existentes de combatê-la; entre suas outras propostas estavam: fortalecer as relações do Brasil com os outros países do Sul, sobretudo os lusófonos, os da América Latina e os da África Meridional; ampliação e reforma do Mercosul, visando a

---

<sup>3</sup> Brizola defendia uma postura mais intransigente com relação ao capital estrangeiro e às privatizações de empresas públicas, tendo chegado a declarar que esse processo seria interrompido em caso de vitória, e que algumas das empresas leiloadas seriam suscetíveis de reversão ao domínio estatal num eventual governo da coligação (ALMEIDA, 2003, p. 90, apud ALMEIDA, 1998, p. 242-249).

promoção de políticas de desenvolvimento e resolução dos problemas sociais regionais (ALMEIDA, 2003).

### **1.2.2 Eleição de Lula da Silva**

Durante a campanha para as eleições de 2002, Lula da Silva reitera em seu programa de governo a política externa como sendo um meio crucial de desenvolver um projeto nacional para driblar a instabilidade dos mercados financeiros globais que tornavam o país vulnerável, reafirmando a posição original do partido de garantir a presença soberana do Brasil no cenário internacional através da política exterior. Essa nova política externa também deveria contribuir para a redução das tensões internacionais e a luta por equilíbrio econômico, social e político entre as nações (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

A intenção de integração regional (ou política de regionalização), continua na campanha de 2002, com a ênfase na necessidade de revigoração do Mercosul, e outras continuidades presentes em sua campanha são: i) a recusa a adesão à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em virtude, entre outros motivos, de suas medidas protecionistas extra-alfandegárias altamente prejudiciais ao país; ii) intenção de construção de um relacionamento maduro e sadio com os Estados Unidos; iii) busca por relações equilibradas com todos os países do mundo, mantendo uma política externa pragmática e diminuindo a vulnerabilidade externa; iv) esforço na construção de relações bilaterais sólidas e da democratização das relações internacionais e dos organismos multilaterais; v) erguer o país através do esforço exportador, políticas públicas que incentivem o investimento em “recursos e esforços em inovação, registro de patentes, desenvolvimento de marcas e produtos aptos a competir internacionalmente”, entre outros (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002).

Eleito no ano de 2002, após três tentativas anteriores, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2003. Segundo Almeida (2003), sua eleição representou

[...] uma mudança de caráter paradigmático no panorama social, econômico e político brasileiro, e também a confirmação de que a sociedade nacional deu enormes passos no sentido da consolidação democrática de seu sistema político e do estabelecimento de um quase consenso, emergente nas várias camadas da população, em torno da necessidade de uma transformação radical nas estruturas sociais da desigualdade e da injustiça que sempre marcaram essa mesma sociedade. De fato, pode-se dizer que a palavra-chave que guiou o candidato Luiz Inácio Lula da Silva em sua campanha e que se transformou em um dos princípios inspiradores de seu

governo, iniciado em 1º de janeiro de 2003, é o conceito de mudança (ALMEIDA, p.87, 2003).

Deste modo, houve com a eleição de Lula da Silva uma mudança para uma política externa baseada no modelo de autonomia, substancialmente distinta do modelo de credibilidade atuante no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), baseada em reformas de cunho liberal e no entendimento que países considerados médios, como o Brasil, não dispõem de excedentes de poder no plano internacional (LIMA, 2004, p.71-72).

Assim sendo, enquanto Fernando Henrique Cardoso ajustava os objetivos externos brasileiros aos interesses dos Estados Unidos, submetendo-se à nova ordem internacional unipolar, para que a inserção no processo de globalização econômica lhe fosse facilitada, o governo Lula da Silva busca integrar-se no sistema internacional, fugindo da posição de submissão, e projetando-se como protagonista, usando a diplomacia como instrumento para promover uma nova ordem mundial com a finalidade de superar o processo atual de globalização e seu principal propulsor: a supremacia global americana.

Lula da Silva inicia seu primeiro mandato como presidente da república em 1º de janeiro de 2003, e com ele assumem também as mais novas figuras vinculadas diretamente com a formulação e implementação da política externa: o chanceler Celso Amorim, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e o Assessor Especial de Relações Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia<sup>4</sup> (MIYAMOTO, 2011, p. 121).

Para Vizentini (2009) a nomeação do Embaixador Celso Amorim para o Ministério das Relações Exteriores, diplomata de carreira e chanceler durante do governo Itamar Franco, indica que a política externa do Brasil não passaria por mudanças bruscas de direção, bem como não adotaria uma postura “militante e ideológica”, mas visaria por um aprofundamento das iniciativas esboçadas na segunda metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup> (VISENTINI, 2009, p.7).

Lula da Silva inicia seu discurso de posse em 2003 enfatizando o desejo de mudança da sociedade brasileira em virtude de um modelo já esgotado que,

[...] em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o

---

<sup>4</sup> Bastante próximo a Lula, desde o início dos anos 1980, e antigo secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores.

<sup>5</sup> Os dois últimos anos governo Fernando Henrique Cardoso contaram com o desenvolvimento de uma agenda significativa para América do Sul na tentativa de contornar a crise na qual o Mercosul se encontrava, a fim de manter o processo de integração. Este período é também marcado pela iniciativa discreta de recuperação de certa margem de autonomia em relação aos Estados Unidos desde o início da administração Bush.

próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (informação verbal<sup>6</sup>).

O mandato que se inicia tem a pretensão de transformar o Brasil em “uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos” (informação verbal<sup>7</sup>). A ação diplomática do país passaria a ser um instrumento do desenvolvimento nacional orientada por uma perspectiva humanista. Assim, o relacionamento externo do país<sup>8</sup>, deveria contribuir para a melhora das condições de vida dos brasileiros, por meio da elevação dos níveis de renda e geração de empregos dignos.

As defesas da autonomia e do universalismo se traduzem como características da política externa, que tem como objetivos prioritários impulsionar a posição brasileira como liderança regional e potência global, como fica evidente no discurso proferido durante a abertura do XXXIII Fórum Econômico Mundial em 2003.

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social (informação verbal<sup>9</sup>).

Assim sendo, a diplomacia brasileira buscou, segundo Vizentini (2009), garantir uma ação que fosse mais consistente e menos retórica do que a do governo anterior, na busca pela autonomia do país e por uma inserção internacional múltipla. Como suas propostas sociais tinham como implicação a revisão do modelo de desenvolvimento de inspiração neoliberal e a busca por corrigir “as distorções criadas pela globalização centrada apenas em comércio e investimentos livres”, essas propostas iam ao encontro da agenda de países emergentes com a mesma preocupação. Porém “para garantir que uma economia de produção substitua o projeto neoliberal [...], seria preciso reforçar os organismos multilaterais e, dentro deles, a atuação do

---

<sup>6</sup> SILVA, Luiz Inácio da. **Discurso de Posse 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=azjU-Sve1cg>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

<sup>7</sup> SILVA, Luiz Inácio da. **Discurso de Posse 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=azjU-Sve1cg>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

<sup>8</sup> Através do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos.

<sup>9</sup> SILVA, Luiz Inácio da. **Davos Annual Meeting 2003** :Luiz Inacio Lula da Silva . Davos, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yQIrI6865IE>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Brasil, que deveria utilizar todo seu peso”, e foi essa uma das propostas do governo Lula da Silva (VIZENTINI, 2009, p.7).

O chanceler Celso Amorim ao realizar um balanço dos cem primeiros dias de governo durante uma aula magna no Instituto Rio Branco em abril de 2003, aponta os quatro eixos estratégicos de inserção internacional do Brasil, que são: a América do Sul, o compromisso com o multilateralismo para construção da paz, uma agenda comercial afirmativa e as parcerias diversificadas com países considerados em desenvolvimento (AMORIM, C., 2003).

É por meio desta nova política externa que o Brasil busca aumentar sua presença no mercado internacional e estimular a multipolaridade, democratizando as relações internacionais, mas sempre respeitando os princípios que as regem e reafirmando seu compromisso com a solução pacífica de controvérsias. Pretende também valorizar as organizações multilaterais, sobretudo as Nações Unidas (ONU), respeitando as resoluções do Conselho de Segurança (CSNU), ao mesmo tempo em que defende a reforma da instituição para torná-la compatível, em representatividade, com a conjuntura atual.

Para Lula da Silva, como novo governante de um país rico, mas extremamente desigual, nas palavras de Marco Aurélio Garcia (2013, p.55), a necessidade brasileira era atacar a exclusão econômica e social que marca o país secularmente, esta, mina “a democracia política”, pois faz “da igualdade entre os cidadãos um engodo, um princípio constitucional que não encontrava amparo no cotidiano da sociedade real”. Este discurso,

[...] revela como a nova articulação interno/externo se transformaria em elemento central do governo Lula, o que explica o enorme ativismo internacional do presidente (a decantada “diplomacia presidencial”) que se fez não em detrimento do Itamaraty, mas, ao contrário, com sua intensa e fortalecida participação (GARCIA, M., 2013, p. 55).

A conduta brasileira no plano internacional a partir da nova gestão iniciada em 2003 se traduziria nas palavras de Celso Amorim (2005), como ativa e ativa, lançando-se na busca pelo protagonismo internacional, mudando os caminhos da geopolítica mundial, e equilibrando as forças no cenário internacional através do fortalecimento dos laços com países da América do Sul, África e Ásia, porém de forma não antagônica aos Estados Unidos e à União Europeia, com quem desenvolvem o Diálogo de Parceria Global e Parceria Estratégica, respectivamente.

A atuação ativa do governo para a inserção do país na ordem internacional vigente se deu de variadas formas. Na área comercial atuou-se nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) conjuntamente com outros países em desenvolvimento. O G-20 surge

neste contexto como um foro importante de atuação da diplomacia brasileira. Constituído em 20 de agosto de 2003 a partir das reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da OMC em Cancún (México), a ser realizada em setembro de 2003, o grupo devota-se às questões de agricultura, centrais na Agenda de Desenvolvimento de Doha em 2001<sup>10</sup>.

Esta dimensão, por alguns denominada “terceiro-mundista”, da política externa brasileira, centrada pelas parcerias estratégicas com nações menos desenvolvidas, se dá no que Cristina Pecequilo (2008) caracteriza como ‘eixo horizontal’ de cooperação. Este eixo acontece tanto com grandes países em desenvolvimento – como é o caso da parceria entre Brasil, Rússia, Índia e nos anos mais recentes a África do Sul, que formam informalmente o bloco BRICS –, tanto com os países menos desenvolvidos (LDCs) da África, Ásia e Oriente Médio.

Em relação às nações do Sul, a aproximação entre elas, em termos políticos, é, segundo Pecequilo (2008, p.146), uma “reivindicação permanente desde o fim da Guerra Fria que é a da reforma das OIGs como G8, FMI, Banco Mundial e, principalmente, do CSONU”. E em termos econômicos é o potencial para formar uma frente nas Organizações Internacionais Governamentais (OIGs), aumentando seu poder de barganha frente às nações do norte (PECEQUILO, 2008).

O impulso de cooperação sul-sul é fortalecido a partir da percepção de que esses países têm características em comum com o Brasil, as quais são: suas dimensões continentais, sua grande população, sua importância regional, seu produto interno bruto e seus recursos naturais, além do seu interesse no reordenamento do sistema internacional<sup>11</sup>, a partir da reforma das OIGs, por exemplo, como mencionado acima (SARAIVA, M., 2013, p.71).

Assim, iniciativas de relação sul-sul foram estabelecidas durante este período: o Fórum de Diálogo IBSA (ou IBAS), criado em junho de 2003, através da Declaração de Brasília, consiste em um mecanismo de coordenação das ações entre Índia, Brasil e África do Sul, as três gigantes democracias multiétnicas do mundo, atuando em três grandes áreas principais: a coordenação política – consolidando um amplo repertório de posições conjuntas em diversas áreas nas instâncias multilaterais –, a cooperação setorial – contando com 16 Grupos de Trabalho temáticos com vistas à troca de informações e cooperação técnica,

---

<sup>10</sup> Esta conferência ministerial ocorrida na capital do Qatar tinha como eixo principal de discussão o desenvolvimento e a questão agrícola, das quais os países membros da OMC buscaram – sem sucesso - acordos com relação, sobretudo, aos subsídios (VISENTINI, 2009).

<sup>11</sup> Esses são países que percebem na globalização a possibilidade de efetivar sua condição de potência e de não necessariamente serem forçados a adotar um arranjo de associação periférica (SARAIVA, M., 2013)



destacando-se os grupos dedicados às questões de defesa, administração aduaneira e tributária, comércio e investimentos, energia e assentamentos humanos – e Fundo IBAS para alívio da fome e da pobreza – financiando projetos em países menos desenvolvidos ou afligidos por conflitos armados (desde 2004 a iniciativa do fundo parte das experiências nacionais exitosas de combate à fome e à pobreza, com cada país do grupo destinando anualmente um milhão de dólares como recurso a ser administrado pelo Escritório de Cooperação Sul-Sul das Nações Unidas, em caráter concessional) (ITAMARATY, 2015).

O discurso da cooperação sul-sul que se faz presente na agenda tradicional do PT para política internacional, é reforçado durante o mandato do presidente Lula da Silva, embora enfaticamente mais brando, apoiado no argumento<sup>12</sup> de Samuel Pinheiro Guimarães (2006) de que se deve reagir às iniciativas das grandes potências, transformando essas relações tradicionais historicamente desiguais e arbitrárias, através da articulação de alianças políticas econômicas e tecnológicas com os Estados da periferia do sistema internacional. Muito embora essas políticas de aproximação com Estados periféricos tenham se intensificado no período do governo Lula da Silva, não se pode caracterizá-las como inéditas, uma vez que foram amplamente difundidas durante o período conhecido como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável<sup>13</sup>”. Este posicionamento de cooperação sul-sul tem segundo Vigevani e Cepaluni (2011) – autores que denominam este posicionamento como “autonomia pela diversificação” –, duas mudanças fundamentais com relação ao período do pragmatismo responsável: a adesão aos princípios ‘universalistas’ da democracia, na ordem doméstica, e a aceleração do processo de globalização, “que impossibilitou ao país manter uma política externa com baixo grau de interdependência com relação a outros países” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p.294).

A política externa do governo Lula da Silva afirmou laços com nações de outros continentes com os quais não possuía relações tão profundas, como é o caso do Oriente Médio, e da África, cujo suas relações diplomáticas podem, até então, ser consideradas insuficientes, na busca por uma *autonomia pela diversificação*.

---

<sup>12</sup> Guimarães (2006) defendia anteriormente uma política denominada “autonomia pela distância”, que visava o distanciamento das iniciativas políticas das Grandes Potências – em especial a Superpotência, os Estados Unidos da América, utilizando-se de alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os países do sul.

<sup>13</sup> Política e postura de conduta da chancelaria brasileira desenvolvida como consequência da crise econômica ocorrida na década de 1970 e o fim de Bretton Woods, que forçou o país a buscar novas alternativas de maior participação no sistema internacional. É marcada pela inexistência de aliados preferenciais e pela busca por novos polos de interação internacional (MENDONÇA, F.; MIYAMOTO, S., 2012).

A relação entre o Brasil e o continente africano é composta por continuidades e rupturas, distanciamento e proximidade, que varia de acordo com o projeto político de cada presidente. Uma tentativa de aproximação com países do ‘Terceiro Mundo’ bastante evidente é feita a partir da Política Externa Independente de Jânio Quadros, porém esta foi rompida com o advento da ditadura militar que acabou por impedir “a consolidação de uma política africana mais bem estruturada em termos comerciais e políticos” (CASTRO, 2011, p.1).

Os anos 1990, por serem marcados pela volta da parceria estratégica com os tradicionais parceiros (Estados Unidos e Europa), implicam em uma postura brasileira mais restrita no cenário internacional. Embora o lugar da África nas relações internacionais brasileiras não se inicie com o mandato de Lula da Silva, vê-se no período de seu mandato uma intensificação de iniciativas implantadas anteriormente e a criação de novas oportunidades de associação em um nível de aprofundamento não antes visto, rompendo com o paradigma liberal e lançando-se, nas palavras de José Saraiva (2002, apud CASTRO, M., 2011), em uma noção de desenvolvimento endógeno não submisso aos preceitos hegemônicos do sistema internacional. Entre as iniciativas do governo anterior está, a participação ativa do exército brasileiro nas missões de paz da ONU em Angola e outros países em 1995, e também:

Em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas e, em 1998, o presidente Mandela visitou o Brasil. A nova África do Sul emergia como parceira importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo Quadro com o Mercosul. No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu, especialmente quando o Brasil iniciou sua luta por quebrar os direitos de patente dos medicamentos para a AIDS [...] Quando o presidente, no contexto da crise do Real, começou a criticar a “globalização assimétrica”, passou também a haver uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente econômicos. Mas vale a pena, ainda, mencionar que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira (especialmente as telenovelas), das igrejas evangélicas<sup>2</sup> e, mesmo, o estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (num fluxo de duplo sentido). Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornam agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul (VIZENTINI, P.; PEREIRA, A., 2010, p. 4).

Assim sendo, podem-se identificar continuidades e rupturas do projeto de política externa com o fim do governo FHC e começo do governo Lula da Silva, com base em seus projetos de campanha. O grande ponto de continuidade foi o a prática da utilização da diplomacia como insumo para o desenvolvimento, enquanto que os pontos de ruptura consistem na nova percepção de mundo e adoção de novas estratégias no jogo diplomático com vistas a fortalecer a presença internacional do país como *player global*, caracterizando esta transição, segundo os graus de mudança em política externa criados por Charles Hermann

(1990) em mudanças de ajustamento e programa, haja vista não alterarem os objetivos iniciais, somente os meios e métodos para alcançá-lo.

Vizentini e Pereira (2010) argumentam que, com o continente africano, sentiu-se a necessidade de aproximação e cooperação, impulsionada pela necessidade de solver uma dívida histórica humana, social e cultural, proveniente da escravidão e da exploração dos laços étnicos<sup>14</sup> e culturais para construção de relações econômicas e comerciais estáveis.

Nos primeiros quatro anos de governo foram feitas quatro viagens ao continente africano, totalizando na visita a 17 países<sup>15</sup>; implantação de dez novas embaixadas e ampliação do número de diplomatas atuantes na região, em uma aproximação que visa não somente a obtenção de resultados econômicos de curto prazo. Outras iniciativas tomadas foram o apoio aos processos de reconstrução e pacificação, perdão das dívidas de vários países, concessão de crédito e assistência em áreas distintas, ampliação do Programa de Educação Continuada (PEC), que passa a contar com área de pós-graduação, fomento à pesquisa científica e intercâmbio de professores, caracterizando a África, como “o mais importante laboratório da cooperação sul-sul, em meio ao incremento do comércio bilateral” (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 5).

A relação com os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa<sup>16</sup> (CPLP) foi também priorizada pelo Itamaraty, e realizada através de programas fortes de cooperação bilateral. Porém a relação com esses sete países – atualmente oito –, enfrenta problemas desde sua criação em 1996, no Palácio de Belém, em Lisboa, em virtude da distinção nos projetos e interesses dos países membros. Mesmo com as adversidades, com todos os países parte da CPLP foram desenvolvidos programas de cooperação em áreas de desenvolvimento agrário, combate à AIDS e luta contra a pobreza, entre outras políticas<sup>17</sup>, sempre reforçando a necessidade de incitar a comunidade internacional a reverter o cenário de miséria desses povos (SARAIVA, J., 2002, p. 18).

---

<sup>14</sup> Sendo o país à parte do continente africano com maior população negra do mundo, segundo Alves e Barbosa (1998).

<sup>15</sup> Visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul em novembro de 2003; São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde em junho de 2004; Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal em abril de 2005; e Argélia, Benin, Botswana e África do Sul em fevereiro de 2006 (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

<sup>16</sup> Estes reúnem uma população de 240 milhões de pessoas em quatro dos cinco continentes (SARAIVA, J., 2002)

<sup>17</sup> Na presidência da CPLP o Brasil desempenhou papel primordial nas gestões diplomáticas fundamentais para o reestabelecimento da democracia em São Tomé e Príncipe e estabeleceu cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para que o país desenvolvesse os mecanismos necessários para exploração de seu petróleo. Com seu parceiro tradicional, Angola, foram ampliadas as relações em variadas áreas. Com Moçambique houve estreitamento dos laços comerciais e estabelecimento de cooperação em vários setores, mas especialmente no setor agropecuário (SARAIVA, J., 2002).

Completando esse eixo horizontal de relação e cooperação, encontram-se os projetos de integração sul-americana. Os projetos e ações regionais da diplomacia brasileira foram influenciados pelos ideais e propostas base do programa do PT para área de política externa e reafirmados no discurso de posse de Lula da Silva, como mencionado anteriormente. De acordo com Miriam Saraiva (2013), “a diplomacia brasileira buscou [...] um novo sentido à construção da liderança com padrões de *soft power* através do reforço do multilateralismo na região<sup>18</sup>” (SARAIVA, M., 2013, p.71).

Como prioridade principal de política externa brasileira, como reiterado no discurso de posse de Lula da Silva em 2003, está a “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida com base em ideais democráticos e de justiça social” (informação verbal<sup>19</sup>). Este empreendimento só seria possível, porém, com a revitalização do Mercosul – reparando seus alicerces econômico-comerciais, para que tenha êxito em seu projeto político de integração sul americana. No que concerne à relação com outros países, Lula da Silva expressa a intenção de

[...] ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades (informação verbal<sup>20</sup>).

Afinal, em um sistema internacional baseado em relações assimétricas de poder, onde a lacuna entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos aumenta cada vez mais, há a necessidade de articulação da atuação dos países não centrais para a defesa de seus interesses nas grandes negociações internacionais, como evidente nas palavras de Samuel Pinheiro Guimarães (2008).

Em um sistema mundial cujo centro acumula cada vez mais poder econômico, político, militar, tecnológico e ideológico; em que cada vez mais aumenta o hiato entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos; em que o risco ambiental e energético se agrava; e em que este centro procura tecer uma rede de acordos e de

---

<sup>18</sup> Neste sentido, o governo brasileiro atualizou os princípios da “não intervenção” na forma da “não indiferença”, atestando que o princípio da “não intervenção” não deve significar falta de interesse, mas deve ser assistido por outro preceito, de não indiferença, este assentado na ideia de solidariedade (AMORIM, C., 2005, apud SARAIVA, M., 2013, p.78).

<sup>19</sup> SILVA, Luiz Inácio da. **Discurso de Posse 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=azjU-Sve1cg>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

<sup>20</sup> SILVA, Luiz Inácio da. **Discurso de Posse 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=azjU-Sve1cg>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

normas internacionais que assegurem o gozo dos privilégios que os países centrais adquiriram no processo histórico e em que dessas negociações participam grandes blocos de países, a atuação individual, isolada, nessas negociações não é vantajosa, nem mesmo para um país com as dimensões de território, população e PIB que tem o Brasil. Assim, para o Brasil é de indispensável importância poder contar com os Estados vizinhos da América do Sul nas complexas negociações internacionais de que participa. Mas talvez ainda seja de maior importância para os Estados vizinhos a articulação de alianças entre si e com o Brasil para atuar com maior eficiência na defesa de seus interesses nessas negociações. (GUIMARÃES, 2008, p. 68-69)

Com vistas à atuação autônoma sob as questões do continente americano, esforços de institucionalização do Itamaraty foram realizados no início do governo Lula da Silva, com a inclusão de novos temas em sua agenda política, como a integração energética, o diálogo político, os mecanismos financeiros sul-americanos, redução das assimetrias, entre outros – esforços que demonstram os reflexos da expansão de iniciativas de cooperação técnicas e financeiras com os países da região.

Com a Argentina e o Mercosul as relações foram enfatizadas e priorizadas já no discurso de posse anteriormente mencionado. Com o objetivo de liderar a integração sul-americana a regulação e reconfiguração institucional e ampliação do Mercosul – através da entrada de novos Estados no bloco –, foi priorizada. Para Guimarães (2008) o objeto principal da política externa brasileira era a América do Sul e o núcleo da política externa brasileira na América do Sul era o Mercosul. E a essência da política brasileira no Mercosul, por sua vez, seria a Argentina. Guimarães (2008, p.59) argumenta, portanto que “qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso”. Deste modo, o autor criticava a base do regionalismo aberto do Mercosul e seu caráter comercialista, afirmando haver nos marcos do bloco uma perda gradual de importância do tópico do “desenvolvimento” ao mesmo tempo que crescia a relevância atribuída aos fluxos comerciais (GUIMARÃES, 2008, p. 59).

A resposta do governo foi “manter um equilíbrio econômico no interior do Mercosul que favorecesse os projetos brasileiros de desenvolvimento da infraestrutura e projeção industrial” e apostar na “ampliação do bloco com a assinatura de acordos de associação com os países da Comunidade Andina e o processo de entrada da Venezuela como membro pleno” (SARAIVA, M., 2013, p. 72). Iniciativas para superação do déficit institucional e modificação da dinâmica do bloco foram tomadas, reconfigurando seu perfil através da criação de novas áreas de atuação, “como o Programa de Trabalho do Mercosul e o Instituto Social do Mercosul e foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) que mostrou

uma disposição brasileira de alavancar investimentos econômicos em países do bloco”, embora seus recursos iniciais fossem pequenos (SARAIVA, M., 2013, p.72).

Em sua relação com a Argentina, as eleições de Lula da Silva no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina e a assinatura do Consenso de Buenos Aires<sup>21</sup> no dia 16 de outubro de 2003, pareciam marcar o início da construção de uma cooperação sólida entre os dois países. Porém a priorização da América do Sul, por parte da diplomacia brasileira, transformou-se num obstáculo ao aprofundamento da aliança estratégica com o país, uma vez que, segundo Saraiva M. (2013, p.72-73) “os investimentos brasileiros na construção de uma liderança regional e seu comportamento proativo no cenário internacional de forma individual” provocaram na Argentina reações de receio a um possível imperialismo brasileiro. Isto impactou, por exemplo, na falta de apoio argentino à candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Renovações e ampliações dos contatos diplomáticos brasileiros ao sul com países emergentes e menos desenvolvidos (LDCs) acontecem devido ao que Pecequilo (2008, p.150) intitula “substituição da tática da credibilidade pela barganha”, mas não significa que a adoção desta tática se traduza no abandono da agenda político-estratégica com o eixo vertical. No que tange às parcerias com a União Europeia (UE) e Estados Unidos (EUA), Amorim (2008) ressalta que houve um amadurecimento das relações e incremento no diálogo estratégico, que passaram a se focar mais nos progressos possíveis do que nas divergências existentes.

Em suma, o grande diferencial da política externa brasileira da era Lula da Silva com relação à dos anos 1990, é que se deixou de lado a velha dicotomia entre os eixos horizontal e vertical, e a opção de estabelecer relações assimétricas prioritariamente com países desenvolvidos, para revitalizar as tradições e promover diálogos com os países do ‘Terceiro Mundo’, sem, no entanto, menosprezar os de ‘Primeiro Mundo’, como sintetiza Amorim (2008).

O grande diferencial é que deixamos de lado a velha dicotomia (...): melhoramos nossas articulações com África, China, Índia- mas sem hostilizar os EUA e a União Européia [sic] que tem tido conosco um diálogo muito privilegiado (...) Por outro

---

<sup>21</sup> Assinado pelos presidentes do Brasil e da Argentina em Buenos Aires no dia 16 de outubro de 2003, este documento pretendia conformar as ações internas e externas de ambos os países em variados campos. Continha promessas nas áreas econômica, social e diplomática, formulando ideias generosas, e antecipando um conjunto de intenções, sem, porém apontar ações e instrumentos que permitissem alcançar esses objetivos de forma concreta.

lado, não preciso olhar para EUA e Europa para enxergar o Oriente Médio e a África. (AMORIM, 2008, p.5).

### **1.2.3 A política externa do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010)**

A política externa do segundo mandato de Lula da Silva, que inicia-se em 2007, tem como característica uma ligeira mudança da postura diplomática brasileira em relação à primeira gestão – enfatizando suas diferenças em relação ao período de Cardoso, no que Charles Hermann (1990) identifica como uma mudança de programa no redirecionamento de política externa.

A reeleição de Lula da Silva, com índices de aprovação do governo de 60%, e de confiança do presidente de 56% em meados de 2006, segundo a Pesquisa Ibope/CNI (2006) e a relativa estabilidade econômica pela qual passava o país, reforçaram a legitimidade do governo e sua autonomia, algo que fica ainda mais evidente considerando o cenário externo de crise financeira e a conjuntura internacional mais fragmentada, pela qual o Brasil passou sem sofrer severos danos. Assim, este segundo mandato inicia-se com o acirramento dos esforços diplomáticos na projeção brasileira como um *global player*, através do reforço de seu ativismo internacional e das iniciativas para estruturação e solidificação de sua liderança na América do Sul nas mais variadas dimensões. Em suma,

[...] a partir do segundo mandato a diplomacia brasileira acirrou os esforços de projeção do país como player global buscando um multilateralismo universalista e sempre orientando-os [sic] para uma revisão das instituições internacionais. Neste caso, a ideia do revisionismo soft da ordem internacional ficou mais visível e a diplomacia brasileira passou a integrar-se em diferentes fóruns (SARAIVA, M., 2013, p.73).

Na tentativa de aproveitar todas as iniciativas que contribuíssem para revisão das instituições e da ordem internacionais, este segundo mandato foi marcado pela continuação da cooperação com parceiros emergentes, e pela participação ativa nas negociações internacionais. Embora essa participação mais ativa, autônoma e reformista na política internacional tenha criado novos atritos com os EUA, estes foram tratados com baixo perfil político.

No que tange à relação com a UE houve esforço de continuação das iniciativas de diálogo existentes durante o governo FHC, com a assinatura de uma parceria estratégica. Esta parceria buscou incrementar a aproximação com os países europeus na defesa do multilateralismo e na revisão do equilíbrio de poder nas instituições internacionais, além de

promover o incentivo à inclusão de representantes brasileiros nas reuniões europeias para discussão de temas de negociações econômicas internacionais, e também incentivar a transferência de tecnologia para as áreas estratégicas brasileiras.

Todos os projetos e políticas defendidas durante o primeiro mandato foram perseguidos com ênfase e intensidade ainda maiores durante o segundo. Nas relações com os países africanos, percebeu-se o crescimento das iniciativas, partir da reeleição, sobretudo aquelas referentes à cooperação técnica e financeira e ao bilateralismo. De acordo com Miriam Saraiva (2013), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) “ampliou sua participação no arco da política externa, junto com a internacionalização de políticas setoriais como saúde, ciência e tecnologia, educação e agricultura” (SARAIVA, M., 2013, p. 74). A contrapartida dessas políticas foi o apoio africano às pautas brasileiras nos fóruns multilaterais.

Nota-se a importância dada pela diplomacia brasileira ao continente africano, com número de viagens feitas pelo então presidente Lula da Silva e seu chanceler Celso Amorim aos países da região, e as mudanças institucionais feitas no âmbito da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores nas questões relacionadas à África, como ressalta Miyamoto (2011),

[...] com o ex-presidente Lula tendo visitado 39 países durante seus dois mandatos, enquanto o ex-chanceler Amorim passou pelo continente em 60 oportunidades. Nesse meio tempo, o Ministério das Relações Exteriores aumentou sua representação diplomática na África, abrindo 16 novas embaixadas. Houve alterações inclusive na estrutura administrativa do Itamaraty, tendo o Departamento de África e Oriente Médio (DAO) se desdobrado em duas repartições separadas, cada uma delas dedicada a essas regiões (DA e DOM) (MIYAMOTO, 2011, p. 124).

No que tange à América do Sul e a construção de uma liderança brasileira na região, prioridade absoluta do partido, como evidenciado no programa de governo e repetidamente enfatizado durante os quatro anos do primeiro mandato de Lula da Silva, esta ganha ainda mais consistência nesse período. Acontece a substituição da Comunidade Sul-Americana de Nações<sup>22</sup> (CASA), criada em 2004 durante o primeiro mandato, pela União das Nações Sul-Africanas (Unasul), transformando-se no “principal canal de ação multilateral através do qual a diplomacia atuou com vistas a construir posições comuns com os países vizinhos, assim

---

<sup>22</sup> Criada em 2004 na Reunião de Presidentes da América do Sul em Cuzco no Peru, esta instituição é reflexo da soma dos processos de Integração da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Mercosul, se configurando como o terceiro maior bloco do mundo, somente atrás da União Europeia e do NAFTA. Seu processo de integração comunitária sul americana se baseia em três pilares básicos, a cooperação política, social e cultural, a integração econômica, comercial e financeira e o desenvolvimento de uma estrutura física, energética e de telecomunicações através da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (GOMES, G., 201?).



como responder como bloco a temas da política internacional” (SARAIVA, M., 2013, p.74). O projeto de construção da liderança regional foi igualmente embasado na cooperação técnica e em investimentos com vistas à projeção de empresas nacionais na região, o primeiro implementado com o auxílio dos ministérios da Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia e o segundo com financiamentos aprovados pelo BNDES e investimentos operacionalizados pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A construção do processo de integração regional da América do Sul, para Sean Burges (2005), não se traduz em vantagens em termos reais para o Brasil, por não possuir incentivos econômicos ou demandas domésticas regionais suficientes, mas por outro lado, enfatiza o autor, este processo pode receber estímulo em outras áreas relevantes para a região, como energia e segurança, por exemplo. O processo integracionista tem ainda outros problemas, como a reivindicação de concessões econômicas por parte de alguns países vizinhos – desafiando a posição brasileira –, e a exigência de que o Brasil tomasse para si o papel denominado por Burges (2005) de *paymaster*, arcando com os custos do processo de integração. À essas demandas o governo brasileiro respondeu com a estruturação de uma articulação política em torno de um projeto de liderança regional, cujo reflexo foi a formação de uma coalização que fosse mais favorável à disposição brasileira de incumbir-se de alguns custos dessa integração: “o país começou a assumir progressivamente o papel de *paymaster* na região, embora sem modificar a agenda comercial unidirecional e enfrentando resistências internas” (SARAIVA, M., 2013, P.74-75).

Na relação com o Mercosul e Unasul seguiram-se as orientações partidárias e de campanhas anteriores, focadas na priorização do processo de integração sul-americana, novamente enfatizadas no programa de governo apresentado durante as eleições de 2006<sup>23</sup>. Embora tenha havido adversidades quanto às questões de protecionismo comerciais intrabloco, outras áreas – que não comerciais – receberam estímulos, evidenciados pelo crescimento dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul<sup>24</sup> (Focem) e aprovação de iniciativas como o Plano Estratégico de Ação Social<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Conforme contido no programa de governo do então candidato Lula da Silva, procurar-se-á privilegiar “o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2006, p.14).

<sup>24</sup> Fundo criado em dezembro de 2004 e estabelecido em junho de 2005, tem propósito de financiar projetos que visem a aperfeiçoar a infraestrutura das economias menos robustas do bloco e das regiões menos desconhecidas e impulsionar a produtividade econômica de seus membros, promovendo seu desenvolvimento social, sobretudo nas zonas de fronteira, bem como auxiliar no funcionamento da estrutura institucional do bloco. Neste fundo o Brasil é responsável por 70% das cotas – estas baseadas na proporção histórica do PIB dos Estados-partes. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2015).

(PEAS), instrumento de articulação e desenvolvimento de ações específicas, integrais e intersetoriais para consolidação da Dimensão Social do Mercosul e o Programa de Integração Produtiva do Mercosul (PIP), programa que destina-se o fortalecimento da complementaridade produtiva regional, sobretudo das cadeias produtivas de pequenas e médias empresas e de empresas dos países de menor tamanho relativo da região.

Em relação à Argentina, uma das prioridades da política externa do primeiro mandato, o esforço do Mercosul institucional, acabou por favorecer com o país um diálogo político, que havia sido anteriormente afastado pelo fortalecimento econômico e projeção internacional do Brasil, e que “trouxeram, para a diplomacia brasileira, novas áreas de atuação que não foram acompanhadas pela Argentina”, segundo Saraiva (2013, p. 75). Nesse sentido, além do avanço da cooperação entre setores ministeriais argentinos e brasileiros durante o período, houve ainda a aproximação de ambos os países em projetos comuns, e procurou-se manter “como política de Estado, os esforços para manter estreitos laços de cooperação com a Argentina que evitassem o renascimento de qualquer tipo de rivalidade” (SARAIVA, 2013, p.75).

A presença brasileira em negociações internacionais no período do segundo mandato (2007-2010) foi constante e ativa em diversos setores. Nas negociações sobre mudanças climáticas o Brasil participou ativamente das discussões através do grupo BASIC – composto por Brasil, África do Sul, Índia e China no ano de 2007, trata-se de um grupo informal de diálogo entre esses países que buscam a revisão da ordem internacional vigente em diversos setores, mas neste caso especialmente sobre as mudanças climáticas. O Brasil, como o primeiro país a ratificar a Convenção sobre o Clima em 1994, manifesta hoje posição de liderança na questão climática. Além de demonstrar papel proativo nas negociações climáticas, o país participou ativamente do G20 financeiro – instituído para criação de soluções para a crise de 2008. A diplomacia brasileira buscou também: colaborar para solução do impasse palestino-israelense, questão presente desde a Guerra Fria e que ainda não encontra solução, contribuir para as negociações da questão nuclear iraniana e para a solução de conflitos no Oriente Médio e próximo (PORTAL BRASIL, 2011).

O ano de 2010 marca o fim do segundo mandato de Lula da Silva, e a apresentação de projetos de governo em período de eleições. A candidata amplamente apoiada pelo PT é

---

<sup>25</sup> Possui 26 diretrizes orientadoras, entre as quais: garantir segurança alimentar e nutricional; promover políticas distributivas observando a perspectiva de gênero, idade, raça e etnia; assegurar os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, sem discriminação de nenhum tipo, entre outras (SARAIVA, M. 2013).

Dilma Rousseff, ex-Ministra de Minas e Energia e ex-Ministra-Chefe da Casa Civil durante o governo que se findava.

Em seu programa de governo para os anos 2011-2014, a candidata expõe seus compromissos com o povo brasileiro para os próximos anos, caso seja eleita (PROGRAMA DE GOVERNO, 2010). No que tange à política externa deixa claro a escolha do país por uma política externa sem alinhamentos predefinidos, quando afirma adotar o Brasil uma política externa soberana, que defende os princípios históricos de nossa diplomacia, respeita a autodeterminação, a política de não intervenção, preza pela solução negociada de controvérsias, defende os direitos humanos e o desarmamento, luta pela paz mundial e amplia sua presença no mundo através do combate à fome e à pobreza, promovendo a solidariedade entre os países seja em qual nível de desenvolvimento estiverem. A integração latino-americana e o fortalecimento das relações sul-sul (especialmente com África, China e Índia) são tidos como prioridade, sem negligenciar as relações com os Estados Unidos e a Europa. E a reforma das instituições internacionais (ONU, FMI e Banco Mundial), devem ser defendidas, assim como o relacionamento soberano com países desenvolvidos em âmbito bilateral ou em instâncias como o G20, Ibas e BRIC. Por fim, a política externa sob a gestão de Rousseff deverá, segundo o Programa de Governo (2010), consolidar a política de defesa iniciada em 2009 nos termos da Estratégia Nacional de iniciativa no governo Lula, além de ser instrumento para aumento e diversificação geográfica no comércio exterior, expansão dos investimentos e iniciativas de complementação produtiva nacionais.

### **1.3 Política externa do governo Dilma Rousseff (2011-2014)**

As eleições de 2010 terminam com resultado favorável ao PT, com sua candidata à presidência vencendo o primeiro turno com mais de 47 milhões de votos, 14 milhões a mais que seu adversário do PSDB, José Serra, e no segundo turno com 56% dos votos (ou 55 milhões de votos totais válidos), de acordo com os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (2010).

Apesar das propostas expostas no programa de governo acima mencionadas, Andrés Malamud (2011), em seu artigo “A Política Externa de Dilma Rousseff: menos do mesmo”, faz uma projeção das tendências do mandato de Rousseff, todas essas sustentadas por um substrato comum: a aspiração pelo protagonismo internacional continuará, mas combinada com medidas de retração e reorientação. O autor traça três cenários possíveis de posição

brasileira em política externa: o primeiro cenário é reformista, onde o Brasil se articularia com as potências dominantes nas instituições multilaterais existentes (ONU, FMI, OMC, Banco Mundial); o segundo cenário é revisionista, prevê uma estratégia brasileira de alianças variáveis com potências emergentes (especialmente o BRICS e o Ibas); e o terceiro vislumbra o Brasil como um líder na América do Sul, com o papel de articulador dos interesses regionais e representante desses interesses nos foros internacionais. O autor então argumenta que o discurso brasileiro provavelmente tentará combinar os três componentes, porém a realidade será uma junção dos dois primeiros, sendo uma política externa mais conformista e menos regionalista.

Assim sendo, para Malamud (2011) a política externa de Dilma Rousseff conteria “menos do mesmo”, ou seja, não sofreria mudanças drásticas, mas sua intensidade seria menor nos temas de diplomacia presidencial, paciência regional e protagonismo global. A diminuição da intensidade da diplomacia presidencial, com sua tradição de ‘presidente chanceler’ iniciada por FHC e elevada à sua expressão máxima com Lula da Silva, tende a acontecer no mandato de Rousseff que manterá uma postura de ‘presidente em exercício’, segundo o autor. Outra característica que também sofre diminuição de intensidade é a paciência regional, chamada por Lula da Silva de paciência estratégica, que consistiria em obter através da interação regional três objetivos principais: i) fomentar o principal destino brasileiro de investimentos e produtos manufaturados; ii) promover a estabilidade política a fim de evitar conflitos sociais e crimes transnacionais; iii) aparentar não ser um país isolado, mas o representante legítimo de um bloco regional. Essa paciência regional ou estratégica pode ser resumida na seguinte frase: “aguantar los desplantes de los vecinos y seducirlos en vez de confrontarlos”<sup>26</sup> (MALAMUD, 2011, p.177). Porém durante a gestão de Rousseff, esta paciência deverá ser menor, algo que o autor atribui ao temperamento e orientação da própria presidente, que por ser mais desenvolvimentista que seu antecessor, manterá suas decisões guiadas pelos interesses nacionais. O protagonismo global também tende a ser mais velado, como resultado da primarização da pauta exportadora e o crescimento lento do país, estes por sua vez reflexo de duas tendências que chegaram ao apogeu no ano de 2010: a substituição dos Estados Unidos pela China como principal parceiro comercial do Brasil, e a volta do país a exportar mais commodities do que bens manufaturados (pela primeira vez desde 1978),

---

<sup>26</sup> “Suportar a grosseria dos vizinhos e seduzi-los ao invés de confronta-los” (tradução nossa).

demonstrando a desindustrialização relativa pela qual o país vem passando nos últimos anos (MALAMUD, 2011).

Saindo do campo das previsões e projeções e focando a análise sob fatos e acontecimentos concretos do período em questão, é possível perceber que aquelas não são de todo equivocadas, como ficará mais claro nos parágrafos seguintes.

Em sua chegada à presidência da República, Rousseff procura dar continuidade à agenda de política externa adotada no período anterior, como fica evidente em seu programa de governo (2010), porém suas ações foram influenciadas por modificações no cenário internacional logo nos primeiros anos de governo. A crise econômica mundial deflagrada em 2008 começa a dar sinais de permanência nos anos 2010-2011, fazendo com que a governante enfrente um cenário externo distinto do enfrentado pelo seu antecessor, quando se era favorável a novas coligações e a avanços em negociações comerciais. A gestão Rousseff começa, portanto, com uma margem de ação externa limitada.

Internamente se encontra um cenário econômico desgastado, em virtude principalmente da valorização do real em relação a outras moedas, o que estimulou as importações em 40% já no ano de 2010, e do receio do retorno da inflação (BARRAL; BOHRER, 2012, apud OCCHI; SIMÃO, 2014).

Em um contexto de intensificação das negociações por taxas de câmbio mais favoráveis, a presidente concentra sua ação em três frentes de ações: interna, regional e multilateral, onde embora os países latino-americanos ainda sejam prioridade na atuação brasileira, outros países e centros de poder passam a despontar na agenda multilateral brasileira, como é o exemplo do México. Para Rios e Veiga (2011), porém, é na esfera multilateral que se concentra a atuação do governo Rousseff, algo que fica evidente com o apoio à eleição de Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da OMC em 2013, “à medida que este proveu exemplo da permanência e fortalecimento das relações multilaterais e o incentivo à liberalização do comércio mundial” (CORNELET; MORONI, 2011, p.7, apud OCCHI, SIMÃO, 2014, p. 13).

As ações e políticas concernentes ao Mercosul seguem a mesma linha traçada no período anterior, porém com posicionamentos mais incisivos e uma diplomacia mais institucionalizada. Exemplos mais marcantes desse novo direcionamento são: a deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai no ano de 2012, o ingresso da Venezuela no bloco no mesmo ano, as tensões ocorridas após a morte de Hugo Chávez e a eleição de Nicolás Maduro,

e finalmente o episódio do senador boliviano Roger Pinto, que culminou na renúncia de Antonio Patriota da chancelaria, dando lugar à admissão de Luiz Alberto Figueiredo em 2013.

No ano de 2008, Fernando Lugo foi eleito presidente do Paraguai contando com alianças políticas e sociais de movimentos camponeses de luta pela reforma agrária, da Frente Guasú (uma representação partidária de esquerda), e do Partido Liberal Radical Autêntico (responsável pela indicação de seu vice, Frederico Franco). O parlamento paraguaio, por outro lado, era dominado pelo Partido Colorado, pela União dos Cidadãos Éticos e pelo Partido Liberal Radical Autêntico. Devido à divergência de apoios políticos entre Lugo e o Parlamento, seu mandato sofre limitações institucionais, além de ter problemas com os setores que o apoiaram, pois não conseguia implementar as propostas de sua campanha. Em julho de 2012, o Partido Colorado lidera um processo de impeachment baseado no artigo 225 da Constituição Federal Paraguaia, que expõe o mau desempenho das funções e delitos cometidos no exercício das funções ou delitos comuns entre as possíveis causas de um impeachment (PINTO, 2012).

A defesa de Lugo não consegue evitar a sua destituição do cargo, e ele é, portanto destituído por 39 votos a 4, decisão deferida pela Corte Suprema de Justiça. A posição tanto da Unasul quanto do Mercosul, foi de despachar seus chanceleres para Assunção imediatamente para realizar consultas sobre a real situação e tentarem reverter o processo, o que não foi possível. Os chanceleres voltam então para notificar o quadro político aos seus chefes de Estado, e estes decidem em sua maioria por condenar o novo regime instalado no poder. O que posteriormente resulta na suspensão paraguaia da tomada de decisões da Unasul e do Mercosul, baseando-se na cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia (PINTO, 2012).

Durante o período de suspensão paraguaia da Unasul e do Mercosul, o último oficializa a entrada da Venezuela no bloco em reunião convocada em caráter extraordinário, após seis anos de tentativas frustradas de ingresso pela oposição do Paraguai, gerando muitas especulações quanto à legitimidade dessa adesão, somente solucionadas em dezembro de 2013 com a aprovação por parte do congresso paraguaio ao ingresso venezuelano ao bloco.

Outro exemplo do novo direcionamento corresponde às tensões ocorridas em decorrência da morte de Hugo Chávez e eleição de Nicolás Maduro na Venezuela, e a adoção por parte da diplomacia brasileira de uma postura de cautela mesmo com o acirramento do conflito – alegando a posição brasileira de não ingerência em assuntos internos de outros países –, esta conduta seria reflexo da posição política menos pró-ativa do governo Rousseff e

da intenção de manutenção de interesses estratégicos e econômicos regionais no país (DEUTSCHE WELLE, 2014).

Por fim, o episódio do desembarque do senador boliviano em solo brasileiro e suas consequências demonstram a mudança de posicionamento da diplomacia do governo em questão. Após ficar exilado por mais de um ano na embaixada brasileira em La Paz, Roger Pinto Molina, senador boliviano acusado de diversos crimes de corrupção, desembarca em Brasília usando um jato particular na companhia do senador brasileiro Ricardo Ferraço (PMDB), em ação liderada pelo diplomata brasileiro Eduardo Saboia, deixando seu país sem salvo conduto em um carro oficial do governo brasileiro escoltado por soldados. A consequência inevitável desta ação foi a saída de Antonio Patriota do Ministério das Relações Exteriores, sendo substituído por Luiz Alberto Figueiredo, e desconforto nas relações entre Brasil e Bolívia.

Saindo do âmbito regional, mais recentemente outro momento complexo que exigiu decisões incisivas e arriscadas deu-se com o escândalo das denúncias de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) norte-americana. Fortemente criticado pela presidente brasileira, este episódio teve como resultado o cancelamento<sup>27</sup> da visita de Estado que seria feita aos EUA em outubro de 2013, protestos feitos por meios de discursos em foros multilaterais, encaminhamento de um projeto de regime internacional para a internet à ONU – conjuntamente com a Alemanha de Merkel, também vítima de espionagem –, e por fim a aceleração do projeto Brics Cable, para criação de um sistema de internet autônoma entre os países do BRICS (CERVO; LESSA, 2014, p.143).

#### **1.4 Conclusões parciais**

O crescimento econômico que foi reflexo das políticas implantadas durante os oito anos de governo Lula da Silva gerou uma série de otimismo e expectativas quanto à gestão de Rousseff. Segundo Gama (2014), os fatores para este otimismo eram, além do resultado positivo da economia, a possibilidade de reforma das instituições financeiras internacionais e a reabertura da Rodada de Doha na OMC pelos países emergentes que enfrentaram a crise de 2008 com alto crescimento; as promessas do governo americano de Barack Obama de pôr fim ao esforço militar de seu país no Iraque e Afeganistão; e finalmente a Primavera Árabe que

---

<sup>27</sup> O ciclo de desentendimento foi posteriormente encerrado e as relações entre os dois países retomadas do ponto onde haviam sido interrompidas, inclusive remarcando a visita cancelada.

estava em curso no início de seu mandato, marcando otimismo sobre a democratização e solução pacífica de controvérsias no Oriente Médio.

Este otimismo, porém, foi revertido nos anos seguintes com as mudanças acontecidas no cenário internacional. Primeiramente, a Primavera Árabe resultou, para além da Tunísia, em uma nova ditadura no Egito, uma intervenção armada na Líbia, uma intervenção de Israel em Gaza e na cruzada contra o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e do Levante) – organização jihadista do Oriente Médio – na Síria e no Iraque, iniciada pelos Estados Unidos e coalizão (composta por membros da OTAN e aliados dos países no Oriente Médio). No âmbito regional crises político econômicas na Argentina, Venezuela e Paraguai também tiveram seus impactos no Mercosul e na Unasul. No tocante as reformas das instituições financeiras internacionais, estas foram afetadas pela “resistência das economias do G-8, em lento processo de recuperação (que derrubou os preços das commodities, impulsionando déficits externos nos países em desenvolvimento)” (GAMA, 2014, p.1).

O contexto externo acaba por limitar as opções de ação de Rousseff, assim como os sucessos recentes do governo anterior, os quais são:

[...] medidas anticíclicas de combate à crise de 2008, programas de transferência de renda, de combate à pobreza e à desigualdade – elevaram o perfil internacional do Brasil. O país do futuro adiado a cada crise se tornou catalizador [sic] de transformações replicadas mundo afora. Na seara aberta pelo PIB brasileiro de 7.5% em 2010, vizinhos (como a Bolívia) acumularam êxitos econômicos. A África do Sul reduziu a pobreza e desigualdade de renda, segundo o Banco Mundial, inspirada em programas sociais brasileiros. A ONU criou um Conselho de Segurança Alimentar diretamente inspirado pelo êxito do Consea. Um brasileiro comanda a Organização Mundial do Comércio e outro, a maior operação de paz da história da ONU, na República Democrática do Congo. Mais que manter ativa e alta a diplomacia brasileira, um desafio do segundo governo Dilma é lidar com os efeitos de êxitos recentes. Inovações políticas bem-sucedidas tendem a ser replicadas, com menores custos. Uma vez global player, o Brasil deixa de ser “novidade”, enfrenta maior resistência (GAMA, 2014, p.1).

Juntamente com a limitação da presidente em relação à sua postura de política internacional decorrente do contexto externo como exposto acima, o próprio perfil administrativo da nova presidente parece ter sido causa parcial de uma contenção em suas ações concernentes à área, afetando a inserção internacional brasileira, de acordo com Cornetet (2014). Cervo e Lessa (2014), porém, analisando a hipótese do declínio do Brasil nas relações internacionais aplicável ao período do primeiro mandato de Rousseff (mas que é perceptível desde a transição do governo Lula da Silva para sua sucessora) traçam duas variáveis explicativas desse processo.

Em primeiro lugar, a inexistência de ideias força, ou seja, de conceitos operacionais com capacidade de movimentar sociedade e Estado em torno de estratégias de ação externa;



em segundo lugar, obstáculos acumulados pelo Estado com perda de eficiência da função gestora de caráter indutor (CERVO; LESSA, 2014, p.133).

Esse declínio internacional do Brasil em matéria de política externa acontece, para CerVO e Lessa (2014), não tanto como resultado das instabilidades do cenário internacional, mas por dois motivos gerais advindos do âmbito interno, a

[...] baixa inovação e baixa competitividade dos sistemas produtivo e de serviços, exceto o agronegócio; sistema político de coalizão partidária, que desloca facilmente a governabilidade da eficiência ao proveito pessoal ou do partido. Compromete-se, destarte, a qualidade do processo decisório, o qual tende a separar o Estado da sociedade e a refugiar-se no personalismo. Apenas de leve as causalidades internas são agravadas pela circunstância de crise financeira e econômica internacional vigente no período. Aliás, o declínio, por ironia, alcança a alta política internacional na desconfiança de líderes mundiais, aos quais a Presidente brasileira no início de seu mandato pontificava soluções de como superar os impactos da crise, quando, na realidade, logo depois, trouxe-os para dentro, ao ponto de provocar manifestações de massa de descontentamento diante de seu governo em junho-julho de 2013. Como consolo aos dirigentes brasileiros nesse período, observa-se, apesar de tudo, que a consolidação de estratégias internas e externas durante o governo Lula da Silva e sua continuidade, mesmo que frouxa e lerdada, pela sucessora, mantém o país como única potência emergente da América Latina no século 21, apesar de declinante (CERVO; LESSA, 2014, p.135-136).

Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são ambos desenvolvimentistas. Para se compreender melhor o perfil da presidente, e sua distinção em relação ao perfil de Lula da Silva, deve-se ter presente que ela iniciou sua trajetória político partidária no Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola – um dos maiores defensores do nacional-desenvolvimentismo –, somente filiando-se ao PT em 2001. Deste modo, Rousseff é nacionalista e desenvolvimentista, defendendo a participação do Estado na economia como agente regulador e indutor do crescimento econômico. A política externa de Rousseff é marcada também pela impessoalidade. Por ter um estilo mais sutil de governar assuntos externos, embora mantivesse as linhas básicas da PE do governo anterior, colocou em cena um conformismo e “ativismo internacional pessoal muito menor e sem as declarações controversas que caracterizaram o presidente Lula” (SORJ, 2014 apud BELLESA, 2014).

De acordo com o Instituto Humanitas Unisinos (2011), a impessoalidade no trato da PE não é a única questão que difere os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Questões que envolvem os Direitos Humanos são tratadas de modo distinto das práticas adotadas anteriormente, como fica expresso no voto favorável do Brasil ao envio de um relator para investigar possíveis violações de Direitos Humanos no Irã, contrastando com sua posição tomada por Lula da Silva nas questões envolvendo o país. Deste modo,

até o momento, para especialistas na área das Relações Internacionais, esta posição – a defesa dos Direitos Humanos — é a grande mudança ocorrida na política externa do Brasil, em relação ao Governo **Lula**. O voto do Brasil a favor das investigações sobre violação de direitos humanos no Irã criou polêmica e foi interpretada por muitos como uma reaproximação aos EUA após um esfriamento das relações ocorrido no ano passado por causa da amistosa posição do Brasil para com o país do Oriente Médio. O Brasil vinha sendo criticado, principalmente pelos EUA e países do ocidente, ao não condenar regimes considerados autoritários como a Coreia do Norte e o Irã. No caso iraniano, o Brasil colocava-se como "negociador" junto às potências sobre o programa nuclear iraniano (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2011, p.1).

Outros fatos que demonstram uma política externa de maior ou menor ativismo, sendo caracterizadas como elementos indicadores do perfil dessas políticas promovidas pelo mandatário são: a diplomacia presidencial, a expansão do corpo diplomático e a ausência em debates estratégicos. A diplomacia presidencial, como definida por Danese (1999, p.7), significa a “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex-ofício [sic], pelo presidente, ou no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”.

Analisando-se o número de viagens internacionais realizadas pela presidente Rousseff de 2011 a 2014 e pelo seu antecessor Lula da Silva de 2003 a 2010, a partir das informações divulgadas no site da Presidência da República, é possível perceber a redução significativa no número dessas viagens internacionais no mandato mais recente. Enquanto Lula da Silva despendeu em seu primeiro mandato (2003-2006), 216 dias fora do país e em seu segundo mandato 269 dias, Dilma Rousseff passou apenas 144 dias fora do país. A presidente viajou menos dias também em comparação com Fernando Henrique Cardoso (que passou 165 dias fora entre 1995-1998 e 159 dias entre 1999-2002), embora tenha visitado mais países.

Foram 62 viagens a 35 países no primeiro mandato de Rousseff, destas, 24 tiveram como destino a América do Sul, 17 a Europa, e 8 a África, enquanto que durante o primeiro mandato de Lula foram feitas 38 viagens à América do Sul, 22 à Europa e 20 à África, e durante o segundo mandato foram 45 à América do Sul, 38 à Europa e 17 à América Central. A partir da distribuição dessas viagens internacionais, características de enfoque intencional do governo por área geográfica ficam evidentes, podendo-se, portanto concluir a importância do continente africano, sendo o terceiro continente mais visitado na soma dos três mandatos petistas perdendo somente para os destinos tradicionais da diplomacia brasileira: América do Sul e Europa (CORNETET, 2014).

Para Lessa (2015), as viagens presidenciais são uma medida interessante da intensidade com que o presidente se põe à disposição da diplomacia, ou seja, do valor ou importância dado à política externa no seu governo. No caso da presidente, nota-se certo desinteresse pela área, que Lessa (2015) atribui à “sua falta de compreensão quanto ao tempo mais lento do funcionamento da política externa, em que diferentemente das ações em política econômica, os resultados são mais lentos” (LESSA, 2015 apud SCHREIBER, 2015, n.p.).

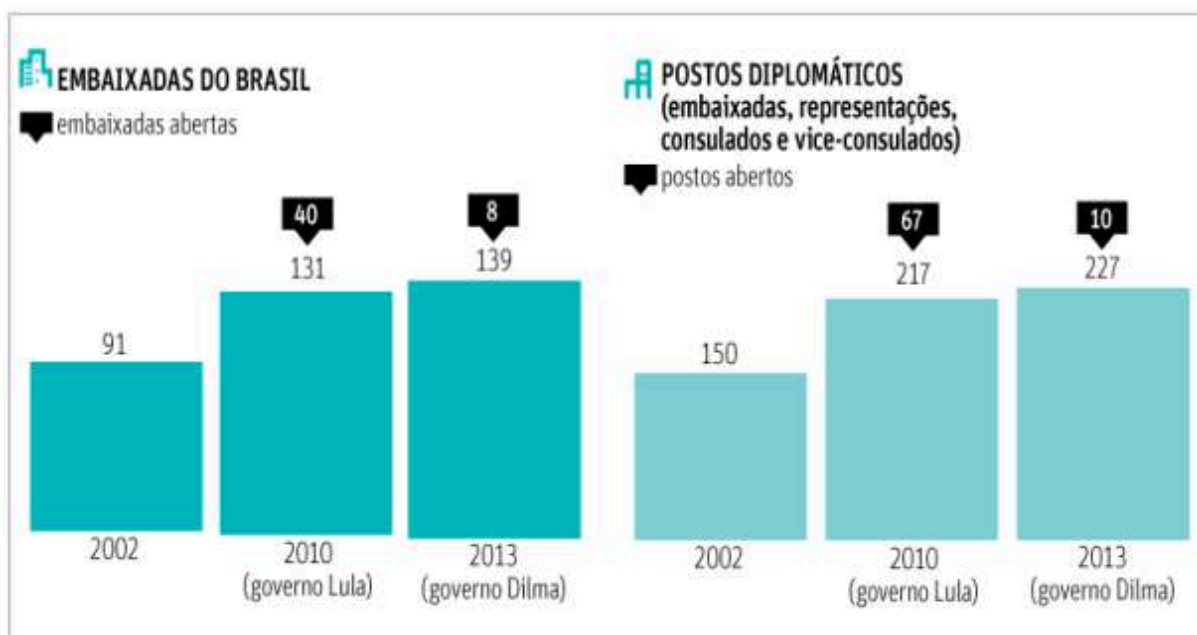
Um número reduzido de viagens internacionais pode resultar em impactos a médio e longo prazo, pois muitas das decisões tomadas ou mudanças de regras podem ter reflexos de forma direta ou indireta tanto em questões comerciais quanto políticas do país, e “se o Brasil não está presente nesses fóruns, essas mudanças são feitas sem levar em conta os interesses brasileiros” (UEHARA, 2015, apud SCHREIBER, 2015, n.p.).

A expansão ou retração do corpo diplomático do país, através do aumento ou diminuição de postos diplomáticos no exterior e vagas<sup>28</sup> no corpo diplomático no Itamaraty, também podem ser consideradas características medidoras de ativismo externo. Fazendo-se uma comparação entre o governo Lula da Silva e o governo Rousseff, novamente se percebe uma contenção dessa política estatal. No período de 2003-2010, houve um aumento do número dos postos diplomáticos brasileiros no exterior, sobretudo no Sul Global, sendo o crescimento anual de postos diplomáticos brasileiros no exterior – embaixadas, consulados, e outros –, durante o governo Lula da Silva, de 8,37, enquanto tem sido de 4,28 durante o governo Rousseff, de acordo com os cálculos elaborados de 2011 à abril de 2013 por Cornetet (2014) evidentes nos gráficos expostos abaixo.

---

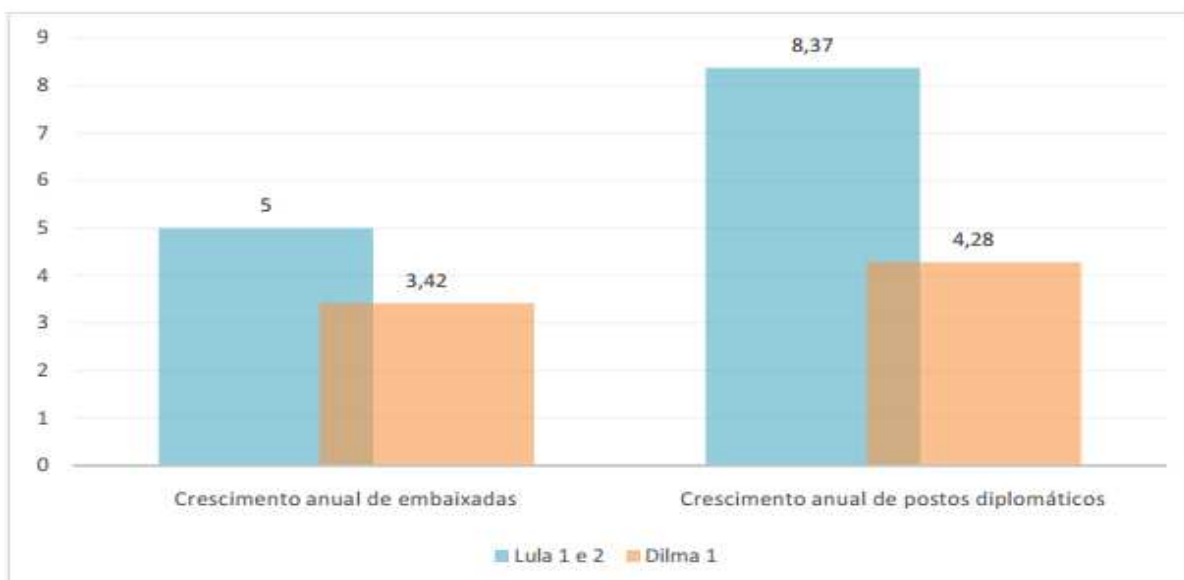
<sup>28</sup> Há pesquisadores que defendem a tese de que a redução de vagas no corpo diplomático do país indica contenção no âmbito de política externa, como é o caso de Stuenkel, embora novas pesquisas sejam necessárias para atestar esta hipótese.

**Gráfico 1- Dados das representações brasileiras no exterior (2002-2013)**



Fonte: elaborado por CORNETET (2014, p.124) com base nos dados de FLECK (2013).

**Gráfico 2 - Crescimento anual das representações brasileiras no exterior nas administrações Lula e Dilma**

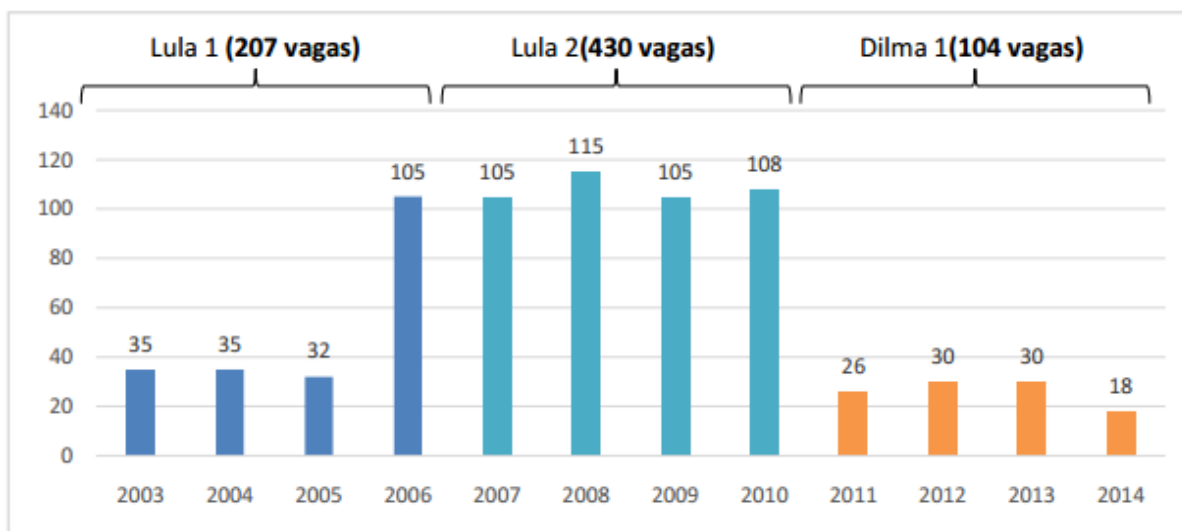


Fonte: elaborado por CORNETET (2014, p.124) com base nos dados de FLECK (2013).

Houve também nesse período de 2003 a 2010 o aumento do corpo diplomático brasileiro, sendo ofertadas 207 e 423 vagas para a diplomacia durante o primeiro e segundo mandato, respectivamente, como consta no Gráfico 3 - Vagas ofertadas no Instituto Rio Branco, fortalecendo o MRE. O período correspondente ao governo Rousseff, no entanto,

ofertou apenas 104 vagas, uma redução de 47% da oferta em relação ao primeiro mandato de Lula da Silva e de 74% em relação ao segundo mandato do mesmo.

**Gráfico 3 - Vagas ofertadas no Instituto Rio Branco nas administrações Lula e Dilma**



Fonte: elaborado por CORNETET (2014, p.122) com base em dados do CESPE UNB (2014).

A ausência brasileira em debates estratégicos internacionais é mais intensamente percebida a partir da substituição do Ministro Antonio Patriota por Luiz Alberto Figueiredo, e pode prejudicar a posição do país no cenário internacional eliminando os ganhos estratégicos obtidos durante o mandato de Lula da Silva. Entre os críticos da postura de Rousseff e Figueiredo está Oliver Stuenkel (2014), este autor argumenta em relação às consequências do não comparecimento nos grandes debates de política internacional, como por exemplo, o fato de se deixar de acompanhar em primeira mão as questões internacionais.

A não participação na Conferência de Genebra II em 31 de janeiro de 2014 que discutiu a crise Síria e na Conferência de Segurança em Munique, que reuniu as principais potências em debate sobre políticas de segurança são para Stuenkel como oportunidades perdidas, afinal

[...] o debate não é só sobre a Síria, mas sobre como a comunidade internacional lida com situações assim. Isso pode acontecer num país em que o Brasil tem fortes interesses econômicos, como Angola, e aí já se estabeleceram regras pra lidar com esse conflito das quais o Brasil não participou (STUENKEL, 2014).

A ausência da participação brasileira em reuniões, conferências de negociação de política internacional, assim como a diminuição do número de viagens internacionais, demonstra uma posição passiva e secundária brasileira em política externa, já não tão ativa e

ativa como nos mandatos anteriores, e sem prioridades claras. Para Denise Holzacker (2014, apud, MONTEIRO, 2014), “o governo Dilma adotou uma visão pragmática que prioriza as questões domésticas e, no plano internacional, as discussões econômicas nas quais o país tem interesse direto”. Assim, ganhos decorrentes de ações em política externa “na visão da presidente [têm] que ser ligado[s] a questões econômicas. Nessa lógica, participar de fóruns para construir soluções e consenso não parece tão interessante” (HOLZACKER, 2014, apud, MONTEIRO, 2014).

Nesse sentido, a realidade da política externa do período 2011-2014 não difere dos apontamentos e previsões feitas por Andrés Malamud no início do mandato em 2011, como fica evidente com as informações dispostas acima, embora possua mais elementos de continuidade com o governo Lula da Silva do que pretendem muitos críticos, há inegável recuo estratégico na política internacional brasileira no período, caracterizando mudança de ajuste, nas categorias definidas por Charles Hermann. (1990). Assim, a mudança na ênfase no programa de política externa, do governo Rousseff é caracterizada por uma contenção sem modificação de seus objetivos, mas com iniciativas mais tímidas, menos viagens presidenciais e menor formação de cargos e postos diplomáticos, em comparação com a gestão que a antecedeu.

A contenção em política externa do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) pode ser percebida quando comparada à ênfase que a área recebeu no período da gestão anterior. Embora tenha havido uma inegável continuidade no projeto político de inserção internacional, este foi perseguido menos enfaticamente, sendo, portanto, uma mudança muito mais retórica do que de conteúdo, algo que pode ser atribuído: a) ao contexto internacional em que cada governante assume seu posto – com o período que abrange os mandatos do governo Lula contando com uma maior disponibilidade internacional às propostas brasileiras de inserção no cenário internacional, enquanto o período Rousseff enfrenta um contexto internacional mais fechado e pouco disposto a lidar com as aspirações brasileiras), ou b) ao estilo de liderança dos próprios líderes, possuidores de perfis e interesses que se manifestam de modo distinto na condução do país – enquanto Lula da Silva é mais carismático, ativo e um orador eloquente, Rousseff é mais impessoal e de ativismo internacional menos enérgico.

O conteúdo do primeiro capítulo é essencial para a análise a ser desenvolvida no segundo, pois assenta as bases da política externa nos dois períodos estudados, facilitando a identificação das mudanças ocorridas na área entre um mandato presidencial e outro. Assim, este primeiro capítulo fundamenta o próximo no sentido de respaldar o resultado da análise

para que melhor se entenda as mudanças ocorridas na pasta de política externa do país no período de 2003-2010 e 2011-2014, e suas motivações.

## 2 ANÁLISE DA IMAGEM DO BRASIL NO *THE NEW YORK TIMES*

Este capítulo pretende traçar as bases da imagem internacional brasileira e posteriormente analisar possíveis mudanças da percepção desta imagem pelo jornal *The New York Times*, fazendo uma comparação entre os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, a partir da classificação de 124 artigos do referido jornal como majoritariamente positivos, negativos ou neutros.

O jornal *The New York Times* surge em 1851 na cidade de Nova Iorque. O jornal, que tem circulação diária, é distribuído por todo os Estados Unidos em sua versão impressa, e internacionalmente por meio de seu endereço eletrônico<sup>29</sup>. Referência jornalística no mundo, o *NY Times*, como é conhecido, se caracteriza por sua cobertura global, e seu lema: “Todas as notícias que se encaixam na impressão”<sup>30</sup>, onde se propõe levar a informação “com qualidade, amplitude e profundidade em uma vasta área de temas: notícias locais, nacionais, internacionais, negócios, cultura, ciência, opinião, artes, estilo, esportes e educação” (LIMA; VIANA, 2011, p.1).

O jornal, que atualmente se declara livre de filiações partidárias – embora tenha apoiado inicialmente candidatos republicanos e posteriormente democratas ao longo de sua história –, é o jornal com a terceira maior circulação nos Estados Unidos em 2014, de acordo com The Statistics Portal (2015 apud NYTCO, 2015). No ano de 2015 o jornal conta com 64 localidades de impressão global, além de impressão de uma média de 1,1 milhões de cópias na edição dominical, quase 1 milhão de cópias diárias e uma média de 9 milhões de acessos em seu *web site* por dia, segundo as informações do próprio *NY Times* (NYTCO, 2015).

Notícias difundidas por veículos midiáticos, como *The New York Times*, são por vezes o único contato que o leitor tem com certos fatos e acontecimentos ocorridos nos países estrangeiros. Ainda que superficialmente “tais construções passam a orientar o público leitor do jornal na maneira de olhar um país estrangeiro, assumindo assim também um papel ideológico e histórico” (VIANA; LIMA, 2011, p.1).

Um jornal como o *The New York Times* exerce “fundamental influência sobre a imagem elaborada de determinado país, por meio das construções jornalísticas e do enfoque dado em suas páginas” (VIANA; LIMA, 2011, p.1). Nesse sentido, o objetivo central deste

---

<sup>29</sup> Seu endereço eletrônico é <http://www.nytimes.com/>.

<sup>30</sup> “All news that fits to print” (Texto original).



capítulo é analisar possíveis mudanças de percepção da imagem brasileira pelo jornal *The New York Times*, na comparação entre os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Este capítulo foi dividido em 2.1 Formação da imagem internacional brasileira, 2.2 Análise do governo Lula (2003-2010): Brasil, reflexo da imagem de seu líder, e 2.3. Análise do governo Rousseff (2011-2014): política externa apática e desinteresse midiático internacional. A primeira seção apresenta as premissas de formação e sustentação da imagem internacional brasileira, enquanto as segunda e terceira seções consistem nas análises dos artigos do jornal *The New York Times* publicados durante a gestão Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente.

## 2.1 Formação da imagem internacional brasileira

A política externa brasileira caracteriza-se por sua adequação às normas e princípios universais que regem as relações internacionais. Possuidora de uma postura pragmática e racional, insere-se no contexto internacional contemporâneo por meio do uso de ferramentas de *soft power* (ou Poder Brando, consiste em instrumentos dos âmbitos da cultura, ideologia e política). Preterindo, portanto recursos de ameaça bélica e de coerção econômica (*hard power*), e conquistando, deste modo seus objetivos por meio de influência e não de coerção, como ressalta Vigevani e Cepaluni (2013).

Ao contrário de outros países que possuem uma abordagem baseada no poder coercitivo, sustentada pelas “cenouras e galhos”, econômicas e militares, a política externa brasileira é baseada na intensa participação em instituições internacionais. Esta participação é justificada pela busca por autonomia com relação às grandes potências, bem como seu desejo próprio de incrementar seu *status* internacional. [...] Os objetivos centrais do Brasil não estão relacionados às questões de segurança (como no realismo clássico e neorealismo), mas estão mais preocupados com o aumento do seu status internacional como um parceiro comercial e nação pacífica. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2013, p.267, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Para Nye (2004), em seu *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, *soft power*, ou poder brando, é essencial para países que buscam cooperação multilateral e

---

<sup>31</sup> “Unlike other countries that have a coercive/Power-based approach sustained by economic and military ‘carrots and sticks,’ Brazil’s foreign policy is based on intense participation in international institutions. This participation is justified by the quest for autonomy from the great powers , as well as its own wish to increase its international status [...] Brazil’s main goals are not related to security issues (as in classical realism and neorealism), but more concerned with increasing its international status as a trade partner and peaceful nation.” (Texto original).

resolução de problemas causados em decorrência do “lado negro da globalização” existente nas relações entre os Estados (NYE, 2004, p.4).

Muito embora este conceito tenha surgido na tentativa de ilustrar o tripé<sup>32</sup> de poder estadunidense no fim da década de 1980, pode ser também aplicado para fins de análise, a outras situações, como é o caso da inserção internacional brasileira. Inserção esta, geralmente associada com o comércio exterior, área cuja participação brasileira é de 1% do comércio mundial, mas que tem outras fontes de poder nas esferas militar, tecnológica, política, cultural e ideológica (GUERALDI, 2005, p.6).

Para o Nye (2004, p.11-15) o poder brando pode ser ampliado por meio de três vertentes: i) cultura/atração cultural, cujo controle, em maior parte, foge ao Estado – representada por símbolos e outras representações sociais identificadoras do país, como no Brasil, o “esporte (futebol e recentemente o vôlei), música (samba e bossa nova), folclore (carnaval) e costumes (criatividade, como é conhecido o “jeitinho brasileiro” e, no âmbito negativo, a corrupção)” (GUERALDI, 2005, p.87); ii) valores políticos (domésticos ou externos), sob controle governamental – referentes ao engajamento interno em determinadas questões, como no caso brasileiro, os projetos pela erradicação da fome e da pobreza, a valorização da democracia e busca por desenvolvimento econômico e distribuição de renda; e iii) política externa, também sob domínio governamental – refere-se a atributos mais tangíveis e mais facilmente identificáveis, tanto para análise de conteúdo das mídias internacionais quanto na análise dos discursos oficiais de política externa do governo brasileiro. Exemplos desses atributos são: diplomacia, coalizações, acordos internacionais com participação brasileira e participação em fóruns multilaterais (GUERALDI, 2005, p.86).

O Brasil, no esforço de consolidação de sua posição como potência emergente, ativa, ativa e protagonista em questões internacionais, ganha cada vez mais visibilidade no cenário externo, de acordo com o Comitê de Direitos Humanos e Política Externa (2014). Com essa visibilidade adquire também responsabilidades na gestão de desafios globais. Assim, a política externa brasileira, buscando tanto seu desenvolvimento econômico quanto uma alternativa de inserção internacional que aumente seu status frente aos outros países, o faz adotando uma perspectiva<sup>33</sup> de *soft power*, cooperativa e pacífica ante aos problemas e tensões entre os Estados e de voz ressoante no âmbito das instituições multilaterais.

---

<sup>32</sup> O tripé referido diz respeito aos âmbitos econômico, militar e o poder brando propriamente dito.

<sup>33</sup> Sem, entretanto, ignorar as outras duas pontas do tripé de poder: os âmbitos econômicos e militar.

Para Egwemi (2010, apud CHIDOZIE; IBIETAN; UJARA, 2014, p.51), a posição de um país no sistema internacional é altamente dependente de como sua imagem é percebida nesse sistema. Um país com uma boa imagem perante o sistema de Estados tem como reflexo de sua imagem positiva, influência, prestígio e respeito no cenário internacional, enquanto que um Estado percebido negativamente por outros do sistema, carece de respeito, influência e prestígio. Deste modo, é “evidente que política externa, quando concebida como a maneira que um país se relaciona com o ambiente externo, tem sérias implicações para a imagem internacional desse país”<sup>34</sup> (CHIDOZIE; IBIETAN; UJARA, 2014, p.55, tradução nossa).

Uma boa imagem internacional pode estar associada à seriedade a qual os países demonstram na sociedade internacional e, particularmente, com a coerência que demonstram no cumprimento dos acordos firmados e a confiança que transmitem em seu comportamento “no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas, tanto internas quanto externas”–, principalmente “se essas políticas demonstram compromisso com os valores internacionalmente aceitos, tais como a liberdade, o estado de direito, a boa governança e o respeito pelos direitos que a humanidade considera vigentes” (ROMERO, Sérgio, 2014, p.1).

Como amplamente explorado no primeiro capítulo deste trabalho, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff embora sustentem uma ligação partidária embrionária, possuem premissas, tanto em política externa quanto interna, que não apresentam continuidade absoluta. E embora o próprio ex-Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, tenha em seu discurso de posse no Itamaraty, em 2011, salientado que a política externa seria orientada “preservando as conquistas dos últimos anos e construindo sobre a base sólida das realizações do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, o que se percebeu nos anos subsequentes foi uma política externa muito mais acanhada (PATRIOTA, 2011, s.p).

A política externa do governo Lula da Silva foi marcada por uma inflexão na ação internacional do Brasil, propondo-se a promover a inserção brasileira na esfera internacional em um patamar de autonomia através de fontes não tradicionais de poder, produzindo um novo paradigma de ação externa que visava primeiramente o multilateralismo de reciprocidade e em segundo lugar a internacionalização econômica. Isto só foi possível, porém, em decorrência “das transformações dos cenários econômico e político mundiais, e da nova divisão e difusão de poderes do espaço internacional” (PINTO, 2011, p.15).

---

<sup>34</sup> “Evident that foreign policy, when conceived as the way a country relates with its external environment, has serious implications for the country’s international image” (Texto original).

A política externa do primeiro mandato de Dilma Rousseff, embora apresente orientação similar, foi mais impessoal e menos ativa do que a de seu antecessor – caracterizando uma mudança de ajustamento, nos níveis estabelecidos por Charles Hermann (1990) –, o que autores como Stuenkel (2014) caracterizam como um recuo estratégico na área, com ameaças a eliminar os ganhos acumulados durante a gestão anterior. A menor exposição da Presidente, que realizou relativamente menos viagens internacionais, sua falta de interesse em políticas de médio e longo prazos<sup>35</sup>, e carência de carisma e eloquência nos discursos, demonstra uma mudança no estilo de liderança, que pode ter afetado a imagem que se tem do Brasil internacionalmente, como busca verificar a análise a ser realizada na subseção seguinte.

A publicação selecionada para análise qualitativa da imagem internacional do Brasil teve como principal critério de escolha sua alta circulação – com uma circulação média (impressa e digital), segundo o relatório da Alliance for Audited Media (2014), de 2.149.012 exemplares nos dias de semana e 2,517,307 aos domingos –, pois um jornal de maior alcance ao público geral poderá fornecer um maior embasamento ao propósito que o trabalho se destina. Será utilizado, portanto, o jornal *The New York Times*, por se tratar de um jornal de renome e alta circulação que por ser escrito em inglês e integralmente disponibilizado na internet, tem ainda mais alcance.

As categorias foram elaboradas através do método de autocategorização. Leu-se inicialmente 15 artigos do jornal no período correspondente a cada um dos presidentes estudados. Através da leitura foi possível estabelecer pontos comuns à ambos os períodos, e estes foram considerados, portanto, como categorias. Foram determinadas seis categorias para classificação dos artigos: *Projeção Internacional*; *Poder Global/Regional*; *Presença/Influência Internacional*; *Perfil Presidencial*; e *Outros e Neutros*, as cinco primeiras categorias foram tabeladas como positivas ou negativas, enquanto que a última categoria, denominada *Neutros*, classifica os artigos que não manifestam juízo expresso de valor sob as notícias transmitidas. A cada uma das quatro primeiras categorias foram atribuídos códigos correspondentes que facilitam a identificação e classificação dos artigos em suas determinadas categorias, como ficará mais claro nas explicações que se seguem, enquanto que na categoria *Outros* são classificados os artigos que não mencionam nenhuma das quatro primeiras

---

<sup>35</sup> Guilherme Casarões (2013, n.p.) argumenta que para o governo atual “o imediatismo dos resultados tangíveis e quantitativos precede o planejamento de longo prazo e a razão de Estado. Como se a política externa pudesse ser traduzida em planilhas ou balancetes”.

categorias, mas podem ser classificados como positivos ou negativos – por seu conteúdo favorável ou crítico. As categorias *Outros* e *Neutros*, não possuem códigos correspondentes, por serem menos específicas que as quatro primeiras apontadas.

**Tabela 1 – Categorias para análise dos artigos e códigos correspondentes**

Nº	Categoria	Códigos Correspondentes
1	Projeção Internacional	Projeção Internacional Promissora
		Projeção Internacional Proeminente
2	Poder Global / Poder Regional	Liderança Regional / papel de liderança
		Exemplo ou modelo Regional/Global
		Poder global em ascendência
3	Perfil Presidencial	Líder Nato/Natural
		Exemplo de Líder Regional
		Pragmático; Assertivo; Propositivo;
4	Presença/Influência Internacional	Influência crescente
		Presença obtida por meio de alianças
5	Outros	* <sup>36</sup>
6	Neutros	* <sup>37</sup>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

<sup>36</sup> A categoria “Outros” não apresenta códigos correspondentes por não ser tão específica quanto às quatro categorias anteriormente mencionadas.

<sup>37</sup> A categoria “Neutros” não apresenta códigos correspondentes por não ser tão específica quanto às quatro categorias anteriormente mencionadas.

Em suma, os artigos a serem analisados que retratem positivamente o perfil presidencial, a projeção internacional brasileira, sua presença e influência internacional, sua capacidade de exercer poder regional, ou outros motivos que não os acima mencionados, foram considerados majoritariamente positivos, enquanto que os que retratem uma possível perda em qualquer destas categorias acima mencionadas foram categorizados como negativos. Os que não opinam criticamente ou de modo positivo sobre nenhuma dessas categorias foram considerados neutros, sendo classificados na categoria que recebe esta denominação.

Aqui cabe ressaltar a diferença entre os artigos classificados como *Neutros* e os classificados na categoria *Outros*. Os classificados como na categoria *Outros* são aqueles artigos que o conteúdo não menciona nenhuma das categorias anteriormente apontadas, mas faz apreciação de outros aspectos que influenciam a imagem internacional brasileira, positiva ou negativamente. Já os classificados como neutros são aqueles artigos que o autor não expressa inclinação a criticar ou elogiar as políticas adotadas pelo governo brasileiro, resumindo-se a reportar o estritamente necessário, sem manifestar um *bias* (viés, tendência ou inclinação a favor ou contra essas políticas).

A identificação dos artigos analisados nessas seis categorias (considerando também a categoria *Neutros*), nos permite traçar um rascunho de como a política externa brasileira é percebida pelo jornal *The New York Times* (e transmitida ao público que a ele tem acesso), na tentativa de cumprir o objetivo primário a que este trabalho se propõe de fazer uma comparação da imagem internacional do Brasil na gestão de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014), a fim de verificar se a contenção estratégica ocorrido na área no período mais recente reflete-se na percepção que se tem do Brasil no jornal.

Foram analisados 124 artigos relacionados na ferramenta de busca do site do jornal *The New York Times* pelas palavras-chave *foreign policy*, *Brazil*, *Lula da Silva* e *Dilma Rousseff*. Embora apareçam mais artigos relacionados, consideraram-se para fins de análise somente aqueles que mencionam o Brasil e seus representantes, pois a ferramenta de busca por vezes contabiliza artigos que são marcados por certas palavras-chave, mas que não possuem no corpo de seu texto relação com elas, com vistas a aumentar o número de visualizações de suas páginas. Assim, destes 124 artigos, 68 abrangem o período que vai de 2003 a 2010, representando os dois mandatos do Presidente Lula da Silva, e 56 artigos são referentes ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, que abarca o período de 2011 a 2014.

## 2.2 Análise do governo Lula (2003-2010): Brasil, o reflexo da imagem de seu líder

Os anos de 2003 a 2010 contabilizaram um total de 68 artigos analisados, dois quais 41 são positivos, 11 negativos e 16 neutros. Quando analisados nas categorias mencionadas anteriormente o resultado pode ser percebido na tabela a seguir.

**Tabela 2 – Resultado da classificação dos artigos em categorias (2003-2010)**

Nº	Categorias	Positivo	Negativo	Neutro
1	Projeção Internacional	1	3	0
2	Poder Global/Poder Regional	16	0	0
3	Perfil Presidencial	12	2	0
4	Presença/Influência Internacional	6	3	0
5	Outros	6	3	0
6	Neutros	0	0	16

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

### Projeção internacional

A projeção internacional brasileira dos anos 2003 a 2010 está relacionada a pontos-chave, que vão desde a figura carismática<sup>38</sup> do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando pela qualidade do corpo diplomático brasileiro, até a articulação das questões internas e externas (reflexo da ideia de que o interesse nacional não pode ser desvinculado da posição que o país busca atingir internacionalmente). Neste sentido, houve, para Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais,

o entendimento de que a política externa não poderia ser apenas um instrumento de projeção dos interesses nacionais no cenário internacional, mas que nossa inserção no mundo, sobretudo na região, teria uma incidência decisiva sobre nosso projeto nacional de desenvolvimento (GARCIA, 2010, p.154).

---

<sup>38</sup> Optou-se por separar a figura do Presidente em outra seção intitulada “Perfil Presidencial” para facilitar a comparação entre Lula da Silva e Dilma Rousseff, devido suas distinções de personalidade e perfil de governança.

Dos artigos analisados nesta categoria, somente um foi classificado como positivo, enquanto outros três foram classificados como negativos. O único artigo positivo desta categoria trata dos reflexos positivos das iniciativas de projeção brasileira no palco internacional, que podem ser percebidos na aproximação com as nações árabes, como por exemplo, no caso da Conferência realizada entre os líderes sul-americanos e os do mundo árabe em 2005, duas regiões que até então tinham relativamente pouco contato (ROHTER, 2005a).

Os três artigos classificados como majoritariamente negativos tratam da posição brasileira em relação ao programa nuclear iraniano. O artigo denominado *Brazil Elbows U.S. on the Diplomatic Stage*, inicia-se com a afirmação que as ambições brasileiras de se tornar um importante *player* na arena diplomática global batem de frente com os esforços dos EUA e outras nações ocidentais em frear o programa nuclear iraniano. Embora o artigo cite o caráter pacífico da diplomacia brasileira – com seu histórico de engajamento em missões de manutenção da paz das Nações Unidas –, faz duras críticas à posição brasileira de receber o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad no Brasil, tratando a postura brasileira como uma tentativa de projeção que está “marchando ao seu próprio ritmo em vez de cooperar com os aliados para atingir objetivos geopolíticos maiores”<sup>39</sup> (BARRIONUEVO, 2009<sup>a</sup>, s.p., tradução nossa).

O segundo dos artigos classificados como negativo refere-se à visita da Secretária de Estado Hilary Clinton a vários países da América do Sul, inclusive o Brasil, em 2010, onde pretendia pressionar o Presidente Lula da Silva a tomar medidas mais firmes em relação ao programa nuclear iraniano. O artigo se utiliza da opinião de especialistas para afirmar que o país não tomará medidas mais duras contra o Irã, contrariando a posição estadunidense, pois o vê “como um pequeno, mas significativo fator no **aumento da proeminência** do Brasil no cenário internacional”<sup>40</sup> (THOMPSON; BARRIONUEVO, 2010a, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

O último artigo classificado como negativo desta categoria, intitulado *As ugly as it gets* de autoria de Thomas L. Friedman, critica a aspiração brasileira no cenário internacional posicionando-se a favor de uma nação – o Irã – acusada de cometer atos que violam os direitos humanos. O artigo é enfático ao afirmar que o Brasil estaria “cinicamente

---

<sup>39</sup> “Marching to his own drummer rather than cooperating with allies to achieve larger geopolitical goals” (Texto original).

<sup>40</sup> “as a small but significant factor in Brazil’s **rising prominence** on the world stage” (Texto original).



perseguindo seus próprios interesses desconsiderando os direitos humanos”<sup>41</sup>, e vai mais a fundo na crítica quando pergunta se “tem algo mais feio do que assistir democratas vendendo outras democracias para um bandido iraniano, ladrão de votos e que nega o holocausto, apenas para provocar os Estados Unidos e mostrar que, pode também participar do jogo de poder das grandes nações”<sup>42</sup> (FRIEDMAN, 2010, s.p., tradução nossa).

O que se conclui do resultado das avaliações desta categoria é que enquanto a posição de aproximação com as nações árabes foi percebida positivamente pelo jornal, a posição de não condenar o Irã pelo seu programa nuclear, foi criticada pelo *The New York Times* e considerada como um empecilho à projeção internacional brasileira.

### **Poder global/regional**

Poder Global/Regional foi a categoria com mais artigos classificados neste período, com um total de 16 artigos, todos majoritariamente positivos. Esta categoria buscou classificar os artigos que clamassem a posição brasileira como um poder global ou regional, servindo de modelo, líder ou exemplo para outras nações.

Um ponto bastante debatido que contou positivamente na imagem brasileira foi quando o Brasil assume o posto na Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti) na segunda metade de 2004. Entre os aspectos positivos apontados pelos artigos está a opção brasileira pelo uso de diplomacia não convencional para complementar a força militar usual. Exalta-se nos artigos vinculados à atuação brasileira na Minustah a longa tradição brasileira de tomar parte nas forças de manutenção da paz da ONU, a disposição de tomar o papel de liderança da missão em um período crucial e a posição do Brasil como *poder regional emergente* que trouxe países do Mercosul a atuarem conjuntamente na missão, como ressalta ROHTER (2004, s.p.),

‘o Brasil de fato assumiu o **papel de liderança** em um momento crucial, e isso é uma grande coisa’, disse um alto funcionário americano em visita a Washington em junho. Os países caribenhos estavam ainda ofendidos pelo acontecido no Haiti e tentaram manter distância de qualquer tipo significativo de envolvimento. Porém o

---

<sup>41</sup> “cynically pursuing its own interests without regard for human rights” (Texto original).

<sup>42</sup> “is there anything uglier than watching democrats sell out other democrats to a Holocaust-denying, vote-stealing Iranian thug just to tweak the U.S. and show that they, too, can play at the big power table?” (Texto original).

Brasil não somente se voluntariou, mas trouxe consigo o resto do Mercosul<sup>43</sup> (ROHTER, 2004, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Assim,

como uma **potência regional emergente**, o Brasil têm também aspirações recorrentes a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e intensificou sua campanha para este fim desde a posse do Sr. da Silva em janeiro de 2003. Os líderes da França, Alemanha e algumas outras nações europeias, ainda que expressem suporte geral à ideia, reporta-se terem dito ao Sr. da Silva que o Brasil deve desempenhar um papel mais ativo no cenário internacional, em situações como no Haiti, para alcançar este objetivo<sup>44</sup> (ROHTER, 2004, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Até mesmo o Secretário de Estado Americano Colin Powell afirmou que "As contribuições do Brasil para a manutenção da paz no Haiti e outras ações tornaram-no digno de consideração para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas"<sup>45</sup> – embora não tenha dito se os Estados Unidos apoiariam ou não a candidatura brasileira (WEISMAN, 2004, s.p., tradução nossa).

Outros pontos importantes discutidos pelos artigos analisados, dizem respeito à ativa atuação brasileira em questões climáticas. Em seus discursos consistentes com relação ao aquecimento global, o Brasil, que enxerga a si como “uma potência agrícola e industrial emergente”<sup>46</sup>, percebe o impacto desastroso que o aquecimento global poderia ter nessas aspirações, e a importância da discussão sobre esse assunto de alcance e repercussão internacional (ROHTER, 2007a, s.p., tradução nossa).

Ainda com relação às questões climáticas, o país, considerado pioneiro na produção de combustíveis não fósseis, recebe reconhecimento internacional por promover a substituição gradual dos combustíveis fósseis, como ressalta Yardley (2007, s.p.), o então presidente

---

<sup>43</sup> ““Brazil really did take a leadership role at a crucial moment, and that's a big deal’, a senior American official said in an interview in Washington in June. ‘The Caribbean countries were offended by what happened in Haiti, and have tried to stay away from any kind of meaningful engagement. But Brazil not only put itself forward, it also brought along the rest of Mercosur”” (Texto original).

<sup>44</sup> “As an emerging regional power, Brazil has also long aspired to a permanent seat on the United Nations Security Council, and has stepped up its campaign since Mr. da Silva assumed office in January 2003. But leaders of France, Germany and some other European nations, while expressing general support for the idea, are reported to have told Mr. da Silva that Brazil must play a more active role on the world stage, in situations like Haiti, to achieve that goal” (Texto original).

<sup>45</sup> “Brazil's contributions to peacekeeping in Haiti and other actions made it was worthy of consideration for permanent membership on the United Nations Security Council” (Texto original).

<sup>46</sup> “an emerging agricultural and industrial power” (Texto original).

afirmou que “os países ricos devem alternar para combustíveis não fósseis, como o etanol ou biodiesel, uma área em que o Brasil é pioneiro”<sup>47</sup> (YARDLEY, 2007, s.p., tradução nossa).

Entre os outros artigos que reconhecem o Brasil como um poder emergente regional, estão um artigo de 2010 que trata da visita da então secretária de Estado Hilary Clinton ao país, onde ela reconhece-o como “o país mais poderoso da América do Sul e uma potência global ascendente”<sup>48</sup> (SWEIG, 2010, s.p., tradução nossa), e artigos que reportam o crescimento econômico brasileiro – reestabelecido em 2010 – afirmando que o “Brasil, **poder regional emergente**, está liderando a recuperação da região, em virtude da crise de 2009”<sup>49</sup> (ROMERO, 2010, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Já em setembro de 2010 artigos referentes à candidatura de Dilma Rousseff para as eleições começam a surgir, apontando a candidata petista como responsável por carregar o legado de Lula da Silva nos próximos quatro anos, caso vencesse as eleições de outubro próximo. Estes artigos não deixam, porém de ressaltar que o “Brasil sempre foi um *playground* exótico cuja política apresenta com regularidade corrupção, violência e agitação”, mas que “é agora um jogador na arena mundial. É um **poder global**”<sup>50</sup>, ressaltando a importância internacional brasileira após os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (TORREGROSA, 2010, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

O que se pode concluir com o resultado das análises desta categoria é que a voz brasileira que se ergue em fóruns multilaterais para discutir questões de interesse global, como as climáticas, por exemplo, e suas ações multilaterais, como as concernentes à Minustah, pesam bastante na percepção que se tem do país como um *player* engajado em questões globais, mas que conta com aquiescência regional, e destaca-se, portanto, por seu papel de liderança na América do Sul.

## **Perfil presidencial**

Como mencionado anteriormente o perfil carismático e de liderança que Lula da Silva emana foi mencionado positivamente 12 vezes, e teve apenas dois artigos mal propícios. Seja

---

<sup>47</sup> “wealthy countries should switch to nonfossil fuels, such as ethanol or biodiesel, an area where Brazil is a pioneer” (Texto original).

<sup>48</sup> “the most powerful country in South America and a rising global Power” (Texto original).

<sup>49</sup> “Brazil, the region’s rising power, is leading the regional recovery from the downturn of 2009” (Texto original).

<sup>50</sup> “Brazil has always been an exotic playground whose politics regularly feature corruption, violence and upheaval”, mas que “is now a player in the world arena. It is a global power” (Texto original).

por exercer o papel de “uma **voz de liderança** incitando os Estados Unidos a moderar suas relações na América Latina”<sup>51</sup> (BAKER; BARRIONUEVO, 2009, s.p., tradução nossa, grifo nosso); seja por sua imensa popularidade e perfil de “bom conciliador”<sup>52</sup> (KRAUZE, 2006, s.p., tradução nossa); seja como interlocutor em processos como o de aproximação entre os governos cubano e norte-americano – já prevista em 2008 e reflexo da alta expectativa sobre o governo do democrata Barack Obama, em cujo processo o presidente brasileiro poderia servir de locutor, pois “Lula tem ambas as credibilidades internacional e ideológica para ser um interlocutor neste processo”<sup>53</sup> (ROMERO, 2008b, s.p., tradução nossa); seja por suas iniciativas defendidas com tanta vivacidade e robustez – como no caso do encontro do Grupo dos 8 com os líderes de 12 nações em desenvolvimento em julho de 2003 para lidar com o tema da saúde, onde Lula da Silva defendeu uma série de iniciativas “inclusive uma para a eliminação das restrições às importações de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, a criação de um fundo de combate à fome, e uma ideia incomum de um imposto sobre as vendas internacionais de armas”<sup>54</sup> (TAGLIABUE, 2003, s.p., tradução nossa); ou seja, simplesmente por suas características pessoais, por ser uma figura “franca”<sup>55</sup> e “extrovertida”<sup>56</sup> (MACKEY, 2010, s.p., tradução nossa).

O fim do segundo mandato de Lula da Silva se encerra entre os artigos analisados do jornal *The New York Times*, com o artigo denominado *Embracing Lula's Pragmatic Legacy*, de autoria de Bremer e Garman (2010), que trata de suas contribuições para o futuro do país, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Sendo o mais nítido sinal de seu sucesso, a eleição de Rousseff, candidata a quem apoiou exaustivamente nas eleições de 2010.

Embora seja considerado um dos presidentes mais populares do mundo e tenha altos índices de aprovação nacional, Lula da Silva, ganhou o apelido de *teflon president*<sup>57</sup>, e foi percebido negativamente em dois dos artigos analisados. De acordo com Barrionuevo (2009b, s.p.), o Presidente, que é “um dos políticos mais flexíveis do Brasil”<sup>58</sup>, pode ser criticado por

---

<sup>51</sup> “a leading voice in urging the United States to moderate its dealings in Latin America” (Texto original).

<sup>52</sup> “bon compromiser” (Texto original).

<sup>53</sup> “Lula has both the international cred and the ideological cred to be an interlocutor in this process” (Texto original).

<sup>54</sup> “including one for the elimination of restrictions on farm imports from the developing world, the creation of a fund to combat hunger and an unusual idea for a tax on international weapons Sales” (Texto original).

<sup>55</sup> “outspoken” (Texto original).

<sup>56</sup> “outgoing” (Texto original).

<sup>57</sup> Consiste na capacidade de um presidente de desviar acusações de corrupção ou escândalos. O termo foi originalmente cunhado pela deputada Pat. Schroeder para referir-se ao então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em 1983.

<sup>58</sup> “one of Brazil’s most resilient politicians” (Texto original).

seus discursos controversos, como por exemplo, quando atribuiu a responsabilidade pela crise econômica aos “homens brancos de olhos azuis” e quando afirmou que a crise econômica não passaria de uma “marolinha” no Brasil. O artigo dá ênfase para a afirmação de que “esta era para ser a grande chance de Lula mostrar que ele era a voz de uma liderança razoável. [...] Agora ele pode ser acusado de racismo, o que enfraquece consideravelmente as reivindicações do Brasil em política externa”<sup>59</sup> (BARRIONUEVO, 2009b, s.p., tradução nossa).

Outro artigo classificado como negativo nesta categoria é intitulado *Brazil's Iran Diplomacy Worries U.S. Officials* de 2010. Este artigo trata de comparar as aspirações nucleares iranianas com as brasileiras, caracterizando o Brasil como “um país em desenvolvimento que tem defendido as suas próprias aspirações nucleares contra a pressão internacional”<sup>60</sup> e identificando-o, portanto, com o Irã. Nesse sentido, a posição brasileira, segundo o artigo, seria de perceber as negociações iranianas como “uma forma de ficar contra o domínio americano e avançar a emergência do Brasil enquanto um grande jogador no palco internacional”<sup>61</sup>. A classificação do artigo como negativo na categoria “Perfil Presidencial” foi decorrente da afirmação, com base na fala de Michael Shifter, presidente do Inter-American Dialogue, um grupo de pesquisa política em Washington, que afirma a opção brasileira por se aproximar do Irã, ameaçando alienar os Estados Unidos, ser em parte “o produto da imensa confiança que Lula tem em si mesmo, que ele acredita ser um mago que pode fazer milagres e realizar o que outros tentaram e não conseguiram fazer”<sup>62</sup> (THOMPSON; BARRIONUEVO, 2010b, s.p., tradução nossa).

Conclui-se com as análises dos artigos do jornal *The New York Times*, portanto que o Presidente Lula da Silva goza de uma imagem majoritariamente positiva, fruto tanto de seu carisma e características de líder natural, quanto de sua enfática defesa de uma política externa assertiva, e que as percepções negativas que se tem do mesmo são decorrentes dos discursos controversos que fez e sua posição favorável ao programa nuclear iraniano.

---

<sup>59</sup> “This was to be Lula’s big chance to show that he was the voice of reasonable, considered leadership. [...] Now he can be accused of racism, which greatly weakens Brazil’s claims in foreign policy” (Texto original).

<sup>60</sup> “a developing country that has defended its own nuclear aspirations against international pressure” (Texto original).

<sup>61</sup> “a way to stand against American dominance and advance Brazil’s emergence as a major player on the international stage” (Texto original).

<sup>62</sup> “a product of the tremendous confidence that Lula has in himself, that he believes he is a wizard that can perform miracles and accomplish what others have tried and failed to do” (Texto original).

## Presença/influência internacional

No que tange à influência e presença internacional brasileira no período avaliado, conclui-se que ela foi majoritariamente positiva, com seis dos artigos analisados classificados como positivos – o dobro dos artigos considerados negativos.

Dos artigos analisados, o Brasil destaca-se pela sua atuação internacional ativa, assertiva e influente em dois pontos principais, primeiramente na questão da maior crise diplomática entre vizinhos sul-americanos atual, entre a Venezuela e a Colômbia, que se deu em virtude da prisão de um dos principais operadores das FARC em território venezuelano, onde, descobriu-se, dispunha de todos os privilégios da cidadania venezuelana (FORERO, 2005, s.p.).

O outro ponto centra-se na forte presença e influência moderada positiva que o Brasil tem em outros países da América do Sul, o que fica evidente no artigo que explora a vitória presidencial de Evo Morales na Bolívia em 2005, quando expressa ter o Brasil “uma presença importante na Bolívia”<sup>63</sup> e estar “em uma posição de exercer uma influência moderada”<sup>64</sup>, sobretudo nas questões energéticas onde efetivamente o Brasil é o único investidor externo no país,

porque as promessas do Sr. Morales de nacionalizar o subsolo e manter os elevados royalties sob a exploração de petróleo e gás natural afastaram os investidores de outros países. A Bolívia, portanto, precisará da Petrobras, o gigante energético brasileiro, para expandir seus investimentos. O Sr. da Silva não foi capaz de frear Mr. Chávez, mas terá uma maior vantagem sobre o mais vulnerável Mr. Morales<sup>65</sup> (LLOSA, 2005, s.p., tradução nossa).

O principal ponto negativo classificado nesta categoria, diz respeito ao processo de admissão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, que teve início em 2005, e para críticos pode instabilizar os esforços de fomentar laços com outros blocos, além de que a aliança com um país de discurso radical poderia influenciar negativamente na presença e imagem do bloco, e conseqüentemente do Brasil (PRADA, 2005, s.p.).

Esta categoria é, portanto majoritariamente positiva por contar com artigos que elogiam a presença e influência brasileira em questões regionais e de repercussão global,

---

<sup>63</sup> “an important presence in Bolivia” (Texto original).

<sup>64</sup> “in a position to exercise a moderating influence” (Texto original).

<sup>65</sup> “because Mr. Morales promises to nationalize the subsoil and keep the high royalties on oil and natural gas exploitation that have kept out investors from other countries. Bolivia therefore will need Petrobras, the Brazilian energy giant, to expand its investments. Mr. da Silva has not been able to rein in Mr. Chávez, but he will have leverage over the more vulnerable Mr. Morales” (Texto original).

sendo o principal fator negativo as questões com relação a admissão da Venezuela no Mercosul iniciada no ano de 2005.

## **Outros**

Entre os artigos analisados, os que não tratavam exatamente das questões abordadas nas quatro primeiras categorias propostas (Projeção Internacional, Perfil Presidencial, Poder Global/Regional e Presença/Influência Internacional), foram classificados nesta, pois demonstram outros itens, que não os listados acima, como influenciadores na construção e manutenção da imagem internacional do país. Os resultados das análises contam com seis artigos majoritariamente positivos e três artigos majoritariamente negativos.

Entre os artigos majoritariamente positivos se destacam os que elogiam a estabilização econômica como um instrumento de reforço da imagem de um país (SMITH, 2003a, s.p.); o que elogia a iniciativa brasileira de diversificação de parcerias, que soube aproveitar vantagens competitivas com outros países por ter um perfil atrativo e politicamente neutro (SMITH, 2003b, s.p.); e mesmo o artigo onde Gilberto Gil, músico e então Ministro da Cultura, afirma em 2006 sua posição em relação aos direitos de propriedade intelectual, sendo elogiado, pois como ressalta Rohter (2007b, s.p.),

conforme as indústrias de música, cinema e editoras se esforçam para se adaptarem ao desafio de proliferação de conteúdo na internet, o Sr. Gil surgiu como um ator central na busca global por formas mais flexíveis de distribuição de trabalhos artísticos. No processo, seu papel duplo por vezes gera prioridades concorrentes que ele tem procurado harmonizar. Como compositor de música, ele está interessado em proteger os direitos autorais. Mas enquanto funcionário do governo de um país em desenvolvimento celebrado pelo impulso criativo de seu povo, o Sr. Gil também quer que os brasileiros tenham acesso ilimitado a novas tecnologias para fazer e disseminar arte, sem que tenham que renunciar aos seus direitos em virtude das grandes empresas que dominam a indústria cultural<sup>66</sup> (ROHTER, 2007b, s.p., tradução nossa).

Entre os artigos classificados como negativos, estão dois artigos referentes à iniciativa norte americana em janeiro de 2004 de solicitar que visitantes de outros países que necessitem de visto para sua entrada em solo americano sejam fotografados e tenham suas impressões

---

<sup>66</sup> “[...] as the music, film and publishing industries struggle to adapt to the challenge of content proliferating on the Internet, Mr. Gil has emerged as a central player in the global search for more flexible forms of distributing artistic works. In the process his twin roles have sometimes generated competing priorities that he has sought to harmonize. As a creator of music, he is interested in protecting copyrights. But as a government official in a developing country celebrated for the creative pulse of its people, Mr. Gil also wants Brazilians to have unfettered access to new technologies to make and disseminate art, without having to surrender their rights to the large companies that dominate the culture industry” (Texto original).

digitais recolhidas e armazenadas, o que fez com que um juiz do Mato Grosso tomasse a mesma iniciativa, mas somente com relação aos turistas americanos que ingressam no Brasil, o que causou desconforto em Washington, e refletiu negativamente nos Estados Unidos (ROTHER, 2004b, s.p.).

O outro artigo majoritariamente negativo trata sobre a questão nuclear iraniana, levantando suspeita em relação à recusa brasileira às inspeções ilimitadas solicitadas pela Agência Internacional de Energia Atômica, não por temor que o país construa uma bomba atômica, “a preocupação é, que poderia exportar urânio enriquecido [...], ou tecnologia, e que essas exportações possam acabar em mãos de Estados párias ou terroristas. Especialistas internacionais preocupam-se com o controle de exportação brasileiro”<sup>67</sup> (ROHTER, 2004c, s.p., tradução nossa).

Conclui-se, portanto que em sua maioria as iniciativas e ações brasileiras são tratadas em *The New York Times* como majoritariamente positivas, exceto naquelas questões que batem de frente com os interesses estadunidenses, ou afrontem o país de alguma forma, como é o caso do Irã, e da solicitação de cadastro para turistas americanos que adentrem solo brasileiro, respectivamente.

### **Artigos neutros**

Aqueles artigos que não apontam nem críticas nem elogios à condução da política externa brasileira encaixam-se nesta categoria de artigos neutros. Com um total de 16 artigos classificados nesta categoria, o que se percebe no decorrer da análise é que ela engloba uma variedade de assuntos.

Uma gama de artigos trata desde a queda do dólar em relação ao euro no começo de 2003, fazendo conexão com o benefício que o real pode ter se o presidente lidar satisfatoriamente com os problemas econômicos e os débitos do país (FUERBRINGER, 2003, s.p.), passando pelos artigos que apontam as questões de cadastros de turistas americanos que adentrem solo brasileiro (ROHTER, 2004e, s.p.), e mesmo artigos tratando da guinada à esquerda que acontece na América Latina nos anos 2000 (ROHTER, 2005j, s.p.), ou os que mencionam a capacidade rápida de ação do governo brasileiro (e também chileno) na crise de 2008 (BARRIONUEVO, 2008, s.p.).

---

<sup>67</sup> “The concern is that it could export uranium enriched [...], or technology, and that such exports could end up in the hands of rogue states or terrorists. International experts worry about Brazil's export controls” (Texto original).



Conclui-se, portanto que os 16 artigos nos quais os autores não manifestaram um *bias* e limitam-se a transmitir as notícias sem emitir juízo expresso de valor, abrangem as mais diversas áreas. É importante ressaltar a relevância desta categoria para a análise. A comparação entre o resultado mencionado anteriormente e o obtido em relação ao governo Rousseff para a mesma categoria, pode atestar se as avaliações neutras ultrapassam as positivas e negativas, modificando a imagem retratada do país pelo jornal. Em caso positivo, isso poderia significar falta de interesse por parte do autor ou do editorial do veículo com relação tais notícias, limitando-se a transmiti-las aos seus leitores sem emitir juízo expresso de valor.

A imparcialidade jornalística é uma falácia. Em uma situação ideal caberia aos jornalistas e editoriais manterem a imparcialidade das notícias a serem transmitidas ao seu público alvo, pois desta maneira o leitor faria seu juízo de valor com base no conteúdo expresso no artigo – sem manipulação, portanto. A realidade, porém, é distinta. Os meios de comunicação de massa são entidades comerciais. Com linhas editoriais, interesses e orientação bem definidos, podem acabar tendenciando as informações uma vez que estas quando chegam aos seus leitores são muitas vezes incorporadas e assimiladas como verdades absolutas – em virtude da própria presunção de imparcialidade e ética jornalística. Assim, estaria o jornal optando por abster-se de manifestar juízo expresso de valor em seus artigos. Isso acontece em razão do desinteresse pelas políticas e ações externas mais acanhadas tomadas pela diplomacia brasileira nos últimos quatro anos, que não lhes concernem diretamente (NEGRÃO, 2011, s.p.).

Nesse sentido, políticas e ações mais independentes e proeminentes são percebidas positivamente quando não se chocam com os interesses estadunidenses majoritariamente refletidos pelo jornal. Interesses brasileiros que vão de encontro aos estadunidenses, como a postura brasileira com relação ao Irã na gestão de Lula da Silva, por exemplo, sofrem críticas por promoverem o distanciamento com o irmão do norte. Enquanto que a posição acanhada manifestada pela diplomacia brasileira nos últimos quatro anos, por sua vez, tem como reflexo a indiferença e descaso pelo veículo analisado, em relação a notícias que não lhes interessam direta e suficientemente.

### 2.3 Análise do governo Rousseff (2011-2014): política externa apática e possível desinteresse do jornal *The New York Times*

As análises referentes aos anos de 2011 a 2014 resultam em um total de 56 artigos analisados, dos quais 14 são positivos, 20 negativos e 22 neutros. Quando analisados nas categorias mencionadas anteriormente, o resultado pode ser verificado na tabela a seguir.

**Tabela 3 – Resultado da classificação dos artigos em categorias (2011-2014)**

Nº	Categorias	Positivo	Negativo	Neutro
1	Projeção Internacional	0	2	0
2	Poder Global/Poder Regional	2	0	0
3	Perfil Presidencial	3	5	0
4	Presença/Influência Internacional	4	5	0
5	Outros	5	8	0
6	Neutros	0	0	22

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

#### **Projeção internacional**

Somente dois artigos foram classificados nessa categoria, ambos como negativos. O primeiro afirma que atrasos nos voos e na construção de estádios são vergonhosos para o país – que tem aspirações de utilizar a Copa do Mundo, para elevar sua posição no pódio global (RIO AIRPORT... 2014, s.p.).

O outro artigo também classificado como negativo avalia a aproximação brasileira com nações como a Venezuela e Cuba, posição criticada por afastar o país dos Estados Unidos. Essa postura brasileira faria com que a nação que pode ter sido o que se teve de mais próximo aliado norte americano entre as nações em desenvolvimento (mesmo sem uma aliança formal), “agora é tudo menos isso”<sup>68</sup> (COHEN; ROGER, 2014, s.p., tradução nossa). O artigo é enfático nas críticas à admissão da Venezuela no Mercosul como membro-pleno,

---

<sup>68</sup> “is now anything but” (Texto original).

Afirmando que “o bloco comercial sul-americano dominado pelo Brasil, transformou-se em uma espécie de *anti-Yankee talk shop* (em contraste com a Aliança do Pacífico, outro bloco comercial mais de economias mais dinâmicas, cujos membros, incluindo Chile e Peru são pró-americanos)”<sup>69</sup> (COHEN; ROGER, 2014, s.p., tradução nossa).

Assim, como conclusão, o período de quatro anos analisado do jornal, que abrange o mandato presidencial de Dilma Rousseff conta com somente dois artigos que mencionam a projeção internacional brasileira e ambos criticando-a, o que permite auferir que em comparação ao período da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a imagem internacional brasileira no que tange a projeção internacional do país, como percebido pelo *The New York Times* manteve-se constante. Aqui é pertinente observar que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff compartilham a mesma crítica com relação aos aliados brasileiros<sup>70</sup>. Durante o governo Lula da Silva, a aliança com Irã e a postura brasileira com relação ao programa nuclear iraniano, ocasionou muitas críticas por parte do jornal. Já no período Rousseff a crítica é com relação às alianças com Cuba e Venezuela – o que demonstra que o jornal reflete os interesses estadunidenses.

### **Poder global/regional**

O resultado da análise do jornal para a categoria “Poder Global/Regional” no período da gestão de Dilma Rousseff muito difere dos resultados obtidos através das análises do mesmo jornal nos anos anteriores. Com somente dois artigos que se encaixam nesta categoria no período recente, ambos positivos, um contraste com os 16 artigos positivos da gestão anterior. Sendo que um dos artigos classificados como positivo da gestão de Rousseff nesta categoria é na verdade escrito elogiando as políticas implantadas e ações tomadas ainda do governo de Lula da Silva, sendo, portanto elogios dirigidos à gestão anterior, e não à mais atual. O menor espaço da categoria no jornal, por si, é indicação de um menor impacto da administração Rousseff na área.

---

<sup>69</sup> “the South American trading bloc dominated by Brazil, has turned into a sort of anti-Yankee talk shop (in contrast to the Pacific Alliance, another newer trading bloc of more buoyant economies whose members, including Chile and Peru, are pro-American)” (Texto original).

<sup>70</sup> Essa crítica se mantém constante em ambos os governos, e demonstra uma visão bastante parcial das alianças brasileiras. Embora os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff tenham investido nas relações sul-sul, Irã, Venezuela e Cuba não foram prioridades em comparação com outros países como China, Argentina, Bolívia, Angola, Moçambique.

Assim, o primeiro artigo analisado do ano 2011 reforça o legado deixado por Lula da Silva enquanto lista as responsabilidades que Rousseff deve ter ao assumir um país “economicamente próspero e cheio de bravata, ansioso para ampliar suas recém-descobertas riqueza e influência no país e no exterior”<sup>71</sup>, uma vez que agora o Brasil é um aspirante a poder global com interesses e responsabilidades internacionais – uma mudança significativa se comparado há oito anos (BARRIONUEVO, 2011a, s.p., tradução nossa). Para a autora, o desafio de Rousseff seria, àquela época, balançar uma agenda doméstica ambiciosa e manter a posição global brasileira, algo que o antecessor soube fazer muito bem (BARRIONUEVO, 2011a, s.p.).

Os artigos referentes às eleições de 2014 não foram classificados quando não continham informações específicas sobre política externa, por este motivo somente dois artigos<sup>72</sup> deste assunto foram analisados, e somente um se encaixou nesta categoria, este dá as bases da política externa de Rousseff e seu principal concorrente, Aécio Neves, do PSDB, afirmando que Rousseff nas questões de política externa e comércio, “continuará a reforçar laços regionais e afirmar a **liderança do Brasil na região**”<sup>73</sup>. Além disso, buscará novas oportunidades comerciais para o Mercosul – como a negociação de um acordo comercial com a União Europeia –, e impulsionará o esforço de cooperação sul-sul (BOADLE; LEVINE SIMÕES, 2014, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

Percebe-se como conclusão que o número de artigos comentando ser o Brasil um poder ou força global/regional, um exemplo de liderança para os países da região sul, diminuiu drasticamente, sinal de que as políticas implantadas por Rousseff na área externa não foram tão enfáticas e constantes como as de seu antecessor.

## **Perfil presidencial**

Foram classificados oito artigos na categoria “Perfil presidencial”. Destes, três são majoritariamente positivos e os outros cinco são majoritariamente negativos, o que se distingue consideravelmente dos resultados do período temporal analisado anteriormente, que conta com doze artigos positivos e somente dois negativos.

---

<sup>71</sup> “thriving economically and full of swagger, eager to flex more of its newfound wealth and influence at home and abroad” (Texto original).

<sup>72</sup> O outro artigo relativo às eleições de 2014, de autoria de Spektor, (2014m) foi classificado na categoria “Presença/Influência Internacional”, e será mais bem explanado na subseção seguinte.

<sup>73</sup> “Will continue to strengthen regional ties and assert Brazil's leadership in the region” (Texto original).

Destaca-se na análise que o período de 2011 a 2014 conta com a constante comparação entre a Presidente Dilma Rousseff e seu antecessor, sendo o perfil mais estadista de Rousseff comparado com o mais diplomático de Lula da Silva, assim, um dos artigos classificados como negativo considera que, “em uma comparação com seu antecessor e mentor, o que mais se destaca é o que lhe falta”<sup>74</sup>. E devido ao enorme carisma pessoal de Lula da Silva, Rousseff terá que, segundo Vicenzino (2011, s.p.),

provar ser uma hábil negociadora em casa e uma indispensável mediadora no exterior. Ela deverá proteger o interesse nacional do Brasil e contribuir para a ordem internacional através da obtenção de resultados concretos de suas propostas políticas. Isto lhe renderá mais dividendos em longo prazo do que uma retórica habilidosa e apelo fotogênico. Promovendo uma posição firme, porém branda através de políticas claras e responsáveis em casa e no exterior, Sra. Rousseff consolidará sua posição<sup>75</sup> (VICENZINO, 2011, s.p., tradução nossa).

Dois dos artigos classificados como negativos tratam da renúncia do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Aguiar Patriota, após o episódio da travessia do senador boliviano Roger Pinto Molina para o Brasil ilegalmente, em julho de 2013<sup>76</sup>. Um dos artigos aponta a escolha de Luiz Alberto Figueiredo para assumir o lugar de Patriota como uma maneira de evitar querelas diplomáticas com o governo boliviano, mas lamentam a saída de Patriota por seu perfil mais moderado (em comparação com Celso Amorim), que estreitou laços com os Estados Unidos. Outro artigo de mesmo assunto afirma que a travessia do senador boliviano foi apenas a “última gota d’água” que levou à renúncia de Patriota do mais alto cargo do Ministério das Relações Exteriores (MRE), por suas divergências com a Presidente, pois “ele nunca conseguiu conquistar a confiança ou o respeito de Dilma como

---

<sup>74</sup> “What stands out most is what she lacks when compared to Luiz Inácio Lula da Silva, her predecessor and mentor” (Texto original).

<sup>75</sup> “Prove a skillful negotiator at home and an indispensable power-broker abroad. She must secure Brazil’s national interest and contribute to international order by achieving concrete results from her policy proposals. This will yield greater long-term dividends than colorful rhetoric and photogenic appeal. To strengthen her position [...] By promoting a firm but softer side through clear and responsible policies at home and abroad, Ms. Rousseff will consolidate her standing” (Texto original).

<sup>76</sup> O episódio se deu em agosto de 2013 quando Roger Pinto Molina – senador Boliviano e um dos principais parlamentares de oposição ao governo de Evo Morales – chegou ilegalmente ao Brasil transportado em um carro da embaixada brasileira, sem que um salvo conduto fosse previamente concedido pelo governo boliviano. O senador estava asilado na embaixada brasileira na Bolívia desde junho de 2012, alegando sofrer perseguição política. O pedido de asilo diplomático é, segundo o governo boliviano, uma estratégia para não responder na justiça por crime de danos econômicos ao Estado, calculados na cifra de 1,7 milhões de dólares. Sob alegação de que a saúde de Molina se deteriorava a cada dia, o então ministro chefe de chancelaria Eduardo Saboia – em substituição temporária do embaixador Eduardo Biato – autoriza o deslocamento do senador boliviano. Este episódio teve como resultado a renúncia de Antonio Aguiar Patriota do mais alto cargo do Ministério das Relações Exteriores em 2013 (PORTAL EBC, 2013).

ministro das Relações Exteriores”<sup>77</sup>, principalmente após suas “respostas contidas, mais notavelmente em meio às revelações de que o Brasil foi o principal alvo, na América Latina, do programa de espionagem da Agência Nacional de Segurança norte-americana”<sup>78</sup>. Já a nova escolha para a chefia do MRE, Luiz Alberto Figueiredo, tem um estilo e comportamento em consonância com o da Presidente, cujo perfil duro e impessoal, muito se diferencia do carismático e global de Lula da Silva (DISSIDENT... 2013, s.p., tradução nossa).

Referente à questão da espionagem, que resultou no adiamento da visita de Estado do Brasil aos EUA, o artigo intitulado *Brazil and U.S. Have Too Much at Stake to Stall*, de autoria de Neves, analista sênior da *Euroasia Group*, defende que

a decisão da presidente Dilma Rousseff de cancelar a primeira visita de Estado de um chefe de Estado brasileiro aos Estados Unidos em quase duas décadas, teve um grande impacto. Uma vez que a diplomacia presidencial tem mais a ver com gestos simbólicos do que com negócios concretos, é complicado superar tamanha afronta<sup>79</sup> (NEVES, João, 2013, s.p., tradução nossa).

Deste modo, para a administração Obama, uma relação mais estreita com o Brasil poderia ter incluído um item novo e mais positivo em uma agenda conturbada de política externa. Afinal, o Brasil é uma democracia pacífica localizada em uma região relativamente calma e um importante parceiro econômico dos Estados Unidos. Porém, o Brasil tem mais a perder com o cancelamento da visita de Estado, pois

um engajamento mais profundo com os Estados Unidos proporcionaria uma oportunidade à administração Rousseff de deixar sua marca em um registro diplomático até então **inexpressivo**. Para um país que aspira subir as escadas do poder global, é fundamental o reconhecimento, ou mesmo suporte, da superpotência mundial<sup>80</sup> (NEVES, João, 2013, s.p., tradução nossa, grifo nosso).

O artigo acima foi, portanto classificado como negativo nesta categoria pela ênfase dada ao “registro diplomático inexpressivo” da administração Rousseff, e pela frase final do artigo que afirma que a cooperação, sobretudo do setor privado, tem progredido “apesar da

---

<sup>77</sup> “he [sic] never was able to gain the confidence or respect of Dilma as foreign minister” (Texto original).

<sup>78</sup> “muted responses, most notably amid revelations that Brazil was the prime target in Latin America of the U.S. National Security Agency’s intelligence gathering programs” (Texto original).

<sup>79</sup> “President Dilma Rousseff’s decision to cancel the first state visit of a Brazilian head of state to the United States in nearly two decades struck a nerve. Since presidential diplomacy has more to do with symbolic gestures than with concrete deals, it is hard to top a resounding snub” (Texto original).

<sup>80</sup> “A deeper engagement with the United States would provide an opportunity for the Rousseff administration to leave its mark on an otherwise unimpressive diplomatic record. For a country that aspires to climb the ladder of global power, recognition or even support from the world’s enduring “lone superpower” is crucial” (Texto original).

ausência de empenhamento diplomático, e não em virtude dele”<sup>81</sup>, evidenciando a contenção da política externa nesta administração (NEVES, João, 2013, s.p., tradução nossa).

O último dos artigos a ser analisado do jornal *The New York Times* faz um balanço da política externa do governo Dilma Rousseff. Foi classificado nesta categoria por alegar que "política externa não é uma prioridade máxima para Rousseff"<sup>82</sup>, desde sua posse, em 2011, "ela gastou menos energia do que seu antecessor na criação de laços com a África e outros países latino americanos. [...] De fato, antes dos conflitos do ano passado [2013], seus esforços para melhorar relações com Washington foram, sem dúvida, sua maior conquista"<sup>83</sup> (BOADLE, 2014, s.p., tradução nossa).

Dos três artigos classificados como positivos nesta categoria, o primeiro menciona que, meses após sua posse, a Presidente Rousseff começa a sair da sombra do seu antecessor ao adotar um estilo de liderança distinto, e que no que tange à política externa seus objetivos deixam de ser tão pragmáticos e passam a ser mais econômicos, potencialmente consertando alguns desentendimentos com os Estados Unidos, até então abalados pela questão com o Irã, como reitera Barrionuevo (2011b, s.p.). Neste sentido, “Lula parecia decidido a provar um ponto - não subestime Brasil - por vezes correndo o risco de alienar Obama”<sup>84</sup>, Dilma Rousseff, no entanto, pode agora colher os benefícios disso, forjando uma relação mais produtiva e respeitosa, “mas sem dramas”<sup>85</sup> (BARRIONUEVO, 2011b, s.p., tradução nossa).

Outro artigo positivo analisado desta categoria ressalta os elogios dados pelo Presidente Barack Obama à Dilma Rousseff, citando “o progresso extraordinário que o Brasil fez sob a presidência de Rousseff”<sup>86</sup>, reflexo parcial do discurso menos energético em relação ao programa nuclear iraniano adotado pela presidente, diferentemente do discurso mais enfático empreendido pelo antecessor, que batia de frente com a posição norte-americana (CALMES; ROMERO, 2012, s.p., tradução nossa).

E por fim, o último artigo positivo desta categoria trata da visita do vice-presidente norte-americano, Joe Biden ao Brasil, onde o autor afirma que a aproximação com os Estados Unidos, possibilita que a presidente lustre suas “credenciais de política externa antes das

---

<sup>81</sup> “has progressed despite the lack of diplomatic engagement, and not because of it” (Texto original).

<sup>82</sup> “foreign policy is not a top priority for Rousseff” (Texto original).

<sup>83</sup> “She has spent less energy than her predecessor on building ties with Africa and other Latin American countries. [...] In fact, before last year's clash, her efforts to improve ties with Washington were arguably her main accomplishment abroad” (Texto original).

<sup>84</sup> “Lula seemed intent on proving a point — don't underestimate Brazil — at times at the risk of alienating Obama” (Texto original).

<sup>85</sup> “but without the drama (Texto original).

<sup>86</sup> “The extraordinary progress that Brazil has made under President Rousseff” (Texto original).

eleições presidenciais em outubro, enquanto seus rivais criticam as relações estreitas de sua administração com governos de esquerda, como a Venezuela e Cuba”<sup>87</sup> (ROMERO, 2014b, s.p., tradução nossa).

As análises tornaram possível concluir que o perfil de liderança atribuído à Rousseff em política externa e a repercussão da renúncia de seu Ministro das Relações Exteriores pelo *The New York Times* estão entre os principais fatores que contaram para a deterioração da imagem brasileira como percebida pelo jornal, nesta categoria.

### **Presença/influência internacional**

Dos artigos analisados na categoria “Presença Influência internacional”, nove foram classificados nesta categoria, quatro como majoritariamente positivos e cinco como majoritariamente negativos, uma diferença em relação ao período anterior, que apresentou mais artigos positivos do que negativos: seis e três, respectivamente.

Há artigos que ainda em 2011, período já governando por Rousseff, são muito intrincados com o as políticas implantadas e ações tomadas durante os dois mandatos do governo Lula da Silva. Estes, embora manifestem críticas ou elogios ao governo anterior, por estarem datados do íterim estudado nessa seção (de 2011 a 2014), foram classificados no período mais atual. Assim, o que contou para as análises foi a diferenciação dos dois períodos temporais, portanto as relativas ao período de 2011 a 2014 podem ter sido classificadas como positivas ou negativas em decorrência das políticas do governo anterior. Entre outros artigos classificados como positivos nesta categoria destaca-se o que elogia os resultados que começam a se concretizar em 2014 do estabelecimento do Banco do BRICS, alegando ser reflexo da crescente influência dos países que fazem parte do grupo, sobretudo o Brasil (BOADLE; SOTO, 2014a, s.p.).

Dos classificados como majoritariamente negativos está um artigo que trata da influência brasileira na entrada da Venezuela no Mercosul como membro-pleno em 2012. O referido artigo sugere que o Brasil, enquanto “poço de energia” regional, exerceu influência

---

<sup>87</sup> “Foreign policy credentials before presidential elections in October as rivals criticize her administration’s close ties with leftist governments in nations including Venezuela and Cuba” (Texto original).



na decisão que resultou na suspensão<sup>88</sup> do Paraguai do bloco, principal opositor à candidatura venezuelana, ferindo a democracia que tanto preza (ROMERO, 2012a, s.p.).

Um artigo que trata do adiamento da visita de Estado do Brasil aos Estados Unidos em decorrência do episódio de espionagem promovida pela Agência de Segurança Nacional (NSA) foi classificado nessa categoria, como majoritariamente negativo, por criticar a decisão pelo adiamento. O artigo de autoria de Farnsworth (2013), intitulado *Brazil Has More to Lose in the Cancellation of the Brazil's State Visit*, defende que uma visita de Estado deve ser encarada pelo Brasil como uma honra, pois o país teve sua última visita de Estado em território estadunidense em 1995. Deste modo, embora o adiamento da visita esteja sendo bem visto internamente no Brasil, quem tem mais a perder neste episódio é o Brasil, uma vez que

um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas será mais facilmente alcançado com a aquiescência dos Estados Unidos. [...] E isto irá depender da extensão em que Washington considera que os interesses brasileiros encontram-se em consonância a uma agenda ocidental ampla, ao invés de posicionar-se primeiramente como uma nação que faz parte do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que alguns veem como de oposição aos interesses estadunidenses<sup>89</sup> (FARNSWORTH, 2013, s.p., tradução nossa).

Entre outros artigos negativos desta categoria destacam-se: o que trata da maior dependência de combustível importado de outras regiões, como os EUA e a Índia, reflexo da promoção de políticas que acabaram por aumentar a dependência de combustível, ao invés de impulsionar o poder e influência internacional brasileira vendendo petróleo bruto e combustível para um – à época – carente Estados Unidos (BLOUNT, 2014a, s.p.).

Há também o artigo concernente à recusa brasileira a se juntar aos Estados Unidos na condenação do governo venezuelano, o que o artigo analisado considera que põe dificuldade às sanções propostas pelos Estados Unidos e só serve para afastar o Brasil do “grande irmão do norte” (US GOVERNMENT... 2014, s.p.).

Como anteriormente mencionado, os artigos referentes às eleições de 2014 não foram classificados quando não continham informações especificamente sobre política externa de 2011 a 2014. Por este motivo somente um artigo foi classificado como negativo nesta categoria, pois afirma que de 2011 a 2010 “o Brasil tem perdido um pouco de sua posição

---

<sup>88</sup> A suspensão paraguaia do Mercosul e da Unasul se deu em ocasião à deposição de Fernando Lugo da Presidência do país, o que teria ferido a cláusula democrática do protocolo anexo ao Tratado de Ushuaia II, e abriu espaço para a incorporação da Venezuela no bloco.

<sup>89</sup> “For example a permanent seat on the U.N. Security Council, will be smoother with U.S. acquiescence. [...] This will depend on the extent to which Washington believes Brasilia’s interests lie in supporting the broad Western agenda, rather than positioning itself primarily as a BRIC (Brazil, Russia, India and China) nation that some see as opposed to U.S. interests” (Texto original).

internacional. Hoje, há um sentimento de que ascensão e ativismo estão dando lugar ao declínio e retração”<sup>90</sup> (SPEKTOR, 2014, s.p., tradução nossa).

Conclui-se com os resultados da análise desta categoria que percepção da presença/influência internacional brasileira pelo *The New York Times* foi mais negativa no período Rouseff, em comparação com o período do mandato de Lula da Silva, sobretudo nas questões em que as ações externas brasileiras aparentemente batem de frente com os interesses estadunidenses, como o cancelamento da visita de Estado em virtude da espionagem realizada pela NSA, por exemplo.

## **Outros**

Esta categoria teve um total de treze artigos classificados, cinco deles foram classificados como majoritariamente positivos e oito como majoritariamente negativos, sendo que o período da gestão anterior contou com seis artigos positivos e três negativos. Como mencionado anteriormente, os artigos foram aqui classificados por não apontarem referência a nenhuma das categorias anteriores, mas ainda assim trataram de política externa através de críticas ou elogios.

Os artigos nesta categoria classificados são dos mais variáveis assuntos. Entre os classificados positivamente destaca-se um que reforça que a escolha feita por Rouseff de adiar a visita de Estado aos EUA em ocasião do escândalo de espionagem, ao invés de simplesmente cancelá-la. De acordo com este artigo, esta atitude demonstra sua intenção de deixar uma porta aberta para o diálogo ao mesmo tempo em que afirma a seriedade da questão para o governo brasileiro. Interessante notar que este artigo se difere bastante de outros analisados sobre o mesmo tema, mas classificados em outras categorias, pois estes, em sua maioria, consideram a decisão brasileira como negativa por ameaçar os esforços de reaproximação com os Estados Unidos (SANTORO, 2013, s.p.).

De três artigos de debate que tratam da problemática *Why Is Latin America So Progressive on Gay Rights?*, dois foram classificados como positivos nesta categoria, por elogiarem as políticas brasileiras adotadas, e um foi classificado com negativo por sugerir uma possível reversão das conquistas, sucumbindo à pressão exercida pela bancada religiosa

---

<sup>90</sup> “Brazil has [...] lost some of its international standing. Today there is a sense that ascent and activism are giving way to decline and retraction” (Texto original).

do Congresso Federal, como por exemplo, na rejeição à “uma campanha de prevenção à AIDS destinada aos trabalhadores do sexo”<sup>91</sup> (DEHESA, 2014, s.p., tradução nossa).

Entre outros artigos aqui classificados como negativos estão: um que trata da renúncia do Ministro das Relações Exteriores após a questão da travessia do senador boliviano em 2013 – assim classificado por lamentar a saída de Patriota, que estreitou laços com os EUA, e que afirma ter um perfil mais moderado, em comparação com o antecessor Celso Amorim (EWING; BOADLE, 2013b, s.p.); o artigo que, tratando sobre o adiamento da visita de Estado em virtude do escândalo de espionagem, afirma que a decisão brasileira só serve para afetar os esforços no sentido de reforçar laços entre os países (ROMERO, 2013, s.p.); outro artigo critica a resposta silenciosa dos líderes latino-americanos às agitações venezuelanas, e afirma que, buscando incrementar a integração econômica, o Brasil escolheu não comentar sobre a crise naquele país (CAVE, 2014, s.p.); o que trata dos problemas de controle das reservas energéticas, sobretudo de reservatórios hídricos, também foram negativamente recebidos pela mídia internacional, que atribuiu a maior parte da culpa ao governo atual, que cuja queda de popularidade pode acabar afastando potenciais investidores temerosos do risco político dessa queda (BLOUNT, 2014b, s.p.). Outros artigos classificados como negativos nesta categoria tratam dos desafios para 2015 e as dificuldades e desafios que o presidente eleito em outubro de 2014 terá quando assumir o controle do país no ano seguinte.

### **Artigos neutros**

Vinte e dois dos 56 artigos analisados entre 2011 a 2014 restringem-se a apresentar somente as informações estritamente necessárias das notícias, sem emitir juízo de valor expresso sobre elas, sendo assim, classificados nesta categoria de artigos neutros.

Os artigos nesta categoria tratam dos mais variados assuntos. Alguns mencionam a não tão enfática posição brasileira com relação ao Irã, que segundo afirmação<sup>92</sup> de um dos principais assessores do governo de Mahmoud Ahmadinejad “destruiu anos de boas relações entre as nações”<sup>93</sup> (ROMERO, 2012b, s.p., tradução nossa). Embora o discurso do assessor iraniano seja bastante negativo, o artigo em questão não apresenta posição crítica sobre a postura brasileira, concentrando-se somente em relatar o acontecido. Portanto, o artigo foi

---

<sup>91</sup> “An AIDS prevention campaign intended to reach sex workers” (Texto original).

<sup>92</sup> Esta afirmação foi conferida após o referido assessor não receber convite para realizar uma visita ao Brasil em seu tour pela América Latina.

<sup>93</sup> “Destroyed years of good relations between the two nations” (Texto original).

assim classificado como neutro. Outro artigo, de autoria de Sweig (2014), intitulado *Despite the Rift With Brazil, Obama Must Come Clean About the Spying*, foi classificado como neutro, por afirmar que o simbolismo por traz de uma visita de Estado embora seja evidente, “mesmo sem a visita de Estado, vistos serão concedidos, o capital continuará fluindo e os inumeráveis diálogos bilaterais agora institucionalizados, também continuarão”<sup>94</sup> (SWEIG, 2014, s.p., tradução nossa).

Entre outros assuntos desta seção, uma questão que se destaca e teve cinco artigos classificados neutros é referente ao vazamento de informações da NSA norte-americana ocorrida em 2013, que revelou a espionagem de informações sigilosas de vários países, o Brasil incluso. Esse é o caso, por exemplo, do artigo que relata a posição brasileira de cancelar a visita aos EUA programada para outubro, cancelar a compra de 36 *fighter jets* americanos, e pedir explicações sobre a extensão do supervisionamento norte americano no país (BOADLE; SOTO, 2013b, s.p.).

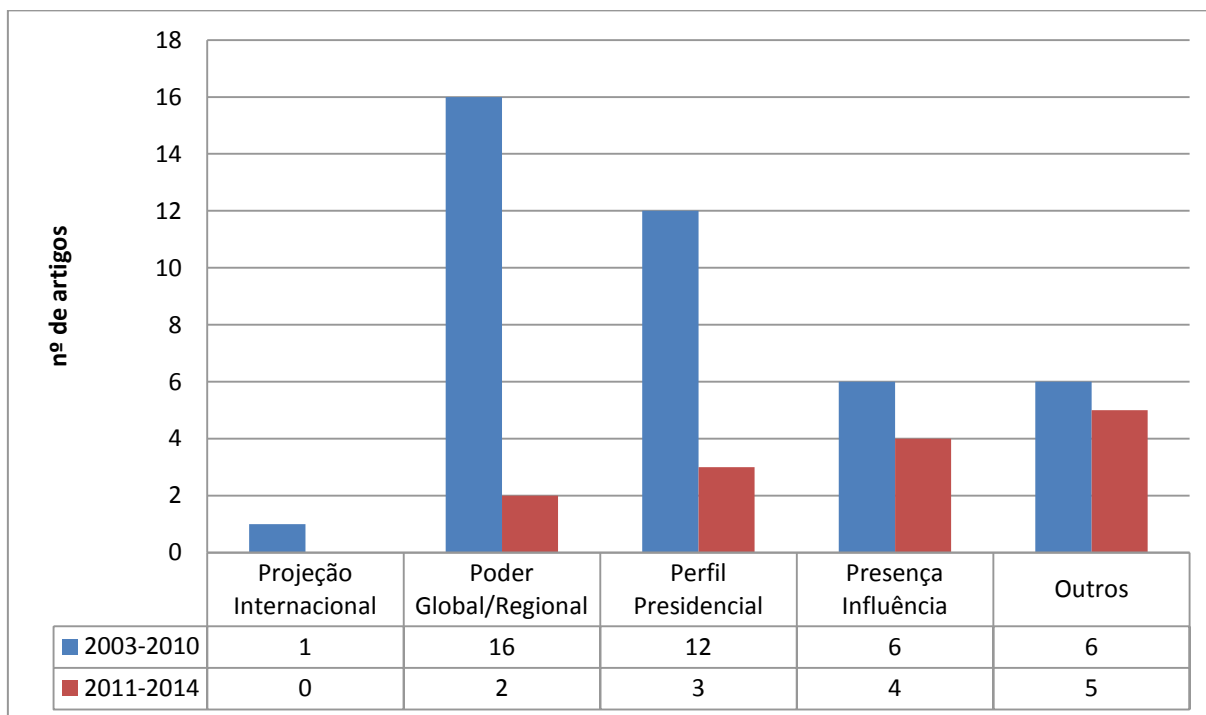
#### **2.4 Conclusões parciais da análise do jornal**

Quando se comparam os resultados das análises de ambos os governos percebe-se que os anos que abrangem a administração de Luiz Inácio Lula da Silva contêm mais avaliações positivas do que o período da gestão de Dilma Rousseff para as categorias de *Projeção internacional*, *Poder global/regional*, *Perfil presidencial* e *Presença/ influência internacional* e *Outros*, como fica claro no Gráfico 4.

---

<sup>94</sup> “Without it, visas will be granted, capital will flow and the myriad, now institutionalized bilateral dialogues, will continue” (Texto original).

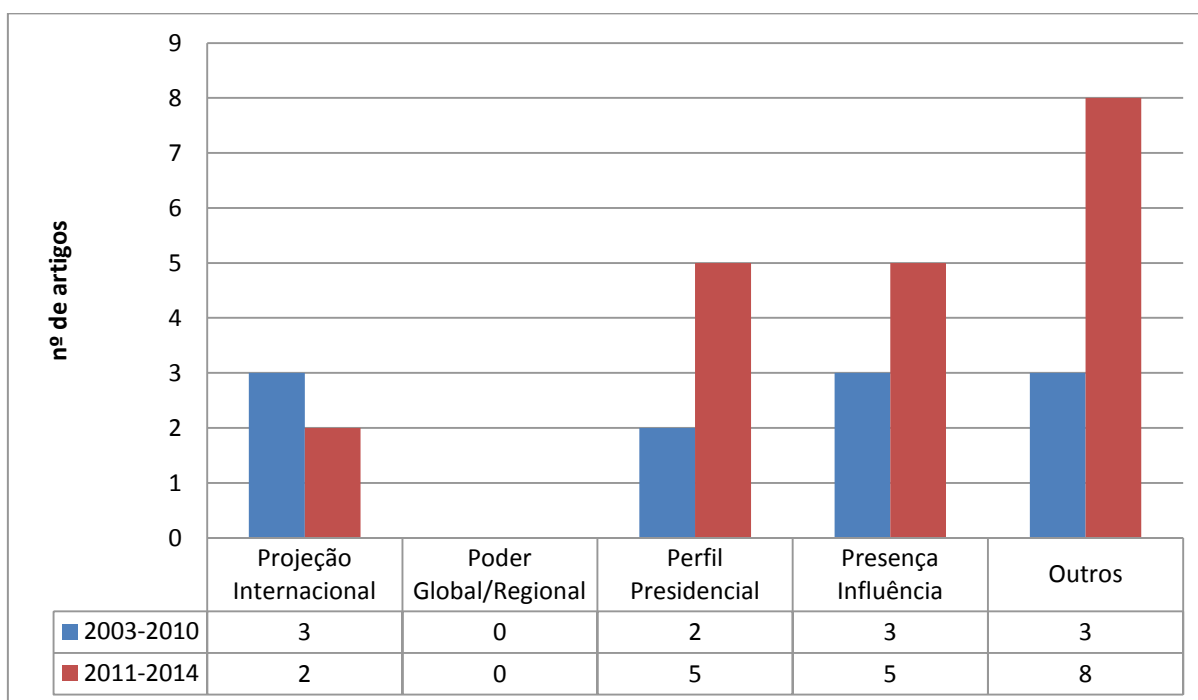
**Gráfico 4 - Comparação entre classificações positivas nas administrações Lula e Dilma**



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Quando se comparam as análises dos artigos classificados como negativos, as categorias de *Perfil presidencial*, *Presença/influência internacional* e *Outros* apresentam mais artigos negativos do que positivos durante o período da administração Rousseff, um possível reflexo da contenção na área de política externa e do próprio perfil da Presidente em exercício. A categoria de *Projeção internacional* apresenta mais artigos negativos no período de 2003-2010 por conta das posições brasileira envolvendo o Irã, que foram bem mais enfáticas do que as tomadas na gestão seguinte. Já a categoria *Poder global/regional* não apresenta artigos negativos em nenhuma das administrações, como é possível visualizar no gráfico a seguir.

**Gráfico 5 - Comparação entre classificações negativas nas administrações Lula e Dilma**



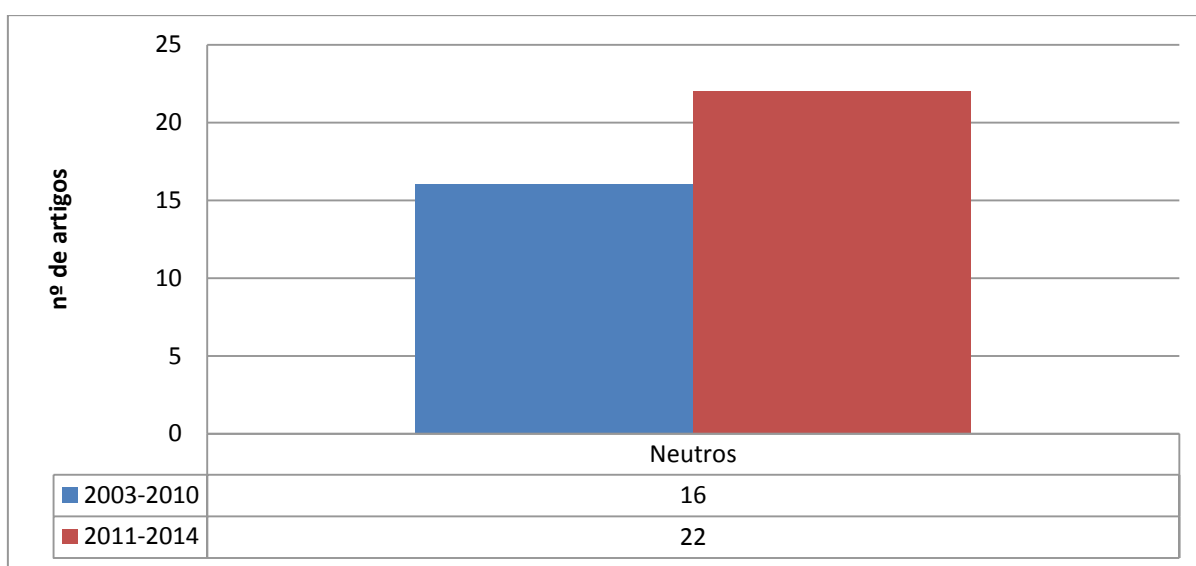
Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Com relação aos artigos classificados como *neutros*, os resultados, como apontado no gráfico abaixo, demonstram que no período do mandato de Rousseff houve mais artigos classificados nesta categoria do que durante a gestão anterior. Uma atuação menos incisiva não gera aplausos nem críticas. E, portanto, uma posição mais sutil, como a manifestada pela diplomacia brasileira durante a administração Rousseff-Patriota-Figueiredo, tem como reflexo a indiferença do jornal analisado, não cativado por notícias que não lhe interessam direta ou suficientemente. A política externa defendida por Rousseff em seu programa de governo (2010) situa-se mais na retórica do que na prática. A impessoalidade da presidente, sua preferência por políticas imediatistas e o direcionamento político interno da sua gestão, refletem diretamente na condução de uma política externa brasileira anêmica.

A política externa da administração Rousseff não gera tanto interesse positivo quanto a da gestão anterior, configurando-se em uma espécie de limbo entre a crítica (avaliações negativas) e a falta de interesse (avaliações neutras), por parte do jornal. Jornais e revistas por serem veículos midiático-comerciais têm questionável sua imparcialidade, tendo em vista que manifestam interesses próprios, quando partem de seu editorial, e assimilados, quando incorporados de outras fontes. No que concerne ao jornal analisado, *The New York Times*, seu

posicionamento parece refletir consolidados interesses norte-americanos. Deste modo, é perceptível na análise que as políticas brasileiras que vão de encontro a esses interesses, são percebidas negativamente pelo jornal, como é o caso das alianças brasileiras com Irã durante o mandato de Lula da Silva e com Cuba e Venezuela no mandato de Rousseff. Por outro lado, quando as políticas não ameaçam os interesses refletidos pelo jornal, nem são percebidas positivamente, são transmitidas aos leitores sem juízo expresso de valor.

**Gráfico 6 - Comparação entre classificações neutras nas administrações Lula e Dilma**



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Este trabalho não teve a pretensão de estabelecer uma verdade absoluta e universal da percepção que se têm da política externa da administração Rousseff, internacionalmente. A intenção foi de estabelecer o reflexo da retração ocorrida na área durante o período de 2011 a 2014, neste jornal específico. Assim, a análise aqui apresentada, não representa uma visão completa e decisiva sobre a política externa do governo Rousseff, mas se limita à percepção e interpretação dos artigos do jornal *The New York Times*.

Por ser um jornal estadunidense, o *The New York Times* apresenta um *bias*, uma inclinação e aparente defesa dos interesses norte-americanos em diversas matérias, e não seria diferente em relação à política externa. Por este motivo muitos artigos criticam as posições brasileiras que batem de frente com os interesses estadunidenses, tomadas tanto por Lula da Silva – como as com relação ao programa nuclear iraniano –, quanto por Dilma Rousseff – como a decisão pelo adiamento da visita de Estado aos Estados Unidos.

O número maior de classificações positivas durante o período de governo de Lula da Silva pode ser atribuído à atuação incisiva nos fóruns multilaterais, o papel de liderança e atuação assertiva e ativa que o Brasil desempenha na América do Sul e também ao perfil de líder que o presidente em exercício durante os anos de 2003-2010 possuía. Enquanto que um maior número de classificações negativas durante o mandato de Dilma Rousseff reforça a hipótese de que a imagem internacional brasileira deteriorou-se neste período, na percepção do jornal *The New York Times*, sobretudo por sua posição com relação à aproximação com a Venezuela e Cuba na América do Sul e o adiamento da visita de Estado aos Estados Unidos, fatores que segundo o jornal, ameaçam afetar os esforços empreendidos de reforço dos laços com o país.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentava como objetivo identificar se a imagem do Brasil, como percebida pelo jornal *The New York Times*, se alterou em decorrência da mudança de ênfase dada à área de política externa no governo Dilma Rousseff, em comparação com o governo de seu antecessor. Para atingir esse objetivo, estruturou-se o trabalho em duas partes. A primeira ilustrou o histórico da política externa brasileira, enfatizando a comparação entre o período de 2003 a 2010, que abrange os dois mandatos de Lula da Silva na presidência da república, e 2011 a 2014, íterim do primeiro governo de Dilma Rousseff. Nesta parte do trabalho foi possível constatar a contenção na política externa do Governo Rousseff, quando comparada ao seu antecessor.

A segunda parte da pesquisa tratou da análise de 124 artigos do jornal *The New York Times* referentes à política externa brasileira no período compreendido entre 2003 e 2014, na tentativa de identificar se houve mudanças na percepção que o jornal teve do país, em virtude da contração na área política externa ocorrida no governo Rousseff. Assim, conclui-se através da análise realizada no segundo capítulo do trabalho, que houve alteração em como o Brasil é percebido pelo jornal *The New York Times* nesse período. O país passou a partir do governo Rousseff, a ser visto menos positivamente, contando com menos artigos que retratam sua imagem de modo positivo e mais artigos negativos e neutros do que constatado na análise correspondente ao governo de Lula da Silva. O resultado da pesquisa pode ser em parte atribuído à posição menos ativa da administração Rousseff-Patriota-Figueiredo em política externa, que mais absorto com questões domésticas do que com as de cunho internacional, as relega a uma posição de importância secundária, diminuindo a voz brasileira em fóruns de negociação internacional e, criando assim, uma lacuna na atuação internacional brasileira, que se refletiu nas avaliações dos artigos do jornal analisado.

A política externa adotada por ambos os presidentes estudados segue uma premissa comum: a do Partido dos Trabalhadores, com propostas em prol de uma política externa sem alinhamentos automáticos, portanto, pragmática, que preza pelos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, como disposto no art. 4 da Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2003).

A diplomacia brasileira sob o comando de Lula da Silva e Celso Amorim passa a ser mais consistente e menos retórica, reforçando sua presença e atuação internacional através de

quatro eixos estratégicos de inserção internacional, que caracterizam a conduta brasileira no plano externo como ativa e afirmativa: aproximação com a América do Sul; compromisso com o multilateralismo para construção da paz; a busca por uma agenda comercial afirmativa; e a diversificação de parcerias, sobretudo com países em desenvolvimento. O segundo mandato de Lula da Silva apresenta uma pequena variação de postura em relação ao primeiro, se iniciando com maior ênfase aos esforços de projeção internacional brasileira, que se deu através do reforço em seu ativismo externo – com destaque para sua voz e presença constante em fóruns de negociação internacional – e iniciativas rumo à consolidação de sua liderança regional. Neste sentido, o Brasil de 2010, último ano de mandato do então presidente Lula da Silva, vê-se ocupando um lugar no mundo que há uma década não ocupava. Ocorreu, portanto, segundo Celso Amorim, um processo de amadurecimento da percepção internacional do Brasil, cuja influência ultrapassa os limites regionais (AMORIM, 2011).

Com a eleição de Dilma Rousseff, as diretrizes de política externa não se alteram. Na retórica, mantêm-se a disposição brasileira por uma política externa sem alinhamentos predefinidos, soberana e defensora dos princípios da diplomacia nacional, e que preza pelo fortalecimento da integração internacional pragmática, com ênfase para a cooperação sul-sul. Na prática, porém, a política externa de Rousseff inicia-se com uma margem de ação externa limitada e essencialmente distinta daquela com que contava Lula da Silva. Sua gestão caracterizou-se por ser menos enfática com relação às questões relativas à política externa, não somente pela limitação externa, mas também pelo perfil impessoal e imediatista da nova chefe de Estado. Assim, como previu Malamud (2011), a política externa de Rousseff teve *menos do mesmo*, sua intensidade em termos de diplomacia presidencial, paciência regional e protagonismo global, foi substancialmente menor que a de seu antecessor. A ausência em debates estratégicos, a menor aplicação da diplomacia presidencial e a menor expansão do corpo diplomático brasileiro são outros indicadores do menor ativismo externo promovido pela presidente Rousseff e seu corpo diplomático.

Embora o projeto político de inserção internacional caracterize-se pela continuidade, este foi perseguido menos entusiasticamente. Deste modo, a hipótese inicial de que o governo Rousseff apresenta uma contenção em política externa, quando comparado ao período de seu antecessor, foi confirmada. Porém quando analisada nas categorias de mudança de política externa de Charles Hermann (1990), a ocorrida durante o governo Rousseff pode ser caracterizada como uma mudança de ajustamento. Ou seja, ocorreu simplesmente uma mudança na ênfase no programa de política externa de Rousseff, que se deu em menor

intensidade de ações e discursos, menos viagens presidenciais e menor formação de cargos e postos diplomáticos, em comparação com a gestão que a antecedeu, mas sem modificação de seus objetivos.

Partindo, portanto, da confirmação da hipótese apresentada no primeiro capítulo, o seguinte traçou as bases da imagem internacional brasileira e posteriormente se propôs a analisar se a imagem do país, como percebida pelo jornal *The New York Times*, modificou-se com a contenção na área de política externa ocorrida no mandato de Rousseff, em comparação com o seu antecessor. Analisou-se, portanto, 124 artigos do jornal *The New York Times*, utilizando-se as palavras-chave *foreign policy*, *Brazil*, *Lula da Silva* e *Dilma Rousseff*, nos períodos de 2003 a 2010 e 2011 a 2014, referente aos mandatos dos respectivos presidentes. Estes artigos foram categorizados em cinco categorias (*Projeção Internacional*, *Poder Global/Regional*, *Perfil Presidencial*, *Presença/Influência Internacional* e *Outros*) como positivos ou negativos e os que não emitiam juízo de valor foram classificados em uma sexta categoria denominada *Neutros*.

Como resultado das análises, as avaliações positivas do período correspondente ao governo Lula da Silva (2003-2010) foram maiores que as do governo Rousseff para cinco das seis categorias. O perfil carismático e ativo de Lula da Silva e a projeção do Brasil enquanto poder global e regional estão entre os fatores que contribuíram para este resultado extremamente positivo da gestão de Luiz Inácio.

As avaliações negativas dos dois períodos quando comparadas demonstram que as categorias *Perfil Presidencial*, *Presença/Influência Internacional* e *Outros* tiveram mais artigos do íterim de Rousseff classificados, algo que pode ser explicado pelo perfil da presidente – que é mais impessoal e menos ativa na área externa que seu predecessor –, por atritos com os Estados Unidos decorrentes da aproximação com a Venezuela e com Cuba, e também com a iniciativa brasileira de adiar a visita de Estado aos Estados Unidos por conta do episódio de espionagem da Agência Nacional de Segurança americana, a NSA. O resultado da mudança de ajustamento em política externa de Rousseff pode ser percebido, portanto, no alto número de artigos classificados como negativos e neutros – 20 e 22 dos 56 artigos totais analisados de 2011 a 2014, respectivamente.

Assim, na gestão Rousseff, a imagem brasileira tal como percebida pelo *The New York Times* em relação à política externa, configurou-se como mais neutra e negativa, do que a imagem correspondente aos mandatos de Lula da Silva. A posição velada da diplomacia brasileira, o caráter impessoal da presidente, a aproximação brasileira com países como a

Venezuela e Cuba (revelando a insatisfação estadunidense com as alianças brasileiras) e a posição do país com relação ao episódio de espionagem promovido pela NSA, estão entre os principais fatores que contribuíram para este resultado. Ainda que a análise da imagem tenha partido de um único jornal norte-americano que corresponde apenas a uma pequena parte da grande mídia internacional, nota-se que ela reflete as mudanças na postura brasileira em política externa e sua percepção atinge um público alvo bem amplo, gerando impacto na percepção que se tem do país e influenciando, sobretudo o empresariado dos países centrais.

Não é possível determinar qual dano esta nova orientação política externa terá para a imagem internacional brasileira em médio e longo prazo. É importante ressaltar, porém, que posição de um país no sistema internacional é altamente dependente de como sua imagem é percebida nesse sistema, e, portanto, uma atuação mais tímida na área externa poderia ocasionar perda de prestígio para o país, que tem a pretensão de consolidar-se como um ator proeminente nas Relações Internacionais.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Dilma muda política e reduz idas ao Exterior. **Gazeta do Povo**. São Paulo, 5 mai. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/dilma-muda-politica-e-reduz-idas-ao-exterior-8tsp43fyeojeamb5h5pu3xr9q>>. Acesso em: 4 abr. 2015

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, June 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a8.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

———. **‘Una sombra pronto seras...’**: Idealpolitik e o Consenso de Buenos Aires. 2005. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Alves AL & Barbosa RB. A saúde da população negra, realizações e perspectivas. Brasília (DF): Ministério da Saúde/ Ministério da Justiça. Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra; 1998.

AMORIM, Celso. A política externa do governo Lula: dois anos. **Plenarium**, Brasília, v. 2, p.50-59, nov. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/arquivos-diversos/plenarium2.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

———. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

———. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, Dec. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspea13.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

———. Entrevista a PAIVA, Fred Melo. “Notícias do Itamaraty”. Caderno Aliás, J4 e J5. O Estado de São Paulo, 16 mar. de 2008.

BAKER; BARRIONUEVO. Obama Reassures Countries on U.S. Debt. **The New York Times**. Nova Iorque, 14 mar. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/03/15/us/politics/15prexy.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BARRIONUEVO. Argentina Announces \$3.8 Billion in Stimulus. **The New York Times**. Nova Iorque, 5 dez. 2008a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/12/06/business/worldbusiness/06argentina.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Brazil Elbows U.S. on the Diplomatic Stage. **The New York Times**. Nova Iorque, 22 nov. 2009a. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2009/11/23/world/americas/23brazil.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/11/23/world/americas/23brazil.html?_r=0)>. Acesso em: 4 abr. 2015.

———. Brazil's 'Teflon' Leader Nicked by Slump. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 abr. 2009b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/04/03/world/americas/03lula.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

———. Chile Offers Recognition for a State of Palestine. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 jan. 2011a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/01/08/world/americas/08chile.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

———. In Obama Visit, Brazil's Leader Aims to Mend Fences. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 mar. 2011b. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/americas/18brazil.html?pagewanted=1&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/americas/18brazil.html?pagewanted=1&_r=0)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

BARRIONUEVO; THOMPSON. Quake Overshadows Clinton Tour of Region. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 fev. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/03/01/world/americas/01clinton.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BELLESA, Mauro. **A política externa brasileira sob o olhar crítico de Bernardo Sorj**. 2014. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/bernardo-sorj>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BLOUNT. Analysis: Petrobras Fuel Woes Make Brazil Dependent on U.S., India. **The New York Times**. Nova Iorque, 22 jan. 2014a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/01/22/business/22reuters-brazil-refining-analysis.html>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

———. Brazil Scrambles to Avoid Power Rationing as Costs Soar. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 mar. 2014b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/03/24/business/24reuters-brazil-electricity-analysis.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

BOADLE. Brazil's Rousseff tries to boost U.S. ties but state visit up in the air. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 nov. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/11/17/world/americas/17reuters-brazil-usa.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BOADLE; EWING. Tough Brazilian foreign minister resigns, heads to U.N. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 ago. 2013. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/reuters/2013/08/26/world/americas/26reuters-brazil-foreignminister.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/reuters/2013/08/26/world/americas/26reuters-brazil-foreignminister.html?_r=0)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BOADLE; SOTO. BRICS Set Up Bank to Counter Western Hold on Global Finances. **The New York Times**. Nova Iorque, 15 jul. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/07/15/business/15reuters-brics-summit-bank.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

———. Despite Spying scandal sets back U.S. chances for fighter jet sale to Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 13 ago. 2013. n.p. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch/?action=click&contentCollection&region=TopBar&WT.nav=searchWidget&module=SearchSubmit&pgtype=Homepage#/brazil+foreign+policy+Dilma/from20100101to20141231/allresults/2/allauthors/oldest/>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

BOADLE; LEVINE; SIMÕES. Factbox: Brazil Presidential Candidates' Policy Proposals. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/10/07/world/americas/07reuters-brazil-election-factbox.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Constituição, 1988.

———. **Itamaraty**. Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos Alunos do Instituto Rio Branco. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7863:aula-magna-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-aos-alunos-do-instituto-rio-branco&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=114](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7863:aula-magna-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-aos-alunos-do-instituto-rio-branco&catid=163&lang=pt-BR&Itemid=114)>. Acesso em 08 mar. 2015.

———. **Itamaraty**. IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3673:forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas&catid=170&Itemid=436&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3673:forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas&catid=170&Itemid=436&lang=pt-BR)>. Acesso em 04 mar. 2015.

———. Ministério do Planejamento. Focem - Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t3431>>. Acesso em 08 mar. 2015.

———. Portal Brasil. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/a-convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em 06 mar. 2015.

———. Tribunal Superior Eleitoral. Estatística e resultado das eleições 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em 01 abr. 2015.

BREMMER; GARMAN. Embracing Lula's Pragmatic Legacy. **The New York Times**. Nova Iorque, 4 nov. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/11/05/opinion/05iht-edbremmer.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BURGUES, Sean. Bounded by the reality of trade: practical limits to a South American region. **Cambridge Review of International Affairs**. v.18, n.3, out. 2005, p. 437-454.

CALMES; ROMERO. Brazil and U.S. Accentuate the Positive. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 abr. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/04/10/world/americas/in-dilma-rousseff-visit-brazil-and-us-accentuate-positive.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CASARÕES, Guilherme. Uma política externa à altura do Brasil. **O Estadão**. São Paulo. 9 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-politica-externa-a-altura-do-brasil-imp-,1072775>>. Acesso em: 23 maio 2015.

CASTRO, Marina Scotelaro de. **A política externa brasileira para África: a inflexão do governo Lula**. 2011. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO\\_ARQ\\_NOTIC20110629143730.pdf?PHPSESSID=130c805638a80cb3f30bf039ac71497c](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110629143730.pdf?PHPSESSID=130c805638a80cb3f30bf039ac71497c)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CAVE. Response From Latin American Leaders on Venezuelan Unrest Is Muted. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 fev. 2014. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2014/02/22/world/americas/response-from-latin-american-leaders-on-venezuelan-unrest-is-muted.html?\\_r=0l](http://www.nytimes.com/2014/02/22/world/americas/response-from-latin-american-leaders-on-venezuelan-unrest-is-muted.html?_r=0l)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 57, p.133-151, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400308>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

COHEN. Markets & Investing; Dollar's Year-End Plunge Increases Prospects for a Decline. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 abr. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/04/22/opinion/cohen-an-odd-hostility-in-the-americas.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

COM INTERESSES regionais, Brasil opta pela cautela na crise venezuelana. **Deutsche Welle**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dw.de/com-interesses-regionais-brasil-opta-pela-cautela-na-crise-venezuelana/a-17488812>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

COMITÊ BRASILEIRO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA EXTERNA (Nova Iorque). **Por uma Política Externa que respeite os Direitos Humanos**: Propostas aos candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil. 2014. Disponível em: <<http://dhpoliticaexterna.org.br/?p=502>>. Acesso em: 12 maio 2015.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: Contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 54, p.112-150, jun. 2014. Disponível em: <[www.seer.ufgrs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/47628/30012](http://www.seer.ufgrs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/47628/30012)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discurso de Posse: 1º Mandato**, Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 12 mar. 2015.



DANESE, S. Diplomacia Presidencial. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

DEHESA. In Brazil, AIDS Activism Led to Political Connections. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 jan. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/in-brazil-aids-activism-led-to-political-connections>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

DISSIDENT case was final straw for Brazil official. **The New York Times**. Nova Iorque, 27 ago. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/08/27/world/americas/ap-lt-brazil-foreign-minister.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

FARNSWORTH. Brazil Has More to Lose in the Cancellation of the Brazil's State Visit. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/brazil-has-more-to-lose-in-the-cancellation-of-the-brazils-state-visit>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

FORERO. Capture of Rebel Divides Latin American Neighbors. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 jan. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/01/23/international/americas/23colombia.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

FRIEDMAN. As Ugly as It Gets. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 mai. 2010. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2010/05/26/opinion/26friedman.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/05/26/opinion/26friedman.html?_r=0)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FUERBRINGER. Markets & Investing; Dollar's Year-End Plunge Increases Prospects for a Decline. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 jan. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/01/02/business/markets-investing-dollar-s-year-end-plunge-increases-prospects-for-a-decline.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: EMIR SADER (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo; 2013. p. 1-384. Disponível em: <[http://www.flacso.org.br/dez\\_anos\\_governos\\_pos\\_neoliberais/archivos/10\\_ANOS\\_GOVERNOS.pdf](http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. Conquistas e Desafios da Política Externa de Dilma Rousseff. **Carta Maior**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Conquistas-e-Desafios-da-Politica-Externa-de-Dilma-Rousseff/4/32244>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira**. 2005. 206 f. Versão Preliminar de Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 12 maio 2015.

GUIMARÃES, Samuel P. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

———. O mundo multipolar e a integração sul-americana. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2484>. Acesso em: 19 março. 2015.

HERMANN, C. F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, 34, n. 1, Março 1990. p.3-21.

IBOPE. **Pesquisa CNI – Ibope Setembro 2006**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/OPP%2031706%20-%20CNI%20-%20apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Perspectivas da Política Externa no governo Dilma Rousseff**. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/cepat/cepat-conjuntura/500012-conjuntura-da-semana-perspectivas-da-politica-externa-no-governo-dilma-rousseff>. Acesso em: 8 abr. 2014.

KRAUZE. Bringing Mexico Closer to God. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 jun. 2006. n.p. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2006/06/28/opinion/28krauze.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/06/28/opinion/28krauze.html?_r=0). Acesso em: 7 abr. 2015.

LIMA, Maria Érica de Oliveira ; VIANA, Bruno César Brito. The New York Times: notícias que fazem história. **Revista Temática**. v.7, n.2, p. 1-12, 2011. Disponível em: [http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt\\_noticias\\_historia.pdf](http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf). Acesso em: 29 mai. 2015.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 82, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf> . Acesso em 20 jul. 2014.

LLOSA. No Left Turn. **The New York Times**. Nova Iorque, 27 dez. 2005. n.p. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/12/27/opinion/27llosa.html> >. Acesso em: 6 mai. 2015.

MACKEY. Despite Updates on the WikiLeaks Saga, Day 12. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 dez. 2010. n.p. Disponível em: <http://thelede.blogs.nytimes.com/2010/12/09/latest-updates-on-attacks-by-wikileaks-defenders/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MALAMUD, Andrés. La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo? **Iberoamericana**: América Latina, España, Portugal, n. 41, 2011, p. 174-179. Disponível em: <http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Iberoamericana2010-Dilma.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa do Governo Lula: aspirações e dificuldades. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.119-132, abr. 2011. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/619/493>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MONTEIRO, Vinicius de Souza. **Com Dilma, o Brasil perdeu força na política internacional?** 2014. Disponível em:

<<http://vinicius94.jusbrasil.com.br/noticias/113183437/com-dilma-o-brasil-perdeu-forca-na-politica-internacional>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

NEGRÃO, Ricardo. Não existe imparcialidade jornalística, nem científica. **Carta Capital**. São Paulo, 31 jan. 2011. n.p. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/politica/nicolelis-nao-existe-imparcialidade>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

NEVES. Brazil and U.S. Have Too Much at Stake to Stall. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/brazil-and-us-have-too-much-at-stake-to-stall>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

NYTCO (Nova Iorque). **The New York Times**. 2015. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytc.com/>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

OCCHI, G. ; SIMÃO, A. . O Brasil, o Mercosul e as Relações Sul-Sul: Um Estudo de Política Externa (2003-2013) In: Seminário Integrado de Pesquisa (Pensamento ESPM). São Paulo, 2014. Disponível em:

<[http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo\\_guilhermeocchi\\_sul2.pdf](http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/artigo_guilhermeocchi_sul2.pdf)>. Acesso Em: 21 mar. 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do brasil no século 21: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2010.

PINTO, R., O MERCOSUL, a cláusula democrática e a questão paraguaia. Disponível em:

<[http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts\\_illeics/gt6/gt6rafael.pdf](http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts_illeics/gt6/gt6rafael.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2015.

PORTAL EBC. **Entenda o caso do senador boliviano Roger Pinto Molina**. 2013. n.p.

Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/08/entenda-o-caso-do-senador-boliviano-roger-pinto-molina>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

PRADA. South American Trade Bloc Moves to Admit Venezuela. **The New York Times**. Nova Iorque, 8 dez. 2005. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2005/12/08/business/worldbusiness/08trade.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO 2002. Um Brasil para todos. Disponível em:

<<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO 2006. Lula de novo com a força do povo. Disponível em: <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>. Acesso em 23 mar. 2015.

PROGRAMA DE GOVERNO 2010. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. Disponível em: <[http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos\\_Programaticos\\_Dilma\\_13%20Pontos\\_.pdf](http://deputados.democratas.org.br/pdf/Compromissos_Programaticos_Dilma_13%20Pontos_.pdf)>. Acesso em 29 mar. 2015.

RIO AIRPORT Swelters as AC Fails During Heat Wave. **The New York Times**. Nova Iorque, 3 jan. 2014. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/aponline/2014/01/03/world/americas/ap-soc-wcup-airport-woes.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/aponline/2014/01/03/world/americas/ap-soc-wcup-airport-woes.html?_r=0)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ROHTER, L. Aided by Uruguay's Problems, Left Is Expected to Gain Power. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 out. 2004c. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/10/31/international/americas/31uruguay.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

———. Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy on Climate Change. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 jul. 2007a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/07/31/world/americas/31amazon.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

———. Brazil Is Leading a Largely South American Mission to Haiti. **The New York Times**. Nova Iorque, 1 ago. 2004a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/08/01/world/brazil-is-leading-a-largely-south-american-mission-to-haiti.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

———. Brazil Seeks To Bypass Fingerprinting. **The New York Times**. Nova Iorque, 14 jan. 2004d. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/14/world/brazil-seeks-to-bypass-fingerprinting.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Gilberto Gil Hears the Future, Some Rights Reserved. **The New York Times**. Nova Iorque, 11 mar. 2007b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/03/11/arts/music/11roht.html>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

———. Little Common Ground at Arab-South American Summit Talks. **The New York Times**. Nova Iorque, 11 mai. 2005a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/05/11/international/americas/11brazil.html?gwh=64C35DEF9FCEAA05AF435A870FCC6414&gwt>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

———. U.S. and Brazil Fingerprinting: Is It Getting Out of Hand?. **The New York Times**. Nova Iorque, 10 jan. 2004b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/10/world/us-and-brazil-fingerprinting-is-it-getting-out-of-hand.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

———. With New Chief, Uruguay Veers Left, in a Latin Pattern. **The New York Times**. Nova Iorque, 1 mar. 2005b. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2005/03/01/international/americas/01uruguay.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

ROMERO, Sérgio. A reputação internacional. **Revista Uno**, Barcelona, 2 ago. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.revista-uno.com.br/numero-17/a-reputacao-internacional/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ROMERO, Simon. Brazil's Leader Postpones State Visit to Washington Over Spying. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/18/world/americas/brazils-leader-postpones-state-visit-to-us.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

———. Cuban President in Venezuela in First Official Foreign Visit. **The New York Times**. Nova Iorque, 13 dez. 2008. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/12/14/world/americas/14venez.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

———. Diplomacy and Soccer for Biden in Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 16 jun. 2014. s/p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/06/17/world/americas/for-biden-in-brazil-world-cup-and-diplomacy.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

———. Economies in Latin America Race Ahead. **The New York Times**. Nova Iorque, 30 jun. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/07/01/world/americas/01peru.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

———. Iranian Adviser Accuses Brazil of Ruining Relations. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 jan. 2012b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/24/world/americas/ahmadinejad-adviser-accuses-brazil-of-ruining-relations.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

———. With Brazil as Advocate, Venezuela Joins Trade Bloc. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 jul. 2012a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/08/01/world/americas/mercosur-trade-bloc-admits-venezuela-as-full-member.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SANTORO. Assessing a Winner or Loser in the U.S.-Brazil Standoff. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/assessing-a-winner-or-loser-in-the-us-brazil-standoff>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 45, n. 2, Dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292002000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de jun. 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 37, mar. 2013. Disponível em

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 abr. 2015.

SCHREIBER, Mariana. Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior. BBC, São Paulo. Disponível em:

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150113\\_dilma\\_viagens\\_internacionais\\_ms\\_lgb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SILVA, Luiz Inácio da. Davos Annual Meeting 2003a :Luiz Inacio Lula da Silva. Davos, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yQIrI6865IE>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

———. **Discurso de Posse 2003**. Brasília, 2003b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=azjU-Sve1cg>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SMITH. Brazil Eases Its Dependence on I.M.F.. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 nov. 2003a. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/11/07/business/brazil-eases-its-dependence-on-imf.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

———. Cultivating a Partnership. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 abr. 2003b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/04/23/business/cultivating-a-partnership.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

SPEKTOR. In Brazil, International Support Buys Political Capital. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/10/23/what-should-brazils-next-president-do/in-brazil-international-support-buys-political-capital>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

STUENKEL, Oliver. O risco do recuo estratégico brasileiro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 mar. 2014. p. 1-3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/03/1422485-oliver-stuenkel-o-risco-do-recuo-estrategico-brasileiro.shtml>>. Acesso em: 4 abr. 2014

SWEIG. Despite the Rift With Brazil, Obama Must Come Clean About the Spying. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/despite-the-rift-with-brazil-obama-must-come-clean-about-the-spying>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

TAGLIABUE. The president's trip: developing nations. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 jun. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/06/02/world/president-s-trip-developing-nations-global-aids-fund-given-attention-but-not.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

TORREGROSA. A Woman Rises in Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 set. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/09/29/world/americas/29iht-letter.html>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

US GOVERNMENT Wary of Sanctions on Venezuela. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 mai. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2014/05/21/us/politics/ap-It-venezuela-us-sanctions.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

VICENZINO. Tough Times for Brazil's New President. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 jan. 2011. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/01/10/opinion/10iht-edletmon10.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/01/10/opinion/10iht-edletmon10.html?_r=0)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, Dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=isso)> Acesso em: 10 de jun. 2011.

———. O G-3 e o G-20: O Brasil e as Novas Coalizações Internacionais. **NERINT**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

VIZENTINI, P. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.134-154, out. 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1941/2316>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

VIZENTINI, P.; PEREIRA, A.. A política africana do governo Lula. **NERINT**. Disponível em:<<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

WEISMAN. Warming to Brazil, Powell Says Its Nuclear Program Isn't a Concern. **The New York Times**. Nova Iorque, 6 out. 2004. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2004/10/06/international/americas/06diplo.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2004/10/06/international/americas/06diplo.html?_r=0)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

YARDLEY. China Says Rich Countries Should Take Lead on Global Warming. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 fev. 2007. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/02/07/world/asia/07china.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

### Referências utilizadas do jornal **The New York Times**

AFTER the Divorce, AOL Faces Challenges. **The New York Times**. Nova Iorque. 10 dez. 2009. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2009/12/11/business/11views.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/12/11/business/11views.html?_r=0)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ANALYSIS: Brazil Shifts Course After Rousseff's Bet Goes Bad. **The New York Times**. Nova Iorque. 07 jun. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2013/06/07/business/07reuters-brazil-economy-analysis.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BAKER, Peter. French Breakup Makes a Dinner Harder to Do. **The New York Times**. Nova Iorque. 08 fev. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/02/09/us/french-love-triangle-stirs-pot-for-tricky-white-house-dinner.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. White House Looks to Syria Vote as Rudder for Rest of Term. **The New York Times**. Nova Iorque. 05 nov. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/06/world/europe/obama-arrives-in-russia-for-g20-summit.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BAKER; BARRIONUEVO. Obama Reassures Countries on U.S. Debt. **The New York Times**. Nova Iorque, 14 mar. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/03/15/us/politics/15prexy.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BARRIONUEVO, Alexei. Argentina Announces \$3.8 Billion in Stimulus. **The New York Times**. Nova Iorque, 5 dez. 2008. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/12/06/business/worldbusiness/06argentina.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Brazil's New Leader Begins in Shadow of Predecessor. **The New York Times**. Nova Iorque. 31 dez. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/01/01/world/americas/01brazil.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

———. Brazil's 'Teflon' Leader Nicked by Slump. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 abr. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/04/03/world/americas/03lula.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

———. Brazilian Leader's Protégée Likely to Prevail in Election. **The New York Times**. Nova Iorque. 02 out. 2010, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/10/03/world/americas/03brazil.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

———. Chile Offers Recognition for a State of Palestine. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 jan. 2011. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/01/08/world/americas/08chile.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

———. Brazil Elbows U.S. on the Diplomatic Stage. **The New York Times**. Nova Iorque, 22 nov. 2009. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2009/11/23/world/americas/23brazil.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/11/23/world/americas/23brazil.html?_r=0)>. Acesso em: 4 abr. 2015.

———. Energy Crunch Threatens South American Nations. **The New York Times**. Nova Iorque. 13 out. 2007. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/10/13/world/americas/13chile.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

———. In Argentina, No Assistance From Region on Gas Needs. **The New York Times**. Nova Iorque. 25 fev. 2008. n.p. Disponível em:



<<http://www.nytimes.com/2008/02/25/world/americas/25argentina.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

———. In Obama Visit, Brazil's Leader Aims to Mend Fences. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 mar. 2011. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/americas/18brazil.html?pagewanted=1&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/03/18/world/americas/18brazil.html?pagewanted=1&_r=0)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

———. 'Minister of Ideas' Tries to Put Brazil's Future in Focus. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 fev. 2008, n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2008/02/02/world/americas/02unger.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/02/02/world/americas/02unger.html?_r=0)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BARRIONUEVO, Alexei; STOLBERG, Sheryl Gay. Hemisphere's Leaders Signal Fresh Start With U.S. **The New York Times**. Nova Iorque, 19 abr. 2009. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2009/04/20/world/americas/20prexy.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/04/20/world/americas/20prexy.html?_r=0)>. Acesso em: 5 abr. 2015.

BARRIONUEVO; THOMPSON. Quake Overshadows Clinton Tour of Region. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 fev. 2010. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2010/03/01/world/americas/01clinton.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BLOUNT. Analysis: Petrobras Fuel Woes Make Brazil Dependent on U.S., India. **The New York Times**. Nova Iorque, 22 jan. 2014. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/reuters/2014/01/22/business/22reuters-brazil-refining-analysis.html>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

———. Brazil Scrambles to Avoid Power Rationing as Costs Soar. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 mar. 2014. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/reuters/2014/03/24/business/24reuters-brazil-electricity-analysis.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

BOADLE. Brazil's Rousseff tries to boost U.S. ties but state visit up in the air. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 nov. 2014. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/reuters/2014/11/17/world/americas/17reuters-brazil-usa.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BOADLE; EWING. Tough Brazilian foreign minister resigns, heads to U.N. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 ago. 2013. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/reuters/2013/08/26/world/americas/26reuters-brazil-foreignminister.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/reuters/2013/08/26/world/americas/26reuters-brazil-foreignminister.html?_r=0)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BOADLE; SOTO. BRICS Set Up Bank to Counter Western Hold on Global Finances. **The New York Times**. Nova Iorque, 15 jul. 2014. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/reuters/2014/07/15/business/15reuters-brics-summit-bank.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

———. Despite Spying scandal sets back U.S. chances for fighter jet sale to Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 13 ago. 2013. n.p. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/search/sitesearch/?action=click&contentCollection&region=TopBar&WT.nav=searchWidget&module=SearchSubmit&pgtype=Homepage#/brazil+foreign+policy+Dilma/from20100101to20141231/allresults/2/allauthors/oldest/>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

BOADLE; LEVINE; SIMÕES. Factbox: Brazil Presidential Candidates' Policy Proposals. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/10/07/world/americas/07reuters-brazil-election-factbox.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRAZIL Demands Clarifications on NSA Surveillance. **The New York Times**. Nova Iorque. 13 ago. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/08/13/world/americas/ap-It-kerry.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRAZIL Leader Postpones Trip to US Over Spying. **The New York Times**. Nova Iorque. 17 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/09/17/world/americas/ap-It-brazil-us.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BRAZIL Cancels Advance Team's Trip to Washington. **The New York Times**. Nova Iorque. 05 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/09/05/world/americas/ap-It-brazil-us.html>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BREMMER; GARMAN. Embracing Lula's Pragmatic Legacy. **The New York Times**. Nova Iorque. 4 nov. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/11/05/opinion/05iht-edbremmer.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

BECKER, Elizabeth. U.S. Begins Talks for Trade Pact With Central Americans. **The New York Times**. Nova Iorque. 9 jan. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/01/09/business/us-begins-talks-for-trade-pact-with-central-americans.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CALMES, Jackie. Trade, Energy and Drugs Are Topics for Obama at Summit of the Americas. **The New York Times**. Nova Iorque. 12 abr. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/04/13/world/americas/trade-energy-and-drugs-topics-for-obama-in-latin-america.html>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CALMES; ROMERO. Brazil and U.S. Accentuate the Positive. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 abr. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/04/10/world/americas/in-dilma-rousseff-visit-brazil-and-us-accentuate-positive.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CAVE. Response From Latin American Leaders on Venezuelan Unrest Is Muted. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 fev. 2014. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2014/02/22/world/americas/response-from-latin-american-leaders-on-venezuelan-unrest-is-muted.html?\\_r=0l](http://www.nytimes.com/2014/02/22/world/americas/response-from-latin-american-leaders-on-venezuelan-unrest-is-muted.html?_r=0l)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

COHEN. Markets & Investing; Dollar's Year-End Plunge Increases Prospects for a Decline. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 abr. 2014, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/04/22/opinion/cohen-an-odd-hostility-in-the-americas.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

DEHESA. In Brazil, AIDS Activism Led to Political Connections. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 jan. 2014, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/in-brazil-aids-activism-led-to-political-connections>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

DISSIDENT case was final straw for Brazil official. **The New York Times**. Nova Iorque, 27 ago. 2013, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/08/27/world/americas/ap-lt-brazil-foreign-minister.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ENCARNACIÓN, Omar G.. Why Latin American Courts Favor Gay Rights. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 jan. 2014, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/why-latin-american-courts-favor-gay-rights>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ETHERIDGE, Eric. Obama's Olympic Moment. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 set. 2009, n.p. Disponível em: <<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2009/09/29/obamas-olympic-moment/>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

FARNSWORTH. Brazil Has More to Lose in the Cancellation of the Brazil's State Visit. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/brazil-has-more-to-lose-in-the-cancellation-of-the-brazils-state-visit>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

FERGUSON, Niall. Turning Points. **The New York Times**. Nova Iorque, 30 nov. 2012, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/11/30/opinion/global/niall-ferguson-turning-points.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FORERO, Juan. Capture of Rebel Divides Latin American Neighbors. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 jan. 2005, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/01/23/international/americas/23colombia.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Elections Could Tilt Latin America Further to the Left. **The New York Times**. Nova Iorque, p. 1-1, 10 dez. 2005, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/12/10/international/americas/10bolivia.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

———. Latin America's Political Compass Veers Toward the Left. **The New York Times**. Nova Iorque, 19 jan. 2003, n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2003/01/19/world/latin-america-s-political-compass-veers-toward-the-left.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. U.S. Considers Toughening Stance Toward Venezuela. **The New York Times**. Nova Iorque, 26 abr. 2005. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2005/04/26/world/americas/us-considers-toughening-stance-toward-venezuela.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FORERO, Juan; ROHTER, Larry. Bolivia's Leader Solidifies Region's Leftward Tilt. **The New York Times**, Nova Iorque, 22 jan. 2006. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2006/01/22/international/americas/22bolivia.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/01/22/international/americas/22bolivia.html?_r=0)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FRIEDMAN, Lisabeth Jay. In Latin America, Human Rights Causes Resonate. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 jan. 2014. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/in-latin-america-human-rights-causes-resonate>>. Acesso em: 23 maio 2015.

FRIEDMAN, Tomas L.. As Ugly as It Gets. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 mai. 2010. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2010/05/26/opinion/26friedman.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/05/26/opinion/26friedman.html?_r=0)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FUERBRINGER. Markets & Investing; Dollar's Year-End Plunge Increases Prospects for a Decline. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 jan. 2003a. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2003/01/02/business/markets-investing-dollar-s-year-end-plunge-increases-prospects-for-a-decline.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. The New Momentum In Orbiting Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 26 jan. 2003b. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/01/26/business/portfolios-etc-the-new-momentum-in-orbiting-brazil.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GOMES, Gabriel Jamur. O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA A PARTIR DA COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, [s.i.], v. 43, n. 0, p.1-15, jan. 2007. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/view/7009/4986>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

HARWOOD, John. Obama Heads Back to Europe, Challenges in Tow. **The New York Times**. Nova Iorque, p. 29 mar. 2009. n.p. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2009/03/30/us/politics/30caucus.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

KRAUZE. Bringing Mexico Closer to God. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 jun. 2006. n.p. Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/2006/06/28/opinion/28krauze.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/06/28/opinion/28krauze.html?_r=0)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

LIMA; VIANA. The New York Times: notícias que fazem história. **Revista Temática**, Paraíba, v. 2, n. 7, p.1-12, fev. 2011. Disponível em:

<[http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt\\_noticias\\_historia.pdf](http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

LLOSA. No Left Turn. **The New York Times**. Nova Iorque, 27 dez. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/12/27/opinion/27llosa.html>>. Acesso em: 6 mai. 2015.

MACKEY. Despite Updates on the WikiLeaks Saga, Day 12. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 dez. 2010. n.p. Disponível em: <<http://thelede.blogs.nytimes.com/2010/12/09/latest-updates-on-attacks-by-wikileaks-defenders/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARSHALL, Anneka. Homophobia in the Caribbean. **The New York Times**. Nova Iorque. 29 jan. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/01/29/why-is-latin-america-so-progressive-on-gay-rights/homophobia-in-the-caribbean>>. Acesso em: 25 maio 2015.

MYERS, Steven Lee. Questions of Policy and Leadership Dog Obama Before Meeting in Russia. **The New York Times**. Nova Iorque, 04 nov. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/05/world/europe/a-diminished-obama-heads-to-russia-for-g-20-meeting.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

NEUMAN, William. An Economic Boom Recedes, but South America Might Avert the Bust. **The New York Times**. Nova Iorque. 30 dez. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/12/30/world/americas/an-economic-boom-recedes-but-south-america-might-avert-the-bust.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

NEVES. Brazil and U.S. Have Too Much at Stake to Stall. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/brazil-and-us-have-too-much-at-stake-to-stall>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

OLIN, Dirk. THE WAY WE LIVE NOW: 5-25-03: CRASH COURSE; New Washington Consensus. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 maio 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/05/25/magazine/the-way-we-live-now-5-25-03-crash-course-new-washington-consensus.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015

PRADA. P.. Brazil Is Awash in Energy (Except for Natural Gas). **The New York Times**. Nova Iorque, 12 jan. 2006. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2006/01/12/business/worldbusiness/12petrobras.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2006/01/12/business/worldbusiness/12petrobras.html?_r=0)>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. South American Trade Bloc Moves to Admit Venezuela. **The New York Times**. Nova Iorque, 8 dez. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/12/08/business/worldbusiness/08trade.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

———. Unfolding Scandal Nears Finance Official in Brazil. **The New York Times**, Nova Iorque, 15 nov. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/11/15/business/worldbusiness/unfolding-scandal-nears-finance-official-in-brazil.html?gwh=5D09489D0764343013C2C7D4029DDB00&gwt;>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

REUTERS. Brazil Economy Ends 2013 on an Upbeat Note, Boosting Rousseff. **The New York Times**. Nova Iorque. 27 fev. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/02/27/business/27reuters-brazil-economy-gdp.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

———. Brazil Election Jitters May Hit Investments in 2014: Source. **The New York Times**. Nova Iorque. 08 abr. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/04/08/world/americas/08reuters-brazil-economy-vote.html>>. Acesso em: 28 maio 2015.

———. Brazil's Economy Faces Trouble After World Cup, Election. **The New York Times**. Nova Iorque. 12 mar. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/03/12/world/americas/12reuters-brazil-economy-slowdown.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

———. Brazil's Neves to Allow Currency to Float Freely if Elected. **The New York Times**. Nova Iorque. 07 ago. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/08/07/world/americas/07reuters-brazil-election-currency-exclusive.html>>. Acesso em: 18 maio 2015.

———. Brazil's Neves Would Improve Ties With United States: Adviser. **The New York Times**. Nova Iorque. 10 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/10/10/world/americas/10reuters-brazil-election-usa.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

———. Eavesdropping Hasn't Harmed Image of U.S. **The New York Times**. Nova Iorque. 22 jul. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/07/22/upshot/eavesdropping-hasnt-harmed-image-of-us.html?abt=0002&abg=1>>. Acesso em: 27 maio 2015.

———. Red Light in Brazil Auto Market Raises Risk of a Pile-Up. **The New York Times**. Nova Iorque. 13 mar. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/reuters/2014/03/13/business/13reuters-brazil-autos-analysis.html>>. Acesso em: 29 maio 2015.

———. Rousseff-'Can't Explain' Why Brazil Economy So Slow. **The New York Times**. Nova Iorque. 04 jun. 2014. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/reuters/2014/06/04/world/americas/04reuters-brazil-rousseff.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/reuters/2014/06/04/world/americas/04reuters-brazil-rousseff.html?_r=0)>. Acesso em: 27 maio 2015.

———. U.S. Policy on Honduras Puts Latin Ties at Risk, Brazilian Says. **The New York Times**. Nova Iorque. 25 nov. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/11/26/world/americas/26honduras.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

REVKIN, Andrew C.; BRODER, John M.. A Grudging Accord in Climate Talks. **The New York Times**. Nova Iorque, 19 dez. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/12/20/science/earth/20accord.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

RIO AIRPORT Swelters as AC Fails During Heat Wave. **The New York Times**. Nova Iorque, 3 jan, 2014. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/aponline/2014/01/03/world/americas/ap-soc-wcup-airport-woes.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/aponline/2014/01/03/world/americas/ap-soc-wcup-airport-woes.html?_r=0)>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ROHTER, Larry. Agriculture Discord Stymies World Trade Talks' Revival. **The New York Times**, Nova Iorque, 11 set. 2006. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/09/11/world/americas/11brazil.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

———. Aided by Uruguay's Problems, Left Is Expected to Gain Power. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 out. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/10/31/international/americas/31uruguay.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

———. Brazil, Alarmed, Reconsiders Policy on Climate Change. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 jul. 2007. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/07/31/world/americas/31amazon.html?pagewanted=1>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

———. Brazil, Bowing to Protests, Reopens Logging in Amazon. **The New York Times**, Nova Iorque, 13 fev. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/02/13/world/americas/brazil-bowing-to-protests-reopens-logging-in-amazon.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

———. Brazil Carries the War on Drugs to the Air. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 jul. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/07/25/world/brazil-carries-the-war-on-drugs-to-the-air.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Brazil Gives New Leader Room to Err. **The New York Times**. Nova Iorque, 04 jan. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/04/world/brazil-gives-new-leader-room-to-err.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Brazil Is Leading a Largely South American Mission to Haiti. **The New York Times**. Nova Iorque, 1 ago. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/08/01/world/brazil-is-leading-a-largely-south-american-mission-to-haiti.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

———. Brazil Seeks To Bypass Fingerprinting. **The New York Times**. Nova Iorque, 14 jan. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/14/world/brazil-seeks-to-bypass-fingerprinting.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Bush to Set Out Shift in Agenda on Latin Trip. **The New York Times**. Nova Iorque, 6 mar. 2007. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2007/03/06/world/americas/06latin.html?pagewanted=1&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2007/03/06/world/americas/06latin.html?pagewanted=1&_r=0)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

———. Effort to Reduce Poverty and Hunger in Brazil Falls Short of Its Goals. **The New York Times**. Nova Iorque, 29 maio 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/05/29/world/americas/effort-to-reduce-poverty-and-hunger-in-brazil-falls-short-of-its-goals.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Gilberto Gil Hears the Future, Some Rights Reserved. **The New York Times**. Nova Iorque, 11 mar. 2007. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/03/11/arts/music/11roht.html>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

———. Little Common Ground at Arab-South American Summit Talks. **The New York Times**. Nova Iorque, 11 mai. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/05/11/international/americas/11brazil.html?gwh=64C35DEF9FCEAA05AF435A870FCC6414&gwt>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

———. If Brazil Wants to Scare the World, It's Succeeding. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 out. 2004. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2004/10/31/weekinreview/31roht.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2004/10/31/weekinreview/31roht.html?_r=0)>. Acesso em: 27 abr. 2015.

———. Party Atop Brazil Government Expels 4 Dissident Lawmakers. **The New York Times**. Nova Iorque, 15 dez. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/12/15/world/party-atop-brazil-government-expels-4-dissident-lawmakers.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

———. Powell Visits Argentina and Finds It Wary on Foreign Policy. **The New York Times**. Nova Iorque, 11 jun. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/06/11/world/powell-visits-argentina-and-finds-it-wary-on-foreign-policy.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Tiptoeing Leftward: Uruguayan Victor's Moment of Truth. **The New York Times**. Nova Iorque, 02 nov. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/11/02/international/americas/02latin.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Tourist-Minded Rio Resists Fingerprinting of Americans. **The New York Times**. Nova Iorque, 13 jan. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/13/world/tourist-minded-rio-resists-fingerprinting-of-americans.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. U.S. and Brazil Fingerprinting: Is It Getting Out of Hand?. **The New York Times**. Nova Iorque, 10 jan. 2004. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2004/01/10/world/us-and-brazil-fingerprinting-is-it-getting-out-of-hand.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

———. With New Chief, Uruguay Veers Left, in a Latin Pattern. **The New York Times**. Nova Iorque, 1 mar. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/03/01/international/americas/01uruguay.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.



ROHTER, Larry; FORERO, Juan. Venezuela's Leader Covets a Nuclear Energy Program. **The New York Times**. Nova Iorque. 27 nov. 2005. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2005/11/27/international/americas/27venezuela.html?pagewanted=2>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

ROMERO, Simon. Brazil's Leader Postpones State Visit to Washington Over Spying. **The New York Times**. Nova Iorque, 17 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/09/18/world/americas/brazils-leader-postpones-state-visit-to-us.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

———. Brazil's Objections Slow Chávez's Plan for Regional Bank. **The New York Times**. Nova Iorque. 22 jul. 2007. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2007/07/22/world/americas/22altbank.html?\\_r=1&](http://www.nytimes.com/2007/07/22/world/americas/22altbank.html?_r=1&)>. Acesso em: 2 abr. 2015.

———. Cuban President in Venezuela in First Official Foreign Visit. **The New York Times**. Nova Iorque, 13 dez. 2008. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/12/14/world/americas/14venez.html>>. Acesso em: 7 abr. 2015.

———. Diplomacy and Soccer for Biden in Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 16 jun. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/06/17/world/americas/for-biden-in-brazil-world-cup-and-diplomacy.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

———. Economies in Latin America Race Ahead. **The New York Times**. Nova Iorque, 30 jun. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/07/01/world/americas/01peru.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

———. Former Leader of Brazil Is Said to Have Throat Cancer. **The New York Times**. Nova Iorque. 29 out. 2011. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/10/30/world/americas/luiz-inacio-lula-da-silva-of-brazil-has-throat-cancer.html>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

———. Iranian Adviser Accuses Brazil of Ruining Relations. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 jan. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/24/world/americas/ahmadinejad-adviser-accuses-brazil-of-ruining-relations.html>>. Acesso em: 3 mai. 2015.

———. With Brazil as Advocate, Venezuela Joins Trade Bloc. **The New York Times**. Nova Iorque, 31 jul. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/08/01/world/americas/mercosur-trade-bloc-admits-venezuela-as-full-member.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SANGER, David E.. Fine Line Seen in U.S. Spying on Companies. **The New York Times**. Nova Iorque. 21 maio 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/05/21/business/us-snooping-on-companies-cited-by-china.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

SANTORO. Assessing a Winner or Loser in the U.S.-Brazil Standoff. **The New York Times**. Nova Iorque, 24 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/assessing-a-winner-or-loser-in-the-us-brazil-standoff>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SHANE, Scott. No Morsel Too Minuscule for All-Consuming N.S.A. **The New York Times**. Nova Iorque. 02 nov. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/11/03/world/no-morsel-too-minuscule-for-all-consuming-nsa.html>> Acesso em: 20 jun. 2015.

SMITH, Tony. A Leader with a Foot Now in Both Worlds. **The New York Times**. Nova Iorque. 24 jan. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/01/24/world/a-leader-with-a-foot-now-in-both-worlds.html>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

———. Argentina and Brazil Align To Fight U.S. Trade Policy. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 out. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/10/21/business/argentina-and-brazil-align-to-fight-us-trade-policy.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

———. Brazil Eases Its Dependence on I.M.F.. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 nov. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/11/07/business/brazil-eases-its-dependence-on-imf.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

———. Cultivating a Partnership. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 abr. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/04/23/business/cultivating-a-partnership.html>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

———. Success for Brazil Despite Naysayers. **New York Times**. Nova Iorque, 10 abr. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/04/10/business/success-for-brazil-despite-naysayers.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SPEKTOR. In Brazil, International Support Buys Political Capital. **The New York Times**. Nova Iorque, 23 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/10/23/what-should-brazils-next-president-do/in-brazil-international-support-buys-political-capital>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

STUENKEL, Oliver. The U.S. Has More to Lose in the Cancellation of the Brazil's State Visit. **The New York Times**. Nova Iorque, 25 set. 2013, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/the-us-has-more-to-lose-in-the-cancellation-of-the-brazils-state-visit>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SWEIG, Julia E.. An American in Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque. 2 mar. 2010, n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/03/03/opinion/03iht-edsweig.html>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

———. Despite the Rift With Brazil, Obama Must Come Clean About the Spying. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 out. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/roomfordebate/2013/09/24/as-brazil-snubs-the-us-who-loses/despite-the-rift-with-brazil-obama-must-come-clean-about-the-spying>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

loses/despite-the-rift-with-brazil-obama-must-come-clean-about-the-spying>. Acesso em: 2 mai. 2015.

TAGLIABUE. The president's trip: developing nations. **The New York Times**. Nova Iorque, 2 jun. 2003. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2003/06/02/world/president-s-trip-developing-nations-global-aids-fund-given-attention-but-not.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

THE ASSOCIATED PRESS. Rouseff: Any Petrobras Spying Has Economic Motive. **The New York Times**. Nova Iorque. 9 set. 2013. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2013/09/09/world/americas/ap-It-brazil-nsa-surveillance.html>>. Acesso em: 27 maio 2015.

THOMAS JUNIOR, Landon; WERDIGIER, Julia. No Clear Accord on Stimulus by Top Industrial Nations. **The New York Times**. Nova Iorque. 14 mar. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/03/15/business/15global.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

THOMPSON, Ginger. Region Finds U.S. Lacking on Honduras. **The New York Times**. Nova Iorque. 27 nov. 2009. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2009/11/28/world/americas/28honduras.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

TORREGROSA. A Woman Rises in Brazil. **The New York Times**. Nova Iorque, 28 set. 2010. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/09/29/world/americas/29iht-letter.html>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

———. No Longer Is Leadership a Men's Club. **The New York Times**. Nova Iorque. 11 out. 2011. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/10/12/us/12iht-letter12.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

US GOVERNMENT Wary of Sanctions on Venezuela. **The New York Times**. Nova Iorque, 21 mai. 2014. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/aponline/2014/05/21/us/politics/ap-It-venezuela-us-sanctions.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

VICENZINO. Tough Times for Brazil's New President. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 jan. 2011. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2011/01/10/opinion/10iht-edletmon10.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/01/10/opinion/10iht-edletmon10.html?_r=0)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

VLASIC, Bill; TABUCHI, Hiroko; DUHIGG, Charles. In Pursuit of Nissan, a Jobs Lesson for the Tech Industry? **The New York Times**. Nova Iorque. 05 ago. 2012. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/08/05/business/the-ieconomy-nissans-move-to-us-offers-lessons-for-tech-industry.html>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

WEISMAN. Warming to Brazil, Powell Says Its Nuclear Program Isn't a Concern. **The New York Times**. Nova Iorque, 6 out. 2004. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2004/10/06/international/americas/06diplo.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2004/10/06/international/americas/06diplo.html?_r=0)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

WEISBROT, Mark. Why Chávez Was Re-elected. **The New York Times**. Nova Iorque, 9 nov. 2012. n.p. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/10/10/opinion/why-chavez-was-re-elected.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/10/10/opinion/why-chavez-was-re-elected.html?_r=0)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

WHEATLEY, Alan. Trade Ties That Cut Out the West. **The New York Times**. Nova Iorque, 12 abr. 2011. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/04/12/business/global/12inside.html>>. Acesso em: 19 maio 2014.

YARDLEY. China Says Rich Countries Should Take Lead on Global Warming. **The New York Times**. Nova Iorque, 7 fev. 2007. n.p. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2007/02/07/world/asia/07china.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.